UNIVERSIDADE DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

LETÍCIA TOSTES VIEIRA BOLCKAU

O SENTIDO DO EMPREENDEDORISMO POPULAR: TRABALHO E DIGNIDADE EM TRAJETÓRIAS DE CAMELÔS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

Campos dos Goytacazes, RJ
2026

LETÍCIA TOSTES VIEIRA BOLCKAU

O SENTIDO DO EMPREENDEDORISMO POPULAR: TRABALHO E DIGNIDADE EM TRAJETÓRIAS DE CAMELÔS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.
Professor orientador: Dr. Fabrício Barbosa Maciel.

Campos dos Goytacazes, RJ
2026

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

B687 Bolckau, Letícia Tostes Vieira.

O sentido do empreendedorismo popular : trabalho e dignidade em trajetórias de camelôs em Campos dos Goytacazes (RJ) / Letícia Tostes Vieira Bolckau. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2026.

118 f. : il.
Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2026.
Orientador: Fabricio Barbosa Maciel.

1. Empreendedorismo popular. 2. Trabalho. 3. Dignidade. 4. Camelôs. 5. Capitalismo contemporâneo. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

O SENTIDO DO EMPREENDEDORISMO POPULAR: TRABALHO E DIGNIDADE EM TRAJETÓRIAS DE CAMELÔS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

Letícia Tostes Vieira Bolckau

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.
Professor orientador: Dr. Fabrício Barbosa Maciel.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
FABRICIO BARBOSA MACIEL
Data: 27/03/2026 19:02:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel - Presidente (UENF/UFF)

Documento assinado digitalmente
gov.br
RICARDO ANDRE AVELAR DA NOBREGA
Data: 27/03/2026 17:05:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega (UENF)

Documento assinado digitalmente
gov.br
GEORGE GOMES COUTINHO
Data: 25/03/2026 20:50:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. George Gomes Coutinho (UFF)

Documento assinado digitalmente
gov.br
VALTER MARTINS
Data: 26/03/2026 08:20:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Valter Martins (UFF)

Campos dos Goytacazes, RJ
2026

Dedico à minha família, por me auxiliar e me incentivar constantemente. Com vocês, aprendi desde cedo o valor do estudo.
Aos professores que tive ao longo desta caminhada, por sempre acreditarem no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Débora, por sempre acreditar nos meus sonhos e investir neles. Por sempre me incentivar a ‘ir com medo mesmo’ e me ensinar sobre responsabilidade, humildade e fé, além de demonstrar o poder do estudo e do conhecimento. Por dedicar a maior parte da sua vida apostando em mim e me oferecer todas as oportunidades para meu desenvolvimento enquanto pessoa e enquanto profissional. Por ser a minha maior inspiração de mulher forte, dedicada e perseverante.

À minha irmã, Manuela, por ter mudado tudo em minha vida. Sempre achei que ser filha única era o que me fazia feliz, mas depois que você nasceu, descobri um tipo de amor insolúvel. Suas risadas, suas brincadeiras e sua compreensão – mesmo quando não dava para brincar –, me deram a força necessária para seguir em frente e finalizar minha ‘atividade da escola’.

Aos meus avós, Izabel e Sérgio, por cuidarem de mim com tanto carinho desde que me entendo por gente, e também investirem em minha educação. Minha avó, por me mostrar que ser sensível não é ser fraca, por ser um exemplo em tantos aspectos, mas principalmente em generosidade, e por preencher meu coração com tanto afeto. Meu avô, por me ensinar a andar na bicicleta da vida, a ser sempre humilde, além de ser mais um investidor em mim, e por ser minha referência de homem e de pai. Sei que sempre posso contar com vocês.

Ao meu noivo, Daniel, por sempre embarcar nas ideias e sonhos que tiro do âmago do meu ser. Por me oferecer todo o suporte emocional embebido em nossa amizade. Por ser compreensível e amoroso nos momentos difíceis da pesquisa e da vida. Isso foi crucial para a concretização deste estudo.

À Professora Natália Bousquet, por ter sido a primeira a me dar uma oportunidade para eu ser mais do que uma aluna na graduação. Ter sido bolsista de Iniciação Científica sob sua competente coordenação me mostrou que a carreira acadêmica é para mim. Aprendi muito com você e com essa oportunidade, e sempre me emociono quando lembro.

Ao Professor Valdir Júnio, por sempre se lembrar de mim com carinho e me apoiar a cada passo dado. Por cada aula e por cada reflexão provocada. Por nunca ter duvidado da minha capacidade profissional e ser uma inspiração de professor. Por acreditar no potencial das minhas pesquisas desde a graduação e ser um genuíno amigo.

À Professora Angela Pierre Vitória, por ser uma verdadeira joia rara em forma de pessoa. Ter sido sua estagiária, e posterior bolsista de extensão, foi uma experiência extremamente enriquecedora. Você uma vez pegou na minha mão e disse “você chega onde

quiser", e eu nunca esqueci. Não sei se te admiro mais como pessoa ou como profissional, porque você é luz em ambas as esferas. Obrigada por tantas oportunidades, você me ensinou muito.

Ao meu orientador, Professor Fabrício Maciel, por ter acreditado na possibilidade de realização desta pesquisa, pela disponibilidade quase ininterrupta, paciência e sugestões que foram preciosas para este estudo. Por cada café que aliviou minha ansiedade, por ter me proporcionado tantas oportunidades para meu crescimento, e por sempre ser exigente sem deixar de se preocupar com minha saúde mental.

Aos colegas e amigos que tive pelo caminho, como Sibele Rodrigues, Natália Codeço e Letícia Gonçalves, por serem presentes mesmo nos momentos em que a pesquisa parecia pesada demais. Sem essa troca constante, este trabalho certamente não teria tomado a forma que hoje apresenta.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF, pelo acolhimento e por toda a dedicação e preocupação com os discentes. Agradeço a todo o corpo docente do Programa pelos ensinamentos.

À UENF, pelas oportunidades que tive antes de adentrar no Mestrado. Por ser a universidade onde eu estudo e que admiro, apoio e tenho orgulho da popularidade nacional e internacional que vem alcançando.

Aos camelôs que se disponibilizaram a conversar comigo e me contar tantos aspectos importantes de suas trajetórias. Sem essas pessoas, esta pesquisa não teria sido possível.

Esta pesquisa é fruto do investimento feito em mim por meio da educação pública. Que as reflexões feitas a partir deste estudo sejam frutíferas e deem o devido retorno à sociedade.

Enquanto existir humanidade, teremos trabalho.

Ricardo Antunes

RESUMO

Este trabalho investiga trajetórias de camelôs do Shopping Popular Michel Haddad em Campos dos Goytacazes, RJ, sob a perspectiva teórica da economia moral da vida sem salário e da promessa de dignidade, atribuída à ética do trabalho duro no capitalismo contemporâneo. Em um cenário marcado pela ampla disseminação de discursos meritocráticos, a busca por dignidade em condições materiais limitadas assume contornos de uma luta diária pela sobrevivência. Como objetivo geral, busca-se compreender como esses camelôs constroem sentidos de dignidade em seu trabalho. Os específicos envolvem: (a) analisar as transformações do capitalismo e da sociedade do trabalho que contextualizam a ascensão do empreendedorismo popular; (b) identificar marcas geracionais e familiares nas trajetórias estudadas; (c) examinar como o discurso da meritocracia é apropriado ou ressignificado pelos sujeitos; e (d) verificar limites de autonomia e dignidade no contexto do empreendedorismo popular. Entendendo o empreendedorismo popular como uma nova roupagem para o trabalho autônomo, a hipótese que orienta esta pesquisa sugere que a ética do trabalho duro, apesar da falta de proteção social, confere autonomia relativa e um patamar mínimo de dignidade, com base no improviso. Para o percurso metodológico, adota-se a abordagem qualitativa via observação participante e entrevistas semiestruturadas, para construção de retratos sociológicos com inspiração em Bernard Lahire (2004). No novo mundo do capitalismo flexível em que é necessário se reinventar a todo instante, a adesão a discursos meritocráticos convive com a necessidade de flexibilidade cotidiana, redes familiares e ambições moderadas. A inserção no consumo, mais do que a escolarização formal, tem sido o principal vetor de mobilidade social desses trabalhadores, o que revela um desejo por autonomia nesta nova classe de ‘batalhadores’ (Souza, 2012). Portanto, considerando a pouca qualificação exigida para o “saber fazer” e a necessidade de constantes adaptações, o trabalho dos camelôs pode garantir um patamar mínimo de dignidade e autonomia relativa, dadas as dificuldades materiais típicas deste trabalho.

Palavras-chave: Empreendedorismo popular. Trabalho. Dignidade. Camelôs. Capitalismo contemporâneo.

ABSTRACT

This research investigates trajectories of street vendors at the Michel Haddad Popular Shopping Center in Campos dos Goytacazes, RJ, through the theoretical perspective of the moral economy of life without wages and the promise of dignity, attributed to the ethics of hard work in contemporary capitalism. In a scenario marked by the widespread dissemination of meritocratic discourse, the search for dignity in limited material conditions takes on the contours of a daily struggle for survival. The general objective is to understand how these street vendors construct notions of dignity in their work. Specific objectives involve: (a) analyzing the transformations of capitalism and labor society that contextualize the rise of popular entrepreneurship; (b) identifying generational and family marks in the studied trajectories; (c) examining how meritocratic discourse is appropriated or re-signified by the subjects; and (d) verifying limits of autonomy and dignity in the context of popular entrepreneurship. For the methodological approach, we adopt a qualitative approach via participant observation and semi-structured interviews to construct sociological portraits inspired by Bernard Lahire (2004). In the new world of flexible capitalism, where it is necessary to constantly reinvent oneself, adherence to meritocratic discourses coexists with the need for daily flexibility, family networks, and moderate ambitions. More than formal education, participation in consumption has been the main driver of social mobility for these workers, revealing a desire for autonomy among this emerging group of the "struggling working class" (Souza, 2012). Therefore, considering the low level of qualification required for "know-how" and the need for constant adaptation, vendors' work may ensure a minimal level of dignity and relative autonomy, given the material difficulties typical of such labor.

Keywords: Popular entrepreneurship. Work. Dignity. Street Vendors. Contemporary capitalism.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO.....**	**12**
2	**2 TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO……..**	**15**
2.1	A CRISE DA SOCIEDADE SALARIAL: DAS GARANTIAS COLETIVAS À VULNERABILIDADE……	15
2.2	O CAPITALISMO FLEXÍVEL E SUAS IMPLICAÇÕES: A CORROSÃO DO CARÁTER.....	19
2.3	A LEGITIMAÇÃO DO NOVO CAPITALISMO: REINVENÇÃO IDEOLÓGICA E CRÍTICA SOCIAL.....	23
2.4	A NOVA SOCIEDADE MUNDIAL DO TRABALHO: ENTRE FLEXIBILIDADE E INSEGURANÇA.....	29
3	**A SOCIEDADE DO TRABALHO NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DO EMPREENDEDORISMO POPULAR.....**	**36**
3.1	A CLASSE QUE VIVE DO TRABALHO: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES…….....	36
3.2	OS ‘BATALHADORES’ E SUAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA.....	40
3.3	A NOÇÃO DE TRABALHO DIGNO E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS….....	45
3.4	A ASCENSÃO DO EMPREENDEDORISMO POPULAR ENQUANTO RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO AUTÔNOMO.....	48
3.5	O ESPÍRITO EMPREENDEDOR COMO FATOR MOTIVACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POPULAR.....	49
3.6	ESTAMOS DIANTE DE UM NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO?.....	54
4	**O EMPREENDEDORISMO POPULAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS CAMELÔS…….....**	**58**
4.1	NOTAS SOBRE A METODOLOGIA E O CAMPO.....	58
4.2	ELENA: A DEPENDÊNCIA QUÍMICA, A FÉ E O EMPREENDEDORISMO POPULAR COMO TESTEMUNHO.....	63

4.3	LEANDRO: A ARTE COMO SEU LEGADO E SUA FONTE DE FORÇA DIÁRIA….....	68
4.4	ELISA: A LUTA COTIDIANA E A DESILUSÃO POLÍTICA...…….	72
4.5	EVA: REINVENÇÕES CONSTANTES E AMBIÇÃO EMPREENDEDORA.....	76
4.6	ANTÔNIO: EPILEPSIA, PESSIMISMO E UM TRABALHO PARA SOBREVIVER…….....	79
4.7	TAINARA: TRABALHO, LUTO E FÉ EM DEUS….....	83
4.8	RÚBIA: O CAMELÔ COMO HERANÇA FAMILIAR.....	87
4.9	MARIA EDUARDA: O SONHO DA AUTONOMIA ENCARNADO NO EMPREENDEDORISMO……..	90
4.10	JOSÉ: ENTRE A INFELICIDADE NO CAMELÔ E A AUTORREALIZAÇÃO NO EVANGELHO…….	94
4.11	SÍLVIA: DO LAR À BUSCA POR AUTONOMIA……..	98
5	**ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DOS CAMELÔS ENTREVISTADOS…….**	**103**
5.1	O EMPREENDEDORISMO POPULAR NO CAMELÔ GARANTE O TRABALHO DIGNO?.....	103
5.2	INSERÇÃO PELO CONSUMO, ESCOLARIZAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL……..	105
5.3	A CONVIVÊNCIA ENTRE DISCURSOS MERITOCRÁTICOS E A NECESSIDADE COTIDIANA DE FLEXIBILIDADE……	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS…….…….…….…	**109**
	REFERÊNCIAS……...….	**113**
	ANEXO……...…...	**117**

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário de crescente precarização das relações de trabalho, o empreendedorismo popular emerge como aparente alternativa à ausência de garantias formais. Não se trata de um fenômeno isolado, mas de uma complexa dinâmica do mundo do trabalho atual. Com o enfraquecimento do *Welfare State* e das proteções coletivas, a sociedade experimentou uma transição para o modelo pós-salarial (Castel, 1998). Neste panorama, a entrada em vigor das políticas neoliberais e crise das garantias sociais resultaram em um processo de individualização que ameaça a coesão social (Castel, 1998), já que o risco se torna um elemento estruturador da vida cotidiana.

Em coerência com essa análise, surge o que Sennett (2009) identifica como capitalismo flexível, um sistema caracterizado pela centralidade do risco e da instabilidade. Esse modelo, ao exigir a constante adaptação e reinvenção individual, leva ao processo de corrosão do caráter, conceito que remete à perda de vínculos estáveis, lealdade e compromisso mútuo. A precariedade, antes restrita à periferia global, passa a assolar também os países centrais do capitalismo (Maciel, 2021).

Neste novo regime, o trabalhador é compelido a se ver como ‘empreendedor de si mesmo’. Essa figura, que se forma com base em crenças generalizadas em uma forma distorcida de meritocracia, teoricamente prospera na incerteza e no risco. Ao desvalorizar os vínculos formais de trabalho, transferindo para o indivíduo a responsabilidade pela superação das adversidades econômicas, essas narrativas mascaram as dimensões estruturais da desigualdade e da instabilidade. A precarização e a indignidade, nesse sentido, não se manifestam apenas na esfera material, mas também na subjetiva, ao exigir do trabalhador uma performance constante de iniciativa e resiliência (Ehrenberg, 2010).

Assim, ao remodelar a maneira como os sujeitos interpretam sua vida laboral e social, é aqui que o empreendedorismo popular emerge: uma estratégia de sobrevivência para as classes populares que se encontram à margem das garantias formais ou fugindo de empregos que possam ser indignos (Maciel, 2021).

No entanto, este título de ‘empreendedor popular’ parece ser apenas uma narrativa glamourizada de algo que sempre foi estrutural na classe trabalhadora: o trabalho autônomo (Costa, 2022). Portanto, procuro tratar o termo ‘empreendedorismo popular’ como aquele que surge a partir do individualismo encravado na experiência popular e que remete a uma persistente vida sem salário. Assim, pode-se tratar, muitas vezes, de uma luta diária para

garantir o sustento e, mais do que isso, para preservar a defesa da dignidade, tarefa permanentemente inacabada (Maciel, 2021).

Simultaneamente, Boltanski e Chiapello (2009) identificam o ‘espírito do capitalismo’ como a ideologia que renova o capitalismo e sustenta o engajamento dos atores sociais. Este espírito, ao se reinventar, absorve críticas e as converte em elementos de legitimação que incentivam a proatividade, mesmo em um cenário de precarização.

Ao discorrer sobre a busca por dignidade em condições materiais limitadas, deve-se levar em conta o embate entre a promessa de dignidade, atribuída à ética do trabalho duro (Souza, 2012) no capitalismo contemporâneo, e a realidade estrutural da classe trabalhadora na periferia global (Maciel, 2021). O regime de constante adaptação e reinvenção exigido pelo capitalismo flexível se torna a base da vivência de comerciantes populares, como os camelôs.

Nessa vida de improviso, a esperança em um futuro melhor está sempre presente e se dirige a Deus, a quem cabe exclusivamente o futuro (Costa, 2022). Consequentemente acredita-se que aqueles que ‘fazem o certo’ serão salvos. Ao adotar uma postura íntegra, o sujeito tenta se manter digno mesmo diante de uma lógica baseada no consumo que o cerca por todos os lados. Portanto, a imposição aqui é a de ganhar a vida da maneira mais honesta possível, lidando com a contingência e os riscos inerentes à vida sem salário.

Logo, interessa compreender, como objetivo geral, como camelôs constroem sentidos de dignidade em seu trabalho. Como objetivos específicos, almeja: a) analisar as transformações do capitalismo e da sociedade do trabalho que contextualizam a ascensão do empreendedorismo popular; b) identificar marcas geracionais e familiares nas trajetórias estudadas; c) examinar a apropriação do discurso meritocrático; e d) verificar os limites de autonomia e dignidade no contexto do empreendedorismo popular em Campos dos Goytacazes.

Para tanto, serão utilizadas as teses de autores como Robert Castel (1998), Richard Sennett (2009, 2015), Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009), Fabrício Maciel (2014, 2021, 2024), Jessé Souza (2012), entre outros. A reflexão proposta orienta-se pela hipótese de que a ética do trabalho duro, embora desprovida de proteção social, confere uma autonomia relativa e um patamar mínimo de dignidade, com base na necessidade de constantes improvisos e criatividade. Trata-se de uma autonomia marcada por ambivalências, mas que permite aos sujeitos reivindicar reconhecimento social em meio à desqualificação formal.

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa centrada na metodologia dos retratos sociológicos de Bernard Lahire (2004). Por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante com camelôs do Shopping Popular Michel Haddad, em Campos dos Goytacazes,

a técnica visa à reconstrução biográfica a partir do estudo de múltiplas dimensões de socialização, o que permite estudar e revelar as disposições incorporadas ao longo da vida.

A análise foca nas narrativas dos sujeitos sobre si mesmos e sobre o sentido de seu trabalho, permitindo captar como experiências passadas e contextos atuais moldam suas ações e percepções de dignidade. Ademais, a pesquisa bibliográfica subsidia o debate teórico sobre capitalismo contemporâneo, trabalho digno, empreendedorismo popular, reconhecimento e economia moral da vida sem salário.

O comércio popular se reafirma ao longo dos anos como uma atividade típica no Centro do município de Campos dos Goytacazes (Campos Souza, 2017). O Shopping Popular Michel Haddad, enquanto espaço criado na tentativa de reduzir conflitos, não elimina a 'vida de improviso' e a luta por dignidade que permeiam o empreendedorismo popular.

Com isso, a pesquisa se encontra dividida em quatro capítulos de desenvolvimento, além da introdução e das considerações finais. O primeiro trata das transformações históricas do capitalismo e da sociedade do trabalho no mundo. Parte da análise da crise da sociedade salarial e da transição para o modelo pós-salarial (Castel, 1998), detalhando como a flexibilidade, a instabilidade e o conceito de 'corrosão do caráter' (Sennett, 2009) moldam as dinâmicas de trabalho contemporâneas. Ainda, aborda a capacidade de reinvenção do sistema capitalista como elemento de legitimação (Boltanski; Chiapello, 2009).

O segundo foca no contexto nacional, discutindo as permanências e transformações da classe trabalhadora no Brasil (Antunes, 1999) e as estratégias de sobrevivência utilizadas por esses 'batalhadores' (Souza, 2012). Ademais, analisa a noção de trabalho digno frente aos desafios hodiernos (Maciel, 2021) e situa o empreendedorismo popular como uma reconfiguração do trabalho autônomo (Costa, 2022), examinando o 'espírito empreendedor' como um fator motivacional na construção da identidade popular.

A terceira seção aborda as notas metodológicas e a descrição do campo de pesquisa, abarcando as trajetórias dos camelôs. O foco recai nas marcas geracionais e familiares (*habitus*) e como estas se manifestam na vida de improviso, na defesa diária da dignidade, nos limites da autonomia e na ética do trabalho duro.

O quarto capítulo, por fim, com base nas trajetórias dos camelôs entrevistados a partir da experiência do empreendedorismo popular, dedica-se a responder se este trabalho garante dignidade. Mas também, discute a inserção no consumo como vetor de mobilidade social em oposição à escolarização formal e examina a convivência entre discursos meritocráticos e a necessidade de flexibilidade cotidiana.

2 TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Para uma compreensão aprofundada do empreendedorismo popular e dos fenômenos sociais que o circundam, este capítulo se dedica a contextualizar as transformações históricas do capitalismo e da sociedade do trabalho no mundo. Partindo do estudo da sociedade salarial e sua transição para o modelo pós-salarial, será apresentado um breve aporte teórico sobre como a flexibilidade, a instabilidade e a legitimação de um novo capitalismo moldam as dinâmicas laborais e sociais contemporâneas, sendo fundamental para entender os fenômenos aqui estudados.

2.1 A CRISE DA SOCIEDADE SALARIAL: DAS GARANTIAS COLETIVAS À VULNERABILIDADE

O cenário pós-Segunda Guerra Mundial, atentando para todas as atrocidades cometidas, foi um importante catalisador para o fortalecimento do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). Visando à reconstrução da economia ocidental, houve um foco no contexto trabalhista europeu, com a atribuição de direitos e proteções à condição de trabalhador e a possibilidade de acesso à propriedade social. Dessa forma, surge o Estado Social, sustentado por um período de expansão econômica conhecido como os 'Trinta Anos Gloriosos'.

Castel (1998), autor que à época analisava a França, aponta que países historicamente centrais do capitalismo experimentaram uma situação de quase pleno emprego, além de seguridade social e segurança. Com isso, a desigualdade de renda diminuiu significativamente em comparação às primeiras décadas do século XX.

Para Gorz (1987), esse sistema – o qual ele compreende como Fordismo – pode ser entendido como 'centralmente hetero-organizado'. Em outros termos, havia uma clara noção de hierarquia na relação de produção. Essa relação, definida pelo vínculo do trabalho formal, possuía como mediadores diretos e objetivos as leis trabalhistas e a remuneração. Assim, há um arranjo que se articula de determinada forma, em consonância com um período histórico específico, para a estabilização das condições de produção capitalista.

Para Castel (1998), essa configuração denota a 'sociedade salarial', a qual representa a forma mais avançada de democracia. Para ele, trata-se de um processo de 'desindividualização', que insere o trabalhador em regimes gerais, convenções coletivas, regulações públicas do direito do trabalho e da proteção social:

> O mundo do trabalho na sociedade salarial não forma, para falar em termos exatos, uma sociedade de indivíduos mas, sobretudo, um encaixe hierárquico de coletividades constituídas na base da divisão social do trabalho e reconhecidas pelo direito (Castel, 1998, p. 600).

Para o autor, o trabalho é o suporte fundamental de integração social, sendo responsável pela mediação das relações sociais. Portanto, a existência social se dá com base em zonas de 'coesão social'[1], quais sejam: integração, em que o ator social possui as garantias de um trabalho permanente e de relações sociais sólidas; vulnerabilidade, na qual o indivíduo é ameaçado pela precariedade do trabalho e tem seus laços sociais enfraquecidos; assistência, em que a esfera pública é quem evita o desligamento do sujeito atingido pela precarização e pelo enfraquecimento dos laços familiares; e desfiliação, ocupada pelos não pertencentes ao mercado de trabalho ou a quaisquer relações sociais sólidas (Castel, 1998).

Fica evidente que, para o autor, o trabalho consiste no suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Com isso, constata-se que existe uma forte relação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade, em especial nos sistemas de proteção social. Este cenário constitui os desafios da perpetuação da coesão social.

Logo, a noção de sociedade salarial, para Castel (1998), diz respeito a um sistema de regulação capaz de proteger os trabalhadores face aos riscos e incertezas da existência. Ainda, a participação social deles depende, em larga medida, de sua inscrição no quadro da divisão social do trabalho.

De acordo com o autor, a crise dessa sociedade do trabalho marca a nova questão social[2] contemporânea, cuja origem remonta à crise capitalista iniciada nos anos 1970 (Castel, 1998). Diversos fatores contribuíram para o enfraquecimento do Welfare State, entre os quais se destacam a inflação crescente, as crises do petróleo na década de 1970, a estagnação do comércio internacional nos anos 1980 e a queda nas taxas de lucro industrial nos Estados Unidos e na Europa.

A busca por redução de custos levou ao deslocamento de investimentos de capital para países com menor custo de mão de obra e regulamentações trabalhistas mais flexíveis, gerando diminuição da arrecadação estatal e aumento dos déficits públicos. Como resultado,

---

[1] Para Castel (1998), a coesão social se refere ao ponto de partida da inscrição dos indivíduos em determinada estrutura social ou sistema.

[2] Castel (1998, p. 41) define a questão social como "a inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade", não estando somente ligada à dimensão econômica.

houve cortes nos gastos públicos e uma crise social generalizada, abrindo espaço para intensificação da agenda neoliberal (Markantonatou, 2024).

Essa agenda promoveu a erosão dos sistemas de proteção social baseados nas condições estáveis de trabalho (Castel, 1998). Em outras palavras, o Estado de bem-estar social foi substituído por um regime que estimulou a competitividade, os valores empresariais, o gerencialismo e a flexibilidade da mão de obra. Conforme Markantonatou,

> Desde 1980, as políticas de liberalização têm sido uma tendência geral em todos os campos de política e em diferentes grupos de países. A liberalização assumiu muitas formas, incluindo privatização, transformação de serviços públicos, redução da proteção ao emprego para contratos permanentes e temporários, [...] redução dos gastos com saúde pública, [...] e reformas de governança corporativa tornando-se orientadas para os acionistas (2024, p. 149-150).

Até então, competitividade e segurança no trabalho conviveram em um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, no quase pleno emprego e no bem-estar social. No entanto, a partir de uma nova dinâmica envolvendo o avanço do neoliberalismo e a consequente crise da sociedade salarial, houve um profundo processo de desarticulação da classe trabalhadora, de suas formas de organização coletiva e de seu sistema de direitos e proteções.

Nesse contexto, Castel (1998) compreende essa crise como a transição para a ‘sociedade pós-salarial’, marcada por uma nova questão social: a dos sobrantes e inválidos. Para o autor, essa mudança tornou evidente – dessa vez nos países centrais – que justiça social nunca foi um alicerce do sistema capitalista, tornando utópica a ideia de um ‘capitalismo social’, como abordado por Sennett (2015). Isso porque a produção de ‘sobrantes’ sempre existiu na periferia global, especialmente em contextos de crises econômicas e desemprego, o que contribui para o alargamento da zona de vulnerabilidade e, consequentemente, para a desfiliação social. Para Sennett (2015), há, nesse cenário, uma naturalização da descartabilidade.

Essa transição se torna uma ameaça à coesão social, antes garantida pela sociedade salarial (Castel, 1998), pois a desregulamentação do Estado corresponde a um processo de individualização que ameaça a sociedade com uma fragmentação. Como resultado, há uma polarização entre aqueles que podem associar individualismo à independência e aqueles que vivenciam a individualização como falta de vínculos e de proteções sociais (Castel, 1998).

Castel (1998) entende, dessa forma, que a condição do trabalho assalariado não pode continuar a funcionar do mesmo modo diante dessa conjuntura, pois as transformações que se

dão no sentido de maior flexibilidade – tanto no que se refere ao trabalho quanto ao extratrabalho – possuem caráter irreversível. Ele introduz, assim, o conceito de 'individualismo negativo', assim intitulado "porque se declina em termos de falta – falta de consideração, falta de seguridade, falta de bens garantidos e de vínculos estáveis" (Castel, 1998, p. 598). Em outras palavras, há uma ausência de pertencimento coletivo e uma dessocialização dos sujeitos diante do enfraquecimento das estruturas sociais que proporcionavam coesão social.

Diante de tais mudanças, a sociedade assume elementos que alteram a sociabilidade anunciada pelo mundo do trabalho. Castel (1998) destaca três dessas características: a desestabilização dos estáveis, isto é, uma crescente vulnerabilidade social diante das novas exigências tecnológico-científicas; a instalação da precariedade como uma resposta à flexibilidade, marcada pela alternância entre atividade e inatividade diante da incerteza do amanhã; e o déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, desqualificando política e civicamente os trabalhadores que perdem sua utilidade social.

Uma das consequências deste cenário é o processo de desfiliação social, cujo conceito sugere, como aponta Maciel (2019), "a necessidade de se compreender os processos históricos e atuais que não permitiram e não permitem às nossas classes populares a inserção em lugares considerados produtivos e dignos em nossa hierarquia moral do trabalho" (p. 104). Portanto, trata-se "de um processo, em andamento, de construção social da precariedade e da indignidade" (Maciel, 2019, p. 105). Nesse sentido, os desfiliados[3] não são pertencentes ao mercado de trabalho e são vistos como pessoas supranumerárias, 'sobrantes', 'inúteis' para o mundo (Castel, 1998). Esses indivíduos surgem diante de uma lógica de mercado que expulsa cada vez mais trabalhadores sem possibilidades de reinserção. Para sobreviver, como todos inseridos na sociedade de consumo, dependem de um mercado que não mais precisa de sua força de trabalho, único valor de que dispõem para o processo de troca. Em outras palavras, por não participarem do processo de circulação de mercadorias, simplesmente sobram. De acordo com o autor,

> O vagabundo é um ser absolutamente desengatado (desfiliado). Só pertence a si mesmo e não é 'o homem' de ninguém, nem pode se inserir em nenhum coletivo. É um puro indivíduo e, por isso, completamente despossuído. É individualizado a tal ponto, que está superexposto: desprende-se do tecido encorpado das relações de

[3] Destaca-se que o autor utiliza os conceitos de vulnerabilidade e desfiliação em substituição ao conceito de exclusão social. Para Castel, o termo 'exclusão social' é generalista e se refere a diversas situações, cada uma com suas especificidades. Nas palavras do autor, "a exclusão não é uma noção analítica" (1998, p. 18), uma vez que rotula "com uma qualificação puramente negativa que designa a falta [...]" (Castel, 1998, p. 1), sem tratar, no entanto, da origem das problemáticas sociais, o que tende a empobrecer a análise.

> dependência e de interdependência que estruturam a sociedade (Castel, 1998, p. 593).

Desse modo, esses indivíduos estão abandonados à própria sorte, já que "[...] numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, não há coesão sem proteção social" (Castel, 1998, p. 610). Não se trata de ausência de relação social, mas da perda das relações de proteção social, tanto na dimensão material quanto simbólica. A fragilização do pertencimento se dá, especialmente, diante da reabilitação da empresa como o novo imperativo categórico a que a sociedade inteira deve se adaptar (Castel, 1998) O indivíduo é compelido cada vez mais a se ver como 'empreendedor de si mesmo'.

Assim, esse contexto demonstra que a condição de estabilidade que regia a sociedade salarial se dissolve, e dá lugar à flexibilização, à precariedade e a novos regimes de contratação no mundo do trabalho. Diante disso, a sociabilidade ganha nova roupagem, que traz em sua essência a vulnerabilidade social.

2.2 O CAPITALISMO FLEXÍVEL E SUAS IMPLICAÇÕES: A CORROSÃO DO CARÁTER

A transição histórica da sociedade salarial para a pós-salarial inaugura uma nova forma de organização no mundo do trabalho e na vida social. O regime salarial, que estruturava identidades coletivas e oferecia horizontes de estabilidade, cede espaço a um modelo no qual a previsibilidade se desfaz.

Nesse contexto, surge o que Sennett (2009) identifica como 'capitalismo flexível', um sistema caracterizado pela centralidade do risco, da instabilidade e da ausência de perspectivas de longo prazo como elementos estruturadores da vida laboral e social. Esse cenário se materializa em um regime de trabalho que não mais se ancora em vínculos estáveis, mas na exigência de constante adaptação, flexibilidade e reinvenção individual.

Para Sennett (2009), esses novos arranjos desregularam características outrora estruturantes ao modelo capitalista anterior, em especial nas formas pelas quais a acumulação e controle da classe trabalhadora se efetuavam. Surgem, assim, em um contexto socioeconômico associado a alterações importantes, mudanças nas dinâmicas das relações de trabalho e por extensão, na formação do caráter do trabalhador.

Esse novo capitalismo, não deve ser visto apenas como uma transformação econômica, todavia sobretudo como uma mudança cultural profunda. Ele redefine valores, normas e expectativas sociais, remodelando a maneira como os indivíduos interpretam sua

vida laboral e social (Sennett, 2009). A passagem da segurança para a incerteza cria novas formas de subjetividade, marcadas pela fragmentação e pela constante necessidade de adaptação. Segundo o autor,

> É a dimensão do tempo do novo capitalismo, e não a transmissão de dados *high-tech*, os mercados de ação globais ou o livre comércio, que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas fora do local de trabalho. Transposto para área familiar, "não há longo prazo" significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar (Sennett, 2009, p. 25).

Sennett verifica que, nesse sistema, o tempo se torna descontínuo e imprevisível, fragmentando a experiência e tornando incerto qualquer planejamento de longo prazo (2009). Logo, o indivíduo passa a viver em um presente perpétuo, sem garantias de que seus investimentos terão retorno no futuro.

A flexibilidade, apresentada neste novo mundo como virtude, revela-se mais próxima de uma imposição que gera insegurança e incerteza, pois "as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir" (Sennett, 2005, p. 9). O trabalho flexível leva, desse modo, a uma degradação dos trabalhadores. Essa flexibilidade se apresenta em três momentos.

Em primeiro lugar, na reinvenção contínua de instituições, isto é, uma ruptura do presente com o passado como forma de atacar a burocracia, percebida como rígida e ineficiente (Sennett, 2009). Na prática administrativa moderna, há a prioridade de redes elásticas de gestão e colaboração em detrimento de hierarquias piramidais, vendo-as como chave para a reinvenção decisiva e para combater a burocracia, rompendo com o passado. No entanto, para Sennett (2009) o maior fruto dessas práticas é a redução de empregos, que possui relação direta com a crescente desigualdade.

Em seguida, a especialização flexível de produção. Com isso, busca-se acelerar, cada vez mais, a introdução de produtos diversificados no mercado. Isso permite uma resposta rápida às variações na demanda. Essas empresas cooperam e competem simultaneamente, buscando ocupar nichos de mercado temporariamente, e se adaptando ao ciclo de vida curto de produtos como roupas, têxteis ou peças de máquinas (Sennett, 2009). Essa especialização de produção se contrapõe ao Fordismo.

Finalmente, tem-se a concentração de poder sem centralização, que aparentemente fornece ao trabalho em equipe maior controle sobre o trabalho que desenvolve. Entretanto, a utilização do termo 'desburocratização' é enganadora, pois o capitalista ainda é quem 'dita as

regras' e quem domina, restando aos trabalhadores apenas a execução de suas tarefas (Sennett, 2009).

Assim, essa sociedade impaciente, ansiosa por resultados e concentrada no momento imediato passa pelo processo de corrosão do caráter, conceito central desenvolvido por Sennett (2009). O caráter, entendido como a capacidade de manter vínculos estáveis, fidelidade a valores e lealdade em longo prazo, perde a relevância em um mundo dominado pela impaciência (Sennett, 2009). Nesse capitalismo impaciente, como coloca o autor, a corrosão do caráter ocorre com a perda de confiança, de lealdade e de compromisso mútuo, que deixam de ser valores compartilhados e passam a ser substituídos por relações superficiais. O trabalhador é levado a perceber os vínculos como descartáveis, uma vez que a própria estrutura do mercado os apresenta como temporários e frágeis (Sennett, 2009).

Portanto, Sennett (2009) interpreta a corrosão do caráter como um desdobramento de mudanças no caráter do trabalhador, impulsionadas pela ascensão de um novo tipo de capitalismo. Nessa nova configuração, a concepção do trabalho está cerceada por novos paradigmas organizacionais, cedendo espaço para distintas formas de comportamento que se manifestam como um eixo psicossocial visível em vários contextos do mundo do trabalho, resultando na formação de outro caráter com características específicas.

Nesta seara, a orientação durável não faz mais sentido para manter as contemporâneas relações sociais. Valores como lealdade, compromisso, propósito (Sennett, 2009) não mais servem de referência de expectativa e conduta social, embora sejam importantes laços para o caráter do trabalhador e, por conseguinte, para a coesão da sociedade.

Percebe-se um novo olhar da administração no cotidiano organizacional, atuando moralmente na vida do trabalhador. A reestruturação das empresas nos moldes do novo capitalismo institui, na cultura organizacional, outro tipo de relação capital/trabalho. O fluxo de mão de obra global modifica os padrões profissionais, isto é, a vulnerabilidade e a precariedade no mundo do trabalho estão postas, já que "[...] a psique permanece num estado interminável de vir a ser – um eu jamais acabado. Nessas circunstâncias, não pode haver uma narrativa de vida coerente, um momento esclarecedor de mudança iluminando o todo" (Sennett, 2009, p. 159). Assim, a narrativa do tempo se coloca em modificação diante das transformações do capitalismo de acumulação flexível, diretamente no que tange aos aspectos do ambiente do trabalho, pois,

> [...] Um eu maleável, uma colagem de fragmentos em incessante vir a ser, sempre aberto a novas experiências de trabalho de curto prazo, as instituições flexíveis e ao constante correr de riscos. Mas há pouco espaço para compreender o colapso de uma carreira, se se acredita que toda história de vida é apenas uma montagem de fragmentos. Tampouco há qualquer espaço para avaliar a gravidade e a dor do fracasso, se o fracasso é apenas mais um incidente (Sennett, 2009, p. 160).

Portanto, conseguir viver em uma sociedade impaciente é sinônimo de virtude e heroísmo, além de necessidade. A "disposição de arriscar [...] não mais deve ser domínio de capitalistas de risco ou indivíduos extremamente aventureiros. O risco vai se tornar uma necessidade diária enfrentada pelas massas" (Sennett, 2009, p. 94). A visão de que o atual mundo de incertezas também é um mundo de oportunidades tem sido adotada como base dos discursos a favor das novas formas de trabalho, principalmente as que envolvem a ação empreendedora.

Este cenário de vulnerabilidade que ameaça a própria sociedade, proposto pelas modificações das forças produtivas, está indissociavelmente articulado às relações de trabalho. Isso torna o caráter do trabalhador cada vez mais flexível e fragmentado, isto é, "em constante recuperação" (Sennett, 2009, p. 165).

Para Sennett (2009), a ausência de confiança e compromisso mútuo também ameaça o funcionamento de qualquer empreendimento coletivo:

> "Quem precisa de mim?" é uma questão de caráter que sofre um desafio radical no capitalismo moderno. O sistema irradia indiferença. Faz isso em termos dos resultados do esforço humano, como nos mercados em que o vencedor leva tudo, onde há pouca relação entre risco e recompensa. Irradia indiferença na organização da falta de confiança, onde não há motivo para se ser necessário. E também na reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas práticas óbvia e brutalmente reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros (Sennett, 2009, p. 174).

O problema do caráter no capitalismo flexível é que não há narrativa compartilhada com os outros e, assim, o caráter se corrói. O senso de comunidade e de caráter, necessário ao combate do novo capitalismo, é perigoso para os capitalistas que vivem da desordem da economia e temem qualquer tipo de organização seletiva (Sennett, 2009). Por isso, "[...] um regime que não oferece aos seres humanos motivos para ligarem uns para os outros não pode preservar sua legitimidade por muito tempo" (Sennett, 2009, p. 176).

Portanto, ao promover a corrosão do caráter dos trabalhadores e minar a confiança e os laços duradouros, o capitalismo flexível cria um regime em que os indivíduos não encontram motivos para se conectar uns aos outros. Molda-se, nesse sentido, um cenário de incerteza e instabilidade, onde a flexibilidade, embora apresentada como virtude, revela-se

uma imposição que gera constante insegurança. Em outras palavras, Sennett (2009) apresenta uma relevante abordagem interpretativa e explicativa acerca das mudanças no ambiente de trabalho contemporâneo, assim entendidos como consequências psicossociais que impactam na formação do caráter.

2.3 A LEGITIMAÇÃO DO NOVO CAPITALISMO: REINVENÇÃO IDEOLÓGICA E CRÍTICA SOCIAL

Em meio à degradação das condições socioeconômicas, acompanhada de uma expansão sem precedentes do capitalismo, Boltanski e Chiapello (2009) buscam uma compreensão complementar e complexa do sistema. Para os autores, o que se nota, em essência, é sua capacidade de reinvenção ideológica para legitimar sua continuidade, bem como o enfraquecimento da crítica social nesse cenário.

Para os autores, o capitalismo não se reduz a uma engrenagem econômica, mas constitui também um sistema ideológico robusto. Eles definem o capitalismo como "a exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos" (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 35). Essa acumulação, contudo, não depende apenas de incentivos materiais, mas requer uma ideologia[4] que produza sentido coletivo e motive o engajamento dos atores sociais.

Boltanski e Chiapello (2009) identificam o 'espírito do capitalismo' como a ideologia que sustenta esse engajamento. Esse espírito é indispensável porque o tipo de engajamento exigido no capitalismo contemporâneo pressupõe a adesão ativa e a iniciativa de todos os trabalhadores, incluindo os executivos. Logo, a coerção isolada não basta para mobilizar os sujeitos.

Importante ressaltar que o capitalismo, em si, não contém justificações intrínsecas (Boltanski; Chiapello, 2009). A necessidade de legitimação surge porque os indivíduos não se mobilizam apenas pelo lucro. Logo, é preciso fornecer razões de outra ordem, vinculadas à justiça e ao bem comum, para sustentar o engajamento. Nos termos de Boltanski e Chiapello (2009), trata-se do espírito do capitalismo, pois essa ideologia cria uma narrativa que oferece aos indivíduos tanto benefícios individuais quanto coletivos.

[4] Boltanski e Chiapello utilizam o conceito de ideologia como um "conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade" (2009, p. 33). Portanto, essa concepção permite compreender a dimensão cultural do capitalismo.

A partir de uma perspectiva weberiana, os autores compreendem que essa constante necessidade de justificação moral e renovação do seu espírito é o que permite ao capitalismo seguir se expandindo e se adaptando às mudanças sociais e globais. Sob tal perspectiva, Boltanski e Chiapello preconizam que,

> Parece-nos útil, para tanto, abrir a caixa-preta dos últimos trinta anos e olhar o modo como os homens fazem sua história. Voltando para o momento em que as coisas se decidem e mostrando que elas poderiam ter enveredado por direção diferente, a história constitui o instrumento por excelência da desnaturalização do social e está de mãos dadas com a crítica (2009, p. 29).

Ao longo da história, os autores ressaltam que o capitalismo passou por diferentes 'espíritos' que garantiram sua legitimidade. O primeiro espírito, surgido no final do século XIX, estava ligado à figura do burguês empreendedor. Nele, o risco, a inovação e os laços familiares eram valorizados, e a crença no progresso científico e industrial constituía a principal justificativa dos esforços econômicos (Boltanski; Chiapello, 2009).

O segundo espírito, predominante entre 1930 e 1960, deslocou o foco da figura do burguês proprietário para a do diretor assalariado. Nesse período, a grande empresa burocratizada tornou-se a instituição central, priorizando a produção em massa e a racionalização do trabalho. Além disso, consolidaram-se relações estreitas entre empresas e Estado, orientadas para a solidariedade e o bem-estar coletivo (Boltanski; Chiapello, 2009).

Já o terceiro espírito, que ainda estaria em formação, reflete a ascensão do capitalismo globalizado e das novas tecnologias. Ele emerge em meio à crise das garantias do modelo anterior, como a estabilidade no emprego e a aposentadoria (Boltanski; Chiapello, 2009). Sua legitimação depende da capacidade das multinacionais de assegurar uma zona de paz e prosperidade relativa para as elites executivas.

A mutabilidade desses espíritos revela a plasticidade do capitalismo. O sistema reinventa continuamente suas justificações, baseando-se em três pilares: progresso material, eficiência na satisfação das necessidades e organização social compatível com as liberdades econômicas e com regimes políticos liberais (Boltanski; Chiapello, 2009). Esses pilares ancoram-se na noção de bem comum, que fornece base moral para sua expansão.

Boltanski e Chiapello (2009), ao analisarem as transformações ideológicas do capitalismo entre 1960 e 1990 na França, destacam que, especialmente em 1968, movimentos de base marxista e libertária estavam em seu auge, apelando ao prazer, ao poder da imaginação e à criatividade. À época, o ambiente macroeconômico era de pleno emprego, o que levava os dirigentes de empresas a se voltarem para o progresso. Nesse contexto, as

pessoas mantinham a esperança de uma vida melhor para os filhos e desenvolviam a reivindicação – sustentada pela denúncia das desigualdades no acesso ao sistema escolar – por ascensão social por meio de uma escola democratizada de cunho republicano (Boltanski; Chiapello, 2009).

Dessa forma, os autores se dedicaram a compreender os efeitos da neutralização da crítica gerados por um poder de esquerda, que desapareceu repentinamente no final dos anos 1970, "deixando o campo livre para a reorganização do capitalismo durante quase duas décadas, restringindo-se, na melhor das hipóteses, ao papel pouco glorioso, embora necessário, de registro das crescentes dificuldades do corpo social" (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 21). Com a perda de força da crítica, a reorganização capitalista avançou praticamente sem oposição, o que abriu espaço para um novo ciclo de legitimação do capitalismo.

Nesse cenário, os discursos de gestão empresarial assumiram centralidade, tornando-se veículos privilegiados para difundir valores, práticas e justificações que moldaram a nova configuração do sistema (Boltanski; Chiapello, 2009). A literatura gerencial, portanto, é vista como espaço fundamental para compreender o novo espírito do capitalismo.

Desde a década de 1930, observou-se a ascensão da figura do executivo como herói moderno, substituindo o proprietário familiar pelo dirigente profissional, que passou a representar o dinamismo do sistema (Boltanski; Chiapello, 2009). Essa mudança marcou o deslocamento das justificações do capitalismo em direção à racionalidade burocrática e técnica.

No entanto, a transformação posterior exigiu romper com a rigidez burocrática. As críticas dos anos 1960 evidenciaram o sufocamento dos executivos em estruturas hierárquicas inflexíveis, e as reivindicações por autonomia e descentralização tornaram-se elementos fundamentais na legitimação de um novo modelo organizacional (Boltanski; Chiapello, 2009). O projeto dos anos 1960 concedeu maior autonomia aos gestores, mas dentro de limites bem definidos, com descrições de cargos e objetivos fixados que garantiam que a descentralização não significasse perda de controle, conciliando a demanda por liberdade com a necessidade de coordenação empresarial.

Já nos anos 1990, a literatura empresarial passou a valorizar a flexibilidade e a moralização das relações de trabalho. O discurso deslocou-se para a ênfase na autonomia, na polivalência e na flexibilidade dos trabalhadores. A ideia de redes substituiu a rigidez hierárquica, e o gerente de projetos emergiu como nova figura central (Boltanski; Chiapello,

2009). Essa reorganização empresarial coincidiu com mudanças globais significativas, como a emergência de um novo pólo capitalista na Ásia, que intensificou a concorrência, enquanto regiões como a África e a América Latina permaneceram marginalizadas.

A globalização acirrou as pressões competitivas e fortaleceu o discurso da eficiência (Boltanski; Chiapello, 2009). O avanço das tecnologias de informação, comunicação e imagem reforçou a lógica da rede, com pequenas equipes pluridisciplinares, lideradas por gestores carismáticos e criativos, substituindo estruturas rígidas.

A liderança passou a ser concebida menos como comando formal e mais como capacidade de inspirar e mobilizar. Nesse cenário, o engajamento se tornou palavra-chave. O novo espírito do capitalismo exige trabalhadores motivados, proativos e conectados (Boltanski; Chiapello, 2009). O engajamento não se limita ao horário laboral, mas estende-se à vida privada, borrando as fronteiras entre o profissional e o pessoal (Boltanski; Chiapello, 2009).

A literatura de gestão promove essa visão de engajamento por meio de narrativas exemplares, com casos de sucesso empresarial sendo selecionados e apresentados como virtudes a serem imitadas. Essa pedagogia legitima práticas organizacionais e molda subjetividades compatíveis com o novo espírito capitalista. O discurso gerencial também contribuiu para consolidar a tecnocratização da administração. Boltanski e Chiapello (2009) situam sua análise em continuidade com clássicos como Weber (2004) e Sombart (1978), que já haviam identificado o vínculo entre ética e capitalismo e a racionalização econômica, respectivamente.

Boltanski e Chiapello (2009) enfatizam a mobilização e motivação dos executivos revelam que o engajamento depende de crenças compartilhadas. O capitalismo, portanto, exige constante produção de sentido, que transforma estruturas organizacionais em arenas de legitimação.

Nos anos 1960, por exemplo, os executivos reivindicavam autonomia frente à rigidez burocrática. O capitalismo respondeu oferecendo descentralização controlada, baseada em objetivos claros. A crítica foi, assim, parcialmente absorvida e convertida em novo elemento de legitimação. Já na década de 1990, a resposta foi mais radical: a promoção da flexibilidade e da rede como modelos de gestão. O trabalhador passou a ser visto como colaborador, proativo e polivalente (Boltanski; Chiapello, 2009). Essa mudança ressignificou a crítica anterior, transformando a demanda por autonomia em um imperativo funcional do sistema.

A concorrência global e o desemprego estrutural reforçaram a necessidade de justificar a insegurança. O discurso empresarial transformou a instabilidade em oportunidade

de mobilidade e inovação. A precariedade foi ‘reembalada’ como flexibilidade, legitimando a perda de garantias sociais (Boltanski; Chiapello, 2009; Sennett, 2009). Diferentemente dos executivos burocráticos, os gerentes de projeto são visionários, criativos e conectados. Eles encarnam a capacidade de mobilizar redes e inspirar colaboradores, transformando a liderança em ferramenta de engajamento subjetivo (Boltanski; Chiapello, 2009).

A cultura organizacional se tornou central para controlar indivíduos de forma mais sutil. Valores, projetos e visões compartilhadas substituem regulamentos rígidos. Essa ‘leveza’ do controle, contudo, esconde riscos, como a personalização das relações e a exploração disfarçada de discursos motivacionais (Boltanski; Chiapello, 2009).

A crítica de Boltanski e Chiapello (2009) alerta que a flexibilidade pode resultar em desenraizamento. O trabalhador, convertido em colaborador, perde vínculos estáveis e identidades coletivas. A cidadania passa a ser vinculada ao consumo, e não mais a uma pertença social ou política. O enfraquecimento do pertencimento de classe é uma das consequências mais profundas desse processo pois, ao flexibilizar identidades e incorporar valores burgueses, o capitalismo neutraliza a possibilidade de mobilização coletiva (Boltanski; Chiapello, 2009). A categoria ‘trabalhador’ é substituída por ‘colaborador’, apagando esteticamente conflitos. Essa mudança semântica não é neutra, ela suaviza a exploração e dificulta a organização coletiva. O discurso do colaborador cria a ilusão de parceria, ocultando a subordinação e as assimetrias de poder (Boltanski; Chiapello, 2009). Assim, a ideologia atua diretamente sobre a linguagem e as identidades sociais.

O novo espírito do capitalismo, portanto, combina flexibilidade organizacional com individualização subjetiva. Exige trabalhadores autônomos, mas profundamente dependentes das redes. Valoriza a autenticidade, mas instrumentaliza relações pessoais em prol dos interesses empresariais (Boltanski; Chiapello, 2009).

Isso demonstra que o capitalismo responde às críticas incorporando-as parcialmente. A demanda por autonomia, por exemplo, foi transformada em imperativo de flexibilidade. Esse mecanismo de absorção garante a continuidade do sistema, ao mesmo tempo em que enfraquece as formas de contestação.

A relação entre crítica e espírito do capitalismo é dialética. Essa interação explica a constante transformação do sistema e sua capacidade de sobreviver a crises recorrentes. No contexto contemporâneo, a rede tornou-se uma metáfora dominante. Estar conectado é sinal de força; o isolamento é visto como fraqueza (Boltanski; Chiapello, 2009).

O cliente também assume centralidade no novo espírito. Atender às suas demandas é apresentado como propósito maior, legitimando práticas empresariais. O discurso da

orientação ao cliente serve para justificar flexibilizações e reorganizações, apresentando-as como resposta a necessidades externas. Assim, o empreendedorismo emerge como ideal normativo. Autenticidade, criatividade e engajamento são celebrados como virtudes (Boltanski; Chiapello, 2009). Entretanto, essas qualidades são mobilizadas em função da acumulação capitalista, mostrando como valores pessoais são cooptados pelo sistema.

O enfraquecimento da crítica social nas últimas décadas reforça o poder do discurso gerencial. A ausência de alternativas consistentes permitiu que o capitalismo expandisse sua influência ideológica. O engajamento passou a ser aceito como dado natural, e não como construção ideológica. A literatura de gestão, ao mesmo tempo, funciona como guia normativo e como repositório ideológico. Ela prescreve comportamentos, legitima práticas e fornece justificações morais. Seu alcance vai além das empresas, permeando discursos políticos, acadêmicos e midiáticos. A neutralização da crítica transformou a contestação em mero registro das dificuldades sociais. Essa domesticação do dissenso reforça o caráter hegemônico do capitalismo, pois o sistema não apenas resiste às críticas, mas as absorve e reconfigura em novas fontes de legitimidade.

Boltanski e Chiapello (2009) evidenciam que o novo espírito do capitalismo exige trabalhadores polivalentes e engajados. Esse perfil implica não apenas competências técnicas, mas também disposições subjetivas. O trabalhador deve ser flexível, disponível e capaz de reinventar-se continuamente.

A crescente precarização do trabalho é, assim, recoberta por uma ideologia de oportunidade. A instabilidade é apresentada como chance de crescimento, e a ausência de garantias como espaço de liberdade (Boltanski; Chiapello, 2009). Essa inversão semântica constitui uma das estratégias mais eficazes do novo espírito capitalista. O individualismo relacional, baseado em conexões oportunistas, substitui laços sólidos. As redes de contato tornam-se recursos estratégicos, e não espaços de solidariedade. Esse deslocamento fragiliza as formas coletivas de resistência e reforça a lógica do capital.

O novo espírito, portanto, legitima a exploração ao mesmo tempo em que redefine as identidades sociais. Ao abolir o termo trabalhador, dissolve-se a consciência de classe e dificulta-se a organização coletiva. O colaborador é apresentado como parceiro, mas permanece subordinado.

A análise de Boltanski e Chiapello (2009) oferece, assim, uma compreensão profunda da legitimação do capitalismo flexível. Sua capacidade de absorver críticas, reinventar justificações e mobilizar ideologias garante sua continuidade histórica. O espírito do capitalismo é, nesse sentido, condição de sua sobrevivência. Esse diagnóstico, entretanto,

não implica naturalização. Ao contrário, os autores demonstram que o social é fruto de escolhas históricas, e não de determinismos. Reconhecer a historicidade das justificações abre espaço para imaginar alternativas e recuperar a potência da crítica.

A legitimação do novo contexto flexível assenta-se na reconfiguração ideológica operada pelo espírito do capitalismo. Flexibilidade, rede, engajamento e empreendedorismo compõem as novas justificações, isto é, os mecanismos sutis que sustentam a hegemonia capitalista em tempos de instabilidade e precarização.

2.4 A NOVA SOCIEDADE MUNDIAL DO TRABALHO: ENTRE FLEXIBILIDADE E INSEGURANÇA

A partir das transformações que possibilitaram a reinvenção do capitalismo em sua forma contemporânea, o trabalho – outrora categoria sociológica central – passa a ser objeto de questionamento. Com o declínio do Estado de Bem-Estar Social, altera-se o papel do trabalho na vida social e política, exigindo novas interpretações teóricas. Assim, a centralidade do trabalho não é simplesmente negada, mas relativizada e reconfigurada diante das mudanças produtivas, culturais e tecnológicas que atravessam este novo contexto histórico.

Nesta subseção, a partir de autores como Maciel (2014), Offe (1989), Gorz (2004) e Beck (2011), busca-se compreender como o trabalho se converte em um elemento fragmentado, instável e descentrado nas sociedades marcadas pela globalização e pela flexibilização produtiva. Dessa forma, permite-se conceber que a crise da sociedade do trabalho não é mera perda de importância da categoria ‘trabalho’, mas expressão de uma reconfiguração global das formas de integração social.

Offe (1989) defende que o trabalho assalariado perde seu estatuto de categoria sociológica central, pois o pleno emprego e a ética do trabalho deixam de funcionar como pilares de integração social. A sociedade europeia começa a vivenciar fenômenos que eram historicamente restritos à periferia do capitalismo, como informalidade, desemprego estrutural e fragmentação das ocupações.

O autor identifica quatro rupturas nesse contexto, quais sejam: a distinção entre mercado primário e secundário, o crescimento de atividades fora das instituições formais, a ascensão de posições de classe heterogêneas e a diferenciação entre trabalho produtivo e de serviços (Offe, 1989). Esses elementos demonstram que o capitalismo contemporâneo desarticula o trabalho como experiência totalizante. Ao perder coerência interna, o trabalho

deixa de sustentar o pacto moral que orientava o *Welfare State*. A racionalidade dos serviços, ao desafiar a lógica industrial, confirma que a expansão produtiva convive com a desorganização social, tornando o trabalho mais volátil e incerto.

A expansão do setor de serviços, embora funcional ao capitalismo, desafia critérios tradicionais de eficiência econômica. Para Offe (1989), os serviços possuem uma racionalidade própria, marcada pela incerteza e pela ausência de parâmetros claros de produtividade. Desse modo, tornam-se 'corpo estranho' na lógica produtiva, ao mesmo tempo necessários e desajustados em relação ao modelo industrial (Offe, 1989; Maciel, 2014).

Essa mutação leva ao enfraquecimento da ética do trabalho. Conforme Offe (1989) a identidade e a integração social não mais se fundam na ocupação assalariada. O avanço do hedonismo, a degradação das condições laborais e a erosão de tradições culturais esvaziam o valor moral do trabalho (Offe, 1989).

No entanto, Maciel (2014) critica a generalização dessa tese. Em países periféricos, tais como Brasil, Índia e África do Sul, a precariedade sempre foi constitutiva do trabalho e forma predominante de inserção social. Logo, o 'declínio da centralidade' reflete uma crise do modelo europeu, não uma condição universal. A ausência dessa diferenciação, segundo Maciel (2014), pode revelar um viés eurocêntrico na teoria da crise do trabalho.

A crítica de Maciel (2014) também evidencia que, ao afirmar que subculturas informais são hostis à sociedade do trabalho, Offe (1989) corre o risco de reproduzir hierarquias sociais históricas que legitimam exclusões históricas. A teoria social deve reconhecer o trabalho informal também como fonte de dignidade em alguma medida, sob pena de reforçar desigualdades estruturais (Maciel, 2014). Não somente o trabalho formal é fonte de identidade e dignidade.

Assim, a crise do trabalho assalariado europeu é, em grande parte, a chegada tardia de fenômenos periféricos ao centro do capitalismo. O desemprego estrutural, a informalidade e a precariedade passam a assolar países como Alemanha e França. Para Maciel (2014), trata-se de um padrão periférico que agora se universaliza. É nesse contexto que a tese da 'crise da sociedade do trabalho' ganha força (Maciel, 2014).

Gorz (2004), por sua vez, amplia a discussão ao propor que a superação do Fordismo não significa o fim do trabalho, mas sua transformação em produção imaterial e simbólica. Para ele, o colapso do Fordismo decorre do esgotamento do modelo baseado na produção material em massa e na obsolescência programada. A solução encontrada pelo capital foi investir na produção imaterial, oposta do trabalho braçal e baseada em valor simbólico e subjetivo (Gorz, 2004).

A passagem para o pós-Fordismo inaugura a ‘sociedade do conhecimento’, em que a subjetividade do trabalhador é incorporada à lógica produtiva. Se no Fordismo predominava a hetero-organização hierárquica, agora emerge a auto-organização descentrada, exemplificada pelo Toyotismo. Nesse modelo, a cooperação e a subjetividade são mobilizadas como força produtiva. O capital incorpora a criatividade do trabalhador, mas a transforma em um mecanismo de exploração mais eficiente (Gorz, 2004; Maciel, 2014).

Desse modo, a aparente autonomia do trabalhador pós-fordista oculta uma forma moderna de submissão. A cooperação produtiva, frequentemente apresentada como conquista, acarreta a intensificação da exploração, a precarização do trabalho e a perda de seguridade. A subjetividade, antes reivindicada como espaço de liberdade, torna-se mercadoria a serviço da lógica empresarial (Gorz, 2004).

Gorz (2004) também destaca o fenômeno da terceirização em cascata. No modelo toyotista, grandes empresas externalizam tarefas a prestadoras menores, reduzindo custos e transferindo riscos. Essa dinâmica cria uma pirâmide em que poucos permanecem em posições estáveis, enquanto a maioria enfrenta precarização crescente e salários cada vez mais baixos (Gorz, 2004).

Nesse sentido, a vulnerabilidade se torna norma (Castel, 1998). Gorz (2004) descreve esse processo como a emergência do ‘pós-salariado’, em que, além da ruptura com a relação salarial tradicional e da precarização do emprego, há o pano de fundo da sociedade do conhecimento. A negociação coletiva é substituída pela individualização das relações de trabalho. O resultado é a radicalização do individualismo e o enfraquecimento da solidariedade de classe (Gorz, 2004).

O capital conseguiu reverter dois séculos de lutas trabalhistas ao devolver a subjetividade ao trabalhador apenas para explorá-la de forma mais eficaz (Gorz, 2004). A autonomia converte-se em heteronomia, e a promessa de liberdade se transforma em precariedade generalizada – entendida por Maciel como indignidade generalizada (2014). A ilusão de parceria e pertencimento às empresas apenas mascara a perda de direitos (Gorz, 2004).

Essa ‘universalização da precariedade’, ou da indignidade, torna-se estruturante da vida social contemporânea (Gorz, 2004; Maciel, 2021). A condição de instabilidade atinge não apenas os trabalhadores marginais, mas também as classes médias, que passam a viver sob a constante ameaça do desemprego (Gorz, 2004; Maciel, 2014).

A análise de Gorz (2004) também enfatiza o impacto subjetivo desse processo. A empresa pós-fordista cria um ambiente de ‘segurança monástica’, onde o trabalhador abdica

de outras formas de sociabilidade em nome de uma identidade corporativa. O controle se dá pela cooptação e pelo conformismo, não mais apenas pela coerção direta (Gorz, 2004; Boltanski; Chiapello, 2009).

Essa nova lógica resulta em um quadro paradoxal: a classe trabalhadora conquista maior participação na concepção do trabalho, mas em troca entrega sua segurança e estabilidade. O pós-Fordismo, longe de significar emancipação – já que a subjetividade se torna meio de controle – reforça a dependência do trabalhador em relação ao capital, aprofundando desigualdades e precarizações (Gorz, 2004; Maciel, 2014).

Portanto, o pós-Fordismo representa uma reconfiguração global do trabalho em bases mais flexíveis e instáveis. A terceirização em cascata e a flexibilização contratual criam novas formas de hierarquia social, em que poucos concentram poder e reconhecimento, enquanto a maioria enfrenta vínculos frágeis e desproteção. Essa é a base do que Maciel (2014) entende por 'generalização da indignidade'. Em outros termos, os indivíduos passam a ter suas vidas cada vez mais permeadas pela precariedade.

Beck (2011) interpreta esse mesmo cenário a partir da emergência do que ele define por 'sociedade de risco'. O colapso do trabalho assalariado e do Estado de Bem-Estar Social conduz à insegurança estrutural, à precariedade e à privatização dos riscos[5] (Beck, 2011). Nesse sentido, Beck argumenta que, com o avanço tecnológico e industrial, "a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos" (2011, p. 23).

O capitalismo globalizado enfraquece o poder dos Estados nacionais e intensifica as ameaças globais, ao mesmo tempo em que expande seus limites de exploração humana e natural, buscando eliminar barreiras que possam restringir seu crescimento (Beck, 2011). Nesse cenário, a ciência desempenha um papel crucial tanto na identificação de riscos quanto na legitimação de suas consequências. No entanto, a globalização não implica uma distribuição equitativa de riscos; pelo contrário, ela acentua as desigualdades existentes.

Essa sociedade de risco é marcada por incertezas fabricadas, originadas por inovações tecnológicas e respostas sociais cada vez mais aceleradas. Beck (2011) apregoa que os riscos se tornaram centrais na organização da sociedade contemporânea, mobilizando e estruturando a vida social. Destaca, ainda, que as ameaças contemporâneas afetam o mundo de forma integrada e se agravam pela concentração de poder das corporações transnacionais (Beck, 2011).

---

[5] Beck (2011) concebe riscos como previsões de catástrofes que estruturam a ação social no presente, fundamentadas no medo de um futuro autoinduzido.

Sendo a produção de riqueza e a de riscos inseparáveis, a riqueza socialmente produzida pode ser distribuída de forma desigual e ilegítima, em um cenário onde os riscos podem não ser visibilizados no cotidiano, tornando-se irreversíveis (Beck, 2011). Esses riscos atingem a todos, independentemente de sua contribuição para sua produção ou lucro. No entanto, quanto maior a capacidade de produção de riqueza, mais se intensificam os riscos para aqueles que estão à margem.

No entanto, a institucionalização do risco não afeta apenas a esfera econômica, mas também a política. Para Beck (1997), a insegurança social corrói a confiança nas instituições democráticas, fragilizando a vida pública e fortalecendo tendências individualistas. O trabalho deixa de ser base de solidariedade e passa a ser fonte de isolamento (Beck, 1997).

Os riscos são elevados à potência máxima no capitalismo voraz que assola a sociedade pós-moderna. Em outras palavras, o advento das tecnologias da informação e da automação, longe de ampliar a segurança, intensifica o desemprego estrutural. O resultado é uma sociedade em que os riscos, antes coletivamente administrados, são transferidos para os indivíduos como responsabilidade pessoal (Beck, 2011).

Essa transferência de riscos compõe o que Beck denomina ‘economia política da insegurança’ (1997), que traduz a lógica neoliberal em que a desregulação e a privatização corroem a proteção social. O neoliberalismo desprotege os cidadãos e os expõe a vulnerabilidades antes mediadas pelo Estado, tendo em vista que há uma “força de atração entre pobreza extrema e riscos extremos” (Beck, 2011, p. 49). O que se observa é a radicalização do individualismo em um contexto de fragilidade coletiva (Beck, 2011).

Beck (2011) também identifica o surgimento de uma ‘zona cinzenta’ entre desemprego e subemprego, concepção próxima à zona de vulnerabilidade de Castel (1998). Nela, trabalhadores transitam constantemente entre vínculos frágeis, atividades informais e períodos de inatividade. Essa condição, que sempre marcou a periferia, torna-se estrutural também no centro do capitalismo.

A ‘brasilização do Ocidente’, como nomeia Beck (2011), exprime a difusão global da insegurança antes restrita à periferia. Isso demonstra que a transição de uma sociedade industrial para uma sociedade de risco significa a universalização da precarização do trabalho. No entanto, o autor defende que os Estados devem recuperar sua capacidade regulatória e proteger os cidadãos contra os efeitos destrutivos do neoliberalismo. Isso significa harmonizar liberdade e igualdade, retomando o papel do Estado como garantidor de seguridade e dignidade no trabalho (Beck, 2011).

Ao sintetizar os autores aqui estudados, percebe-se que Offe (1989) revela o esgotamento da centralidade do trabalho; Gorz (2004) evidencia a precarização crescente no pós-Fordismo; Maciel (2014) traz à baila a generalização da indignidade em meio a um cenário de flexibilização e insegurança; e Beck (2011) demonstra a institucionalização global do risco. Apesar das diferenças, convergem ao reconhecer que o trabalho no mundo contemporâneo já não cumpre o mesmo papel integrador que exercia nas sociedades industriais.

No plano coletivo, essa transformação significa perda de solidariedade, fragmentação da classe trabalhadora e enfraquecimento das instituições democráticas. O trabalho, antes fonte de coesão social, passa a gerar competição e isolamento. O capital triunfa ao dividir e individualizar, reduzindo a capacidade de ação coletiva (Maciel, 2014). A sociedade do trabalho cede espaço à sociedade da instabilidade, na qual o risco é condição existencial. A precariedade, portanto, não é um fenômeno passageiro, mas a nova gramática do capitalismo contemporâneo.

No plano individual, as consequências são igualmente graves. A perda de estabilidade gera insegurança subjetiva, ansiedade e sensação de descartabilidade. A identidade deixa de ser construída em torno de uma profissão, como defendia Castel (1998), e passa a ser marcada pela incerteza. O indivíduo vive sob o constante risco do desemprego e da exclusão (Maciel, 2014).

Beck (2011), ao tratar da sociedade do risco, reforça esse diagnóstico. O desemprego estrutural e a informalidade convertem-se em ameaças permanentes. A precariedade deixa de ser exceção e torna-se regra, redefinindo a forma como indivíduos e coletividades organizam suas vidas. A insegurança se torna condição estrutural.

Para Offe (1989), o declínio da ética do trabalho revela a incapacidade do trabalho assalariado de fornecer sentido à vida social. A centralidade do trabalho cede lugar à busca por identidade em outras esferas, como movimentos sociais e estilos de vida. No entanto, essa descentralidade também implica perda de coesão, pois faltam bases sólidas de integração (Offe, 1989).

Para Maciel (2014) a ‘nova sociedade mundial do trabalho’ é caracterizada como um sistema global em que descentralidade, precariedade e risco são categorias centrais. A crise da sociedade do trabalho não é exclusivamente europeia, mas expressão da mundialização da instabilidade. Assim, o mundo contemporâneo não pode mais ser analisado pela centralidade do emprego assalariado, mas sim pela fragmentação e instabilidade (Maciel, 2014).

Logo, a ‘nova sociedade mundial do trabalho’ traduz a fusão entre as experiências centrais e periféricas: o que antes era exceção se torna regra. O capitalismo globalizado universaliza a insegurança e redefine o sentido da cidadania, que perde sua base no emprego estável. Assim, o trabalho contemporâneo só pode ser compreendido em escala global (Maciel, 2014).

Essa perspectiva dialoga com Boltanski e Chiapello (2009), que defendem que o capitalismo incorporou críticas e se reinventou em um novo espírito. A flexibilização, celebrada como autonomia, revela-se como precarização. A subjetividade, exaltada como conquista, é explorada como recurso produtivo. O ‘novo espírito do capitalismo’ sustenta a nova sociedade mundial do trabalho.

Desse modo, os autores concordam que o trabalho estável e o pleno emprego não são mais realidades estruturantes. A lógica neoliberal transforma o trabalho em espaço de vulnerabilidade generalizada. Essa transformação redefine também o conceito de cidadania. Se antes a cidadania social era ancorada no direito ao trabalho e às proteções sociais, agora passa a ser fragilizada pela instabilidade. A inclusão cidadã se torna cada vez mais restrita e desigual, com amplas massas vivendo à margem do sistema de seguridade (Maciel, 2014).

Em síntese, o trabalho, embora transformado, permanece como dimensão central da vida humana. Trata-se de uma recomposição, em que a fragmentação substitui a homogeneidade. O que se perde não é o trabalho em si, mas sua capacidade de estruturar a vida social (Maciel, 2014). A nova sociedade mundial do trabalho não elimina sua relevância, mas exige reinterpretá-la, já que é marcada pela contradição entre globalização e exclusão, flexibilidade e insegurança, interdependência e fragmentação. Compreendê-la significa reconhecer que, embora transformado, o trabalho permanece decisivo para a vida social contemporânea.

3 A SOCIEDADE DO TRABALHO NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DO EMPREENDEDORISMO POPULAR

Dando continuidade à discussão sobre as reconfigurações do trabalho, este capítulo migra do cenário global para o contexto brasileiro, onde a precariedade possui raízes históricas. Serão investigadas a complexa dinâmica da classe que vive do trabalho, marcada por permanências e mutações, e as estratégias de sobrevivência que marcam a realidade dos 'batalhadores'. O debate sobre a concepção de trabalho digno será fundamental para analisar o cenário em que o empreendedorismo popular se insere. Finalmente, o espírito empreendedor será estudado como fator motivacional na construção da identidade popular, culminando com o tópico seguinte, que se propõe a debater a existência de um novo espírito do capitalismo, inspirando-se na abordagem weberiana.

3.1 A CLASSE QUE VIVE DO TRABALHO: ENTRE PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Partindo de uma análise densa e rigorosa, Antunes (1999) dá luz à nova configuração da classe trabalhadora, sustentando a tese da centralidade do trabalho e sua importância na sociabilidade humana. Para o autor, o trabalho é elemento ontológico e constitutivo da existência humana. Nesse sentido, diante das crises e consequentes transformações do capitalismo, o trabalho enquanto categoria central permanece, ainda que sob novas formas.

Com isso, a crítica de Antunes (1999) se dirige à tese de Habermas, que defende a ciência como força produtiva principal em substituição ao trabalho-valor. Para Antunes (1999), essa visão negligencia que, apesar da relevância da ciência e da tecnologia, o capital só se reproduz a partir da exploração do trabalho vivo. Assim, não é possível imaginar uma sociedade capitalista fundada exclusivamente na ciência, sem a exploração da força de trabalho.

Apoiado em Marx, Lukács e Mészaros, o autor argumenta que a lógica do capital exige a redução do trabalho variável e o aumento da parte constante, mas nunca sua eliminação. O capital depende da apropriação da mais-valia extraída do trabalho vivo. Por isso, Antunes defende que "a tese da eliminação do trabalho abstrato não encontra respaldo teórico e empírico" nem nos países centrais nem na periferia do capitalismo (1999, p. 122).

A inovação técnica, segundo o autor, é parte constitutiva do capitalismo, pois reduz o tempo de trabalho necessário e o valor da mercadoria. Contudo, ciência e tecnologia

permanecem subordinadas à lógica da acumulação e não às necessidades humanas, pois o "[...] trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições de desenvolvimento capitalista" (Antunes, 1999, p. 122). Nesse sentido, a ciência não pode se converter em principal força produtiva, pois está prisioneira dos imperativos do capital (Antunes, 1999).

Essa subordinação gera apropriação desigual dos benefícios da ciência e da tecnologia, bem como do aumento da produtividade do trabalho social. A teoria do valor reconhece o papel crescente da ciência, mas Antunes (1999) ressalta que esta continua condicionada pela relação entre capital e trabalho. Assim, o trabalho vivo se mantém insubstituível como força produtiva fundamental.

Contrário às teses que tecem o fim da classe trabalhadora, o autor apregoa que ela se transformou em decorrência da reestruturação produtiva, resultado da crise do Taylorismo-Fordismo e da difusão de novos modelos produtivos, em especial o Toyotismo, acompanhados do ideário neoliberal. Para Antunes (1999), trata-se de uma resposta do capital à sua própria lógica destrutiva e aos seus determinantes estruturais, quais sejam: as taxas decrescentes do lucro, a resistência operária e a própria impossibilidade de controle do capital, enquanto um sistema de metabolismo societal orientado para a expansão e acumulação do capital.

De acordo com o autor, o novo modelo produtivo integra de forma mais intensa trabalho vivo e trabalho morto. Como consequências, têm-se: a conversão de trabalho vivo em morto; a redução do trabalho improdutivo, relacionado às atividades de gerência e supervisão; e a ampliação do trabalho imaterial, dotado de maior dimensão intelectual nos setores produtivos e de serviços. Essas tendências, entretanto, são desigualmente distribuídas conforme a divisão internacional do trabalho (Antunes, 1999).

Ademais, Antunes (1999) propõe uma análise densa, apoiando-se em uma pesquisa empírica rigorosa, acerca da reestruturação produtiva na Inglaterra, marcada pelas políticas neoliberais de Thatcher e pela introdução do Toyotismo. O estudioso mostra como a classe trabalhadora britânica resistiu, protagonizando explosões sociais em 1989 e 1990 e, consequentemente, a vitória de Tony Blair com a chamada 'Terceira Via'. Para o autor, esta se configurou continuidade do neoliberalismo e se revelou fadada ao fracasso (1999).

No entanto, a classe trabalhadora que emerge dessa reestruturação é mais abrangente e complexa do que aquela de meados do século XX. Não se restringe ao proletariado fabril, mas incorpora diversas formas de trabalho, inclusive improdutivas. Trata-se de uma classe mais heterogênea e fragmentada do que aquela do período taylorista-fordista (Antunes, 1999).

Neste diapasão, discordando daqueles que entendem como classe trabalhadora somente o proletariado industrial e ainda da ideia que reduz o trabalho produtivo exclusivamente ao universo fabril, o autor propõe a noção de 'classe- que-vive-do-trabalho', buscando revigorar o conceito marxista de classe e apreender dialeticamente as particularidades das novas formas sociais de relações laborais. Logo, a classe-que-vive-do-trabalho inclui, de forma ampliada,

> Todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos McDonald's, os *trabalhadores hifenizados* [...], os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* [...], os trabalhadores *assalariados* da chamada 'economia informal', que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural* (Antunes, 1999, p. 103-104).

Portanto, abrange todos os homens e mulheres, produtivos e improdutivos, desprovidos de meios de produção que precisam vender sua força de trabalho em troca de salário, ou seja, para sobreviver (Antunes, 1999). No entanto, o núcleo continua a ser o proletariado produtivo, por ser diretamente responsável pela produção de mais-valia.

Assim, da classe-que-vive-do-trabalho estão excluídos os gestores do capital, os especuladores, os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural, embora possam se tornar aliados políticos. A proposta de Antunes (1999) aqui é revigorar a noção marxista de classe a partir da realidade contemporânea, marcada pela diversidade e fragmentação do trabalho. Trata-se de uma categoria ampliada, mas que preserva a centralidade da exploração do trabalho vivo.

Essa ampliação implica reconhecer as mudanças no perfil da classe trabalhadora. Antunes (1999) observa a redução do proletariado industrial estável e especializado, típico do Fordismo, e o crescimento do trabalho temporário em um modelo produtivo baseado em maior uso da tecnologia informacional, e na horizontalização da produção.

Tais mudanças vêm acompanhadas de novas técnicas de gestão da força de trabalho, como células de produção, equipes multifuncionais e grupos semiautônomos. Embora promovam maior participação, sua finalidade é manipular a subjetividade do trabalhador a partir do discurso de envolvimento, reforçando a essência do trabalho alienado. Para o autor, "quer pelo exercício laborativo manual, quer pelo imaterial, ambos, entretanto, controlados pelo sistema de metabolismo societal do capital, o estranhamento (Entfremdung) do trabalho

encontra-se, em sua essência, preservado" (p. 132). Logo, as mudanças no modo de produção não eliminam a alienação, mas a renovam sob novas formas.

Ademais, Antunes (1999) sublinha a importância da compreensão das formas atuais de agregação valor-trabalho, tendo em vista que a mais-valia é extraída tanto do plano material do trabalho quanto do imaterial, o que intensifica a exploração da força de trabalho por meio da redução ou mesmo eliminação do trabalho improdutivo. Entretanto, o trabalho material ainda é predominante no capitalismo global (Antunes, 1999).

No contexto das relações laborais, Antunes (1999) aponta para a crescente flexibilização, terceirização, precarização e desregulamentação, com destaque para o aumento do trabalho feminino, um subgrupo sujeito à discriminação particular, o que confirma a heterogeneidade crescente da classe-que-vive-do-trabalho, ampliando seu caráter fragmentado (Antunes, 1999).

Apesar dessa fragmentação, Antunes (1999) não abandona a perspectiva das lutas sociais como primordiais para a concretude de um processo de emancipação humana. De acordo com o autor, todas as formas de rebeldia são igualmente importantes. No entanto, em uma sociedade produtora de mercadorias, as revoltas no âmbito do trabalho possuem centralidade. Ainda, as lutas ecológicas, tal qual o movimento feminista, ganham maior vitalidade quando vinculadas à crítica da lógica destrutiva do capital.

O autor esclarece que o processo de emancipação humana passa pela luta contra a alienação do trabalho. Para Antunes (1999), é imprescindível eliminar o trabalho estranhado e fetichizado, criando indivíduos livremente associados. Essa nova ordem social, dotada de sentido dentro e fora do trabalho, encontra-se vinculada à necessidade de eliminar integralmente o capital e o seu sistema de metabolismo social em todas as suas formas, isto é,

> Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá desestruturado o capital. E nesse mesmo trabalho autodeterminado que tornou sem sentido o capital gerará as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho (Antunes, 1999, p. 184).

Portanto, Antunes (1999) reconhece as transformações contemporâneas, todavia insiste que o trabalho, ainda que em sua forma precarizada e fragmentada, permanece essencial ao núcleo de produção e reprodução da vida social. Ao propor a categoria da classe-que-vive-do-trabalho, o autor, sob bases marxistas, amplia o conceito de classe trabalhadora sem perder de vista a centralidade da exploração. Com isso, contribui para uma

compreensão dialética da realidade, capaz de apreender tanto permanências quanto transformações.

Assim, a classe-que-vive-do-trabalho continua como sujeito central da sociabilidade capitalista, embora sob novas condições, haja vista que a precarização, a fragmentação e a heterogeneidade são expressões de uma mesma lógica de acumulação. Nesse cenário de incerteza e desmonte de garantias coletivas, os indivíduos buscam responder à insegurança. Por essa razão, o subcapítulo adiante analisará como os indivíduos da classe trabalhadora se inserem no mundo do trabalho de maneira a resistir à vulnerabilidade que os cerca.

3.2 OS 'BATALHADORES' E SUAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

A categoria dos 'batalhadores' brasileiros, cunhada por Souza (2012) após densa pesquisa empírica, surge como alternativa interpretativa à noção amplamente difundida de 'nova classe média'. Longe de representar um deslocamento automático no interior da tradicional pirâmide de classes, essa grande parcela da população é caracterizada por trajetórias marcadas pela instabilidade, pela conquista e perda intermitente de recursos materiais, e em uma busca contínua por dignidade.

Nas fases de 'vacas gordas', como explicita Souza (2012), esses indivíduos adquirem bens e logram uma melhoria palpável em suas condições de vida e um certo conforto material. No entanto, nas chamadas fases de 'vacas magras', entregam tudo ou quase tudo que se adquiriu com seu trabalho duro. A vivência dos batalhadores é, portanto, permeada pelos 'altos' e 'baixos' de uma vivência baseada na incerteza, na instabilidade, na fé no incerto e na insistência no instável (Souza, 2012).

Esses sujeitos representam uma parte da população que sempre esteve às margens do mercado, ou nele inseridos marginalmente, todavia de maneira diferente da ralé, embora também não ocupem o espaço das classes médias tradicionais. Essa inserção não é totalmente arbitrária, pois onde a classe não possui possibilidade de interferência ativa em suas próprias condições objetivas, desenvolve-se um conjunto de saberes práticos, de *habitus*, que se torna capitalizável no mercado (Bourdieu, 2007; Souza, 2012).

Cumpre destacar que o *habitus* se refere ao conjunto de disposições para ação, sejam conscientes ou não, e que funcionam como uma espécie de 'senso prático' ou 'segunda natureza' dos agentes sociais (Bourdieu, 2007). Para os batalhadores, o *habitus* pode se manifestar na forma como eles desenvolvem estratégias de sobrevivência, já que o

conhecimento prático e a disposição para o esforço incessante configuram o que Souza (2012) denomina de ‘ética do trabalho duro’.

Essas disposições, embora não imutáveis, moldam as percepções e ações dos indivíduos com base nas condições materiais e simbólicas de suas origens (Bourdieu, 2007). Logo, escolhas individuais, gostos e comportamentos não são frutos de uma autonomia pura, mas sim de esquemas socialmente incorporados que guiam como os indivíduos percebem e interagem no mundo social, refletindo sua posição de classe e o capital acumulado ao longo de suas vidas.

As práticas de consumo, como a escolha de alimentos ou roupas, são, para Bourdieu (2007) importantes marcadores de distinção social, por meio dos quais as classes se diferenciam, com influência do *habitus*. No universo dos batalhadores, a inserção no consumo, mesmo que limitada, pode ser um vetor de mobilidade social e de construção de dignidade, pois consumir não é apenas viver materialmente melhor, mas demonstrar publicamente que se conquistou algum reconhecimento.

Em interação constante e dinâmica com a teoria dos capitais[6] de Bourdieu (2007), o *habitus* se estabelece como um conceito-chave que transcende e rompe com a dicotomia entre a agência individual e o determinismo estrutural da sociedade (Bourdieu, 2007). Isso demonstra que as ações, escolhas e percepções humanas, embora manifestadas no plano da individualidade, são simultaneamente e em sua essência profundamente condicionadas, moldadas e orientadas por um conjunto de estruturas sociais internalizadas.

No caso dos batalhadores, seu capital econômico tende a ser baixo e instável; o capital cultural formal, limitado; o capital social, variável, mas frequentemente associado à família e à religião; o capital simbólico, condicionado ao reconhecimento moral do esforço individual. A forma como esses capitais se combinam evidencia que a agência dos batalhadores é profundamente enraizada na posição de classe. Desse modo, o *habitus* não é uma simples reprodução mecânica das estruturas sociais, mas uma estrutura ativa que orienta as ações e responde às condições do ambiente social no qual o sujeito está imerso.

Por outro lado, o *habitus* individual ou de um grupo específico é moldado pelo seu pertencimento de classe, o que inevitavelmente traz à baila a questão da dominação de classe. Para Bourdieu (2007), nas sociedades modernas, caracterizadas pela elevada objetificação do

---

[6] Notadamente o capital econômico (recursos materiais e financeiros), o capital cultural (conhecimentos, habilidades e títulos), o capital social (redes de relações e pertencimento) e o capital simbólico (prestígio, honra e reconhecimento). A reprodução da classe média depende fortemente do capital social, pois sua posse pressupõe o desfrute de capital econômico e cultural (Bourdieu, 2007; Souza, 2012).

capital, a dominação de classe se afasta da forma direta e violenta, adotando mecanismos mais sofisticados e de difícil identificação.

Nesse sentido, a classe social não pode ser definida primordialmente pela posição econômica, mas sim por um conjunto de disposições[7]. Assim, o elemento central não é meramente o capital econômico – embora ele não possa ser ignorado –, mas o 'capital cultural', compreendido como a soma de 'capital educacional' e origem familiar (Souza, 2012). Consequentemente, a luta de classes se manifesta como uma disputa "pelo poder de definir nos seus próprios termos [...] os esquemas classificatórios, em grande parte inconscientes e irrefletidos, que irão servir como orientação de comportamento a todas as classes sociais sob seu jugo" (Souza, 2012, p. 58). Disso decorre que as instituições centrais da sociedade moderna são internamente atravessadas por essa luta. As ações valorizadas e sancionadas cotidianamente por essas instituições refletem, invariavelmente, o *habitus* de uma classe, ou de uma fração de classe, hegemônica.

Essa concepção permite a Souza (2012) explicar por que rotular os batalhadores como 'nova classe média' é analítica e politicamente equivocado. A ideia de que uma simples elevação de renda ou maior inserção no consumo configura mobilidade para uma nova classe ignora que classe é, sobretudo, um conjunto de práticas, disposições e estratégias. Reduzir o conceito de classe a renda corre o risco de ocultar a permanência das desigualdades estruturais e simbólicas que continuam a operar nos espaços institucionais.

Além das limitações conceituais, a análise da emergência dos batalhadores precisa ser situada no contexto das transformações do capitalismo global nas últimas décadas do século XX. Souza (2012) enfatiza que o fenômeno não pode ser reduzido à política econômica doméstica dos governos FHC, Lula e Dilma, embora tenha contribuído para ampliar a inserção no consumo.

A ascensão dos batalhadores está profundamente vinculada à financeirização da economia, que reconfigurou a lógica da produção, do investimento e do trabalho. Assim, a emergência dessa classe é produto tanto de dinâmicas internas quanto de transformações globais.

Com a financeirização, o capital se afasta progressivamente da produção direta, pulverizando o processo produtivo em pequenas unidades, muitas vezes familiares ou informais, que assumem o risco da atividade, enquanto o capital financeiro mantém o retorno

[7] Para Bourdieu, "uma classe define-se no que ela tem de mais essencial pelo lugar e valor que atribui aos dois sexos e a suas disposições socialmente constituídas" (2007, p. 102). Portanto, as classes sociais são constituídas por aportes ideológicos, morais, educacionais, ou seja, elementos construídos pelo capital cultural.

assegurado. Como o modelo fordista do chão de fábrica perde centralidade, a economia passa a depender de redes flexíveis, fragmentadas e descentralizadas, o que interfere nas expectativas e nos discursos que orientam a vida dos batalhadores.

Com isso, os batalhadores são afetados pelo ideário empreendedor amplamente disseminado na sociedade brasileira. Há, nesse cenário, uma nova semântica social que busca passar a imagem de que todos são empresários e patrões de si mesmos (Souza, 2012). Neste novo mundo, não se tem mais trabalhadores que fazem o trabalho pesado para os outros, mas um mundo onde todos são empresários. Esse discurso, embora forneça ferramentas simbólicas de reconhecimento, mascara as assimetrias estruturais e desloca a responsabilidade do fracasso para o indivíduo, ao passo que se usufrui da flexibilidade laboral.

Por isso, a classe dos batalhadores se caracteriza por uma profunda heterogeneidade profissional. Nela, encontram-se pequenos empreendimentos familiares, donos de indústrias de pequeno porte, pequenos agricultores ou mesmo os assalariados, como operadores de telemarketing e prestadores de serviços por aplicativo. Apesar dessa diversidade ocupacional, há um elemento unificador: todos estão submetidos à adaptação constante às "novas demandas de valorização ampliada do capital financeiro" (Souza, 2012, p. 56). Assim, o que liga os batalhadores não é a ocupação em si, mas o modo de inserção no capitalismo.

Com o pano de fundo da crescente precarização das relações de trabalho, frequentemente ela é mascarada como liberdade, coragem e ousadia. Para Souza (2012), trata-se de uma 'distorção encoberta', pois ela aparece travestida de oportunidade, quando na verdade exprime a desproteção resultante do enfraquecimento das instituições fordistas de segurança trabalhista.

O batalhador celebra a própria resiliência ao mesmo tempo em que internaliza condições objetivamente desfavoráveis, acreditando que são fruto de escolhas puramente individuais. Sob a perspectiva de Castel (1998), esse indivíduo estaria na zona de vulnerabilidade, onde predomina a economia popular e, consequentemente, a necessidade de um eterno improviso em condições econômicas instáveis e flutuantes. Nesta inserção, a única qualificação são os recursos de inteligência e força física, mobilizados pela necessidade humana de sobrevivência e autopreservação. Essa zona de vulnerabilidade, para Lahire (2004), seria o principal 'contexto de atualização de disposições' dos batalhadores.

Para definir adequadamente essa classe, Souza (2012) argumenta que é preciso diferenciá-la tanto das classes médias tradicionais quanto da ralé. Frente às classes médias, os batalhadores não possuem capital cultural suficiente para disputar ocupações de prestígio que dependem de diplomas, redes de sociabilidade e familiaridade com códigos simbólicos

dominantes. Mesmo quando aumentam sua renda, raramente conseguem transpor as barreiras simbólicas que separam seu mundo daquele vivido pelas classes médias.

Em relação à ralé, contudo, há diferenças fundamentais, pois os batalhadores conseguiram incorporar disposições morais e práticas que permitem integrar-se de forma produtiva ao capitalismo contemporâneo (Souza, 2012). Isso não elimina o fato de estar às franjas do mercado, mas pode lhes conferir reconhecimento relativo e capacidade de construir uma narrativa de ascensão individual.

A pergunta que se coloca, então, é: o que permite aos batalhadores internalizar disposições como disciplina e trabalho duro, enquanto a ralé não o faz? Souza (2012) identifica dois elementos centrais: o capital familiar e o pertencimento religioso. Esses fatores fornecem não apenas apoio emocional e material, mas também esquemas morais que orientam a ação cotidiana e fortalecem a capacidade de enfrentar adversidades.

O capital familiar, neste contexto, não deve ser entendido como patrimônio econômico, mas como transmissão intergeracional de valores, exemplos e práticas que reforçam a ética do trabalho duro. Embora o capital escolar seja baixo em comparação com as classes superiores, a estabilidade familiar diferencia os batalhadores da ralé, para quem "a vida é toda marcada pela precariedade e escassez" (Souza, 2022, p. 388).

Outro elemento central é a religiosidade, especialmente em formas de sociabilidade comunitária. A participação em igrejas – sobretudo pentecostais – fornece suporte social, fortalecimento emocional, redes de solidariedade e normatividades que reforçam a valorização do esforço individual (Souza, 2012). A religião atua como um mecanismo de disciplina moral e como fonte de sentido cotidiano, oferecendo ao trabalhador um enquadramento narrativo que legitima sua ação e alivia sua vulnerabilidade. Assim, combina-se uma ética de responsabilidade pessoal com práticas coletivas de apoio. São essas diferenças de socialização que conferem aos batalhadores a capacidade de desenvolver pensamento prospectivo e autocontrole emocional.

Neste diapasão, os batalhadores conquistam seu 'lugar ao sol' por meio de um esforço contínuo e exaustivo. Isso abarca sua capacidade de resistir esgotamento físico e mental inerente à acumulação de múltiplas jornadas. A rotina desses indivíduos tende a ser marcada pela necessidade de conciliar diversos empregos e turnos de trabalho. Na busca por qualificação e mobilidade social, isso se estende à dupla jornada de estudo e trabalho. Para as mulheres, essa carga é notoriamente tripla, pois, além de todo o exposto, elas absorvem a maior parte do trabalho doméstico e de cuidado, perpetuando desigualdades estruturais de gênero.

No âmago dessas jornadas, muitas vezes está uma crença extraordinária em si mesmo e no próprio trabalho (Souza, 2012), arraigada por discursos que permeiam o capitalismo contemporâneo. A conquista, portanto, não é apenas material, mas também uma vitória da força de vontade sobre as limitações impostas pela realidade.

No interior dessa categoria, há, contudo, múltiplas possibilidades trajetórias. Uma delas é a do 'batalhador empreendedor', em que a finalidade do negócio próprio é a conquista da dignidade e da autonomia por este prometido (Souza, 2012). Como resposta à precarização do trabalho, rejeitam a rotina exaustiva e a subordinação implícitas à carteira assinada. É comum que incorporem o empreendedorismo como realização pessoal, reforçando a ética do trabalho duro como valor central em suas trajetórias.

A família, nesse contexto, funciona também como núcleo de reprodução deste negócio, já que é o elemento constitutivo da concepção e interações sociais dos batalhadores. O ambiente se torna espaço de transmissão de valores, aprendizado prático e busca por autonomia. Em outros termos, a família batalhadora é a unidade econômica da classe, mas também é a sua unidade moral. Sua estrutura e organização produzem relações duráveis, baseadas em princípios morais que ultrapassam a necessidade imediata (Souza, 2012).

Essa lógica familiar reforça uma ética de responsabilidade e sustenta projetos de mobilidade que conciliam educação e trabalho desde cedo. Pais batalhadores incentivam os filhos a estudar, mas não a abandonar o trabalho; valorizam a escola como melhora possível, não como ruptura com o mundo popular. Assim, o investimento educacional não visa ao ingresso em campos elitizados, mas à qualificação mínima necessária para conquistar maior estabilidade dentro da própria lógica precarizada do capitalismo contemporâneo. Essa racionalidade evidencia que mobilidade, para os batalhadores, significa sobretudo reduzir perdas, não alcançar posições privilegiadas.

Dessa forma, ao desvendarmos as estratégias de sobrevivência dos 'batalhadores', surge uma questão central e incontornável: em um contexto em que a precariedade é a regra e os vínculos formais se fragilizam, o que constitui, de fato, o trabalho digno? A seção que se segue se propõe a analisar como essa noção se reconfigura, especialmente quando confrontada com a realidade dos trabalhadores.

3.3 A NOÇÃO DE TRABALHO DIGNO E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Na cultura ocidental, prevalece o mito de que todo trabalho é digno. No entanto, a concepção de 'trabalho digno' é tensionada por um capitalismo que, segundo Maciel (2024),

se tornou ‘indigno’. Esse novo arranjo, estruturado ao final dos anos 1970 com o declínio do Estado de Bem-Estar Social, naturaliza o desvalor da vida humana, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade, os ‘sobrantes’ ou a ‘ralé global’ (Maciel, 2021).

Com isso, instaurou-se um novo sistema global que possui como características principais a generalização, a institucionalização e a naturalização dessa indignidade presente nas camadas mais populares e vulneráveis – embora essa realidade já fosse estruturalmente presente na periferia capitalista (Maciel, 2024). Essa perspectiva ressoa com a discussão de Castel (1998) sobre ‘desfiliação’ e ‘vulnerabilidade’, em que a precariedade nas relações de trabalho e o isolamento relacional levam à marginalidade. Portanto, observa-se um aumento quantitativo no trabalho indigno e precário[8] e uma correspondente mudança qualitativa nas condições e nas relações de trabalho. Como trabalho indigno, Maciel define aquele que, para além de ser relacionado à vulnerabilidade material, constitui-se como sinônimo de:

> Trabalho socialmente desqualificado, no sentido que, para além da desqualificação formal, derivada da ausência de diplomas, certificados e saberes reconhecidos como socialmente úteis, este tipo de trabalho é moralmente desqualificado através de estigmas intersubjetivos (2021, p. 312).

A noção de trabalho indigno, portanto, remete à natureza de um trabalho que ameaça sua preservação física e moral. Maciel aponta que “é difícil imaginar um executivo [...] andando sem camisa e carregando baldes de água no meio do centro de uma grande cidade” (2021, p. 311). Logo, a essência do aumento do trabalho indigno reside no surgimento progressivo de condições e situações instáveis e imprevisíveis. Essa nova realidade laboral na Europa inclui também o desemprego conjuntural e um crescimento notável de indivíduos que dependem do assistencialismo estatal (Maciel, 2021). Consequentemente, a estabilização estrutural do trabalho, característica do tradicional centro do capitalismo, está paulatinamente entrando em um processo de desestabilização, marcado pela precarização e pela indignidade do trabalho (Maciel, 2021). Em suma, o centro do capitalismo presencia agora uma ‘precarização conjuntural do trabalho’.

A instauração da sociedade do trabalho moderna no Brasil, a partir do governo Vargas, resultou em uma inclusão apenas parcial das classes populares no sistema do trabalho digno (Maciel, 2021). Historicamente, uma parcela significativa da população brasileira permanece à margem do acesso a esse tipo de trabalho. Essa é a subclasse social que Souza

[8] Para Maciel (2021), o trabalho precário é aquele que não proporciona nem seguridade social nem vínculos sociais estáveis nem segurança ontológica. No entanto, este conceito apenas descreve situações desagradáveis de trabalho, e não explica sua dimensão moral de humilhação e negação do reconhecimento.

(2009) denominou como a ‘ralé brasileira’, isto é, ‘indivíduos sem valor’, abandonados social e politicamente.

Para Maciel e Grillo (2022), com a crescente precarização da vida humana, as metas culturais, como o sucesso pessoal no mundo do trabalho, são impostas sem que uma parcela da sociedade tenha acesso aos meios institucionalizados para alcançá-las. Isso leva muitos indivíduos a buscar meios alternativos. Para as camadas mais vulneráveis, a falta de saída leva, ou ao caminho do crime e da violência, ou à trilha do trabalho desqualificado socialmente.

Maciel (2024) enfatiza que essa realidade se torna algo intrínseco ao capitalismo contemporâneo. O sistema se reinventa para legitimar a acumulação ilimitada de capital, mesmo diante de contextos de profunda desigualdade e indignidade, o que corrobora com os estudos de Boltanski e Chiapello (2009), conforme estudado aqui.

Com isso, a precariedade estrutural do trabalho, típica da modernidade periférica, implica que nem todos têm acesso ao trabalho digno. Por essa razão, o trabalho indigno também se relaciona à condição de instabilidade e vulnerabilidade material e moral. A ausência de um salário fixo e de vínculos empregatícios estáveis compromete a satisfação das necessidades materiais mais básicas (Maciel, 2021). O cerne da questão, nesse sentido, é o cumprimento do acordo meritocrático que pressupõe a capacidade individual de prover a si mesmo o mínimo necessário para alcançar algum patamar de dignidade, embora essa seja uma tarefa permanentemente inacabada, como se estudará adiante, na parte empírica desta pesquisa.

Essa realidade exige uma redefinição do conceito de dignidade no trabalho que vá além das métricas puramente formais e jurídicas. Nesta pesquisa, alinhando-se aos estudos de Maciel (2021), a definição aqui de ‘trabalho digno’ transcende o mero cumprimento da legislação trabalhista. Por essa razão, assim como Maciel (2021), entendo o trabalho digno como aquele que garante condições mínimas de proteção e respeito ao corpo e ao espírito do trabalhador.

Essa perspectiva expandida nos permite incluir as dimensões subjetivas, psicossociais e de autorrealização, reconhecendo que a dignidade no trabalho também envolve a viabilidade de um bom planejamento familiar, e a organização do tempo de lazer. Logo, possui a capacidade de influenciar a subjetividade do sujeito e se liga à dimensão do reconhecimento e a não-humilhação (Maciel, 2021).

Com isso, se a proteção social já não é mais garantia para a maioria, a busca por dignidade pode passar a se alinhar a discursos de autogerenciamento. A subseção seguinte se

dedicará a analisar a ascensão do empreendedorismo popular como uma resposta ambígua à crise do trabalho assalariado em um modo pelo qual o trabalhador busca não somente autonomia, mas principalmente, dignidade.

3.4 A ASCENSÃO DO EMPREENDEDORISMO POPULAR ENQUANTO RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO AUTÔNOMO

No novo arranjo proporcionado pela sociedade pós-salarial, há a ampliação da zona de vulnerabilidade da qual trata Castel (1998). Com isso, origina-se o que Maciel entende como capitalismo indigno, ou seja, "a naturalização, em escala global, do desvalor da vida humana como um todo" (2024, p. 164). Isso ajuda a dar luz à ascensão do chamado 'empreendedorismo popular', que aparece como alternativa de sobrevivência em um mundo marcado por ausência de vínculos formais e por forte instabilidade social.

Em tempos de desemprego e forte precariedade, uma dificuldade significativa da classe trabalhadora é a falta de patrimônio familiar, já que isso "significa isolamento, quando não se consegue filiar-se ao mercado e se tem à disposição apenas a vontade de trabalhar" (Maciel, 2021, p. 212).

No entanto, o empreendedorismo popular nasce como apenas uma variante moderna do trabalho autônomo, comum à vida de muitos trabalhadores, mas que ganha nova semântica social a partir da redefinição do trabalho passivo e repetitivo como inovador, acompanhada das palavras 'faça você mesmo' e do discurso de que somos todos empresários de nós mesmos (Costa, 2024; Souza, 2012). Assim, a classe trabalhadora encontra portas abertas para validação de um conhecimento prático, rentável e útil: a ética do trabalho duro marcada por uma vida sem salário (Souza, 2012; Costa, 2022), o que significa não somente a ausência de vínculos formais, mas também a "incerteza econômica e a transitoriedade entre empregos mais ou menos precários, imbricados em relações familiares" (Costa, 2024, p. 3), como também observado por Serpa (2015).

Neste novo mundo do capitalismo flexível, o modelo burocrático entra em conflito com a vida contemporânea, marcada por flexibilidade, rapidez, inovação, iniciativa e criatividade. Com isso, uma nova proposta gerencialista surge como superação da burocracia. Se no século XIX houve uma demarcada caracterização da disciplina para compor a concepção 'tayloriana' e 'fordiana', atualmente a palavra de ordem está centrada na autonomia do trabalhador, que anseia cada vez mais pela gestão do próprio tempo, recorrendo,

por vezes, a uma vida sem salário ao tentar se ajustar a uma modernidade que não foi feita para prestigiar a classe trabalhadora.

Entendendo aqui a ideia de autonomia como a direção de si, o que está no cerne da questão é a busca utópica por uma liberdade que pode ser sinônimo de fuga temporária de um emprego potencialmente indigno (Costa, 2022; Maciel, 2021). Para o sujeito batalhador, como trata Souza (2012), esse contexto inclui trabalhar quantas horas forem necessárias e em qualquer ramo para pagar as contas. Maciel explica que "a qualificação informal é típica dos batalhadores: trata-se do saber popular, praticado nos pequenos comércios familiares da economia popular e familiar, adquirido geralmente com os pais, ou sozinho" (2021, p. 237-238).

Essas circunstâncias abrangem, além de desafios financeiros, um desafio moral de cumprir com as regras do acordo meritocrático, o que demonstra um *ethos* próprio de trabalho duro. Portanto, sob o pano de fundo de um capitalismo indigno, o trabalho dos camelôs representa um recurso moral para sustentar uma identidade baseada na ética do trabalho duro.

Em suma, essa inserção não se mantém apenas pela necessidade que acomete a classe trabalhadora; ela é fortemente impulsionada e legitimada por uma narrativa ideológica que transforma a obrigação de autogerenciamento em virtude. Para além das condições materiais, é crucial investigar o elemento subjetivo que sustenta essa adesão. Assim, o presente estudo buscará, adiante, esquadrinhar o espírito empreendedor, enquanto um conjunto de valores e crenças, como um fator motivacional central na construção da identidade popular.

3.5 O ESPÍRITO EMPREENDEDOR COMO FATOR MOTIVACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POPULAR

Diante das anunciadas transformações sofridas no capitalismo há, consequentemente, a ressignificação da identidade do trabalhador na 'sociedade pós-salarial' (Castel, 1998) – entendida como Pós-Fordismo por Gorz (1987), como 'modernidade reflexiva' por Beck (1997) e como 'novo capitalismo' por Sennett (2015) – marcada por vulnerabilidade social, precariedade e desemprego.

Nesse contexto, Gorz (2004) compreende que as modificações tecnocientíficas típicas do pós-Fordismo, com destaque ao potencial das novas tecnologias de informação e comunicação, colocam o homem em uma centralidade histórica peculiar, distinguindo-se no processo produtivo como recurso humano, pois "o homem-capital-mais-precioso só é homem

se pode funcionar como capital" (Gorz, 2004, p. 14). Em outras palavras, a condição humana está cada vez mais vinculada à capacidade de se transformar em capital e ser útil ao sistema produtivo.

Para Gorz (2004), a principal característica desse sistema é ser 'auto-organizador centrado'. Nesse sentido, o vínculo formal de trabalho assalariado sofre uma eterna ruptura, e em seu lugar nascem as pequenas unidades produtivas estudadas por Offe (1989), isto é, o advento do trabalho informal, que aqui chamamos de trabalho popular, que quase sempre é sinônimo de uma precariedade marcada por instabilidades e insegurança moral e material.

Logo, a interação social e a busca da formação da identidade se articulam em um complexo mundo do trabalho que se transforma e modifica as formas vigentes de proteção social, sendo tal cenário determinado,

> Pela instabilidade, volatilidade, flexibilidade, inconstância, inconsistência que produz em todos os campos, no material e imaterial, o pós-Fordismo produz também as condições ideológicas e culturais de sua dominação sobre os trabalhadores 'implicados' (Gorz, 2004, p. 53).

Nesse contexto, a sociedade globalizada radicalizou e intensificou aspectos da modernidade e, paradoxalmente, impôs novas características. A ordem calculada e previsível, assegurada pela ciência e pela tecnologia, mudou. A incerteza e a desconfiança governam a época, e a sociedade presencia o domínio do pensamento de que 'o que importa é o momento, porque a vida é agora'.

A partir disso, constrói-se no indivíduo a figura de um ser comprometido com a incerteza, sem medo das possíveis adversidades e pronto para a aventura (Sennett, 2009). O trabalho passa a transformar o indivíduo em herói (Ehrenberg, 2010). No período pós-Segunda Guerra Mundial, houve diversos movimentos em prol do desligamento paulatino da pessoa ao Estado-nação. Assim, com o esfacelamento da aproximação entre o sujeito e sua política nacional, as pessoas se tornaram 'cidadãs globais'.

A queda do Muro de Berlim e o triunfo do neoliberalismo, entre 1989 e 1991, consolidaram uma nova perspectiva social. O indivíduo passou a vislumbrar um horizonte de possibilidades, podendo ser quem quisesse, em qualquer lugar do mundo, dada a ausência de vínculos do cidadão global. Contudo, Beck aponta que "os atores da modernização acabam inevitável e bastante concretamente, entrando na ciranda dos perigos que eles próprios desencadeiam e com os quais lucram" (2011, p. 44). Seja pelo processo desencadeado da

hiperindividualização ou pelas ações danosas não visíveis a priori do capitalismo, o mundo pós-moderno sofre de sintomas indesejados provenientes de seu próprio progresso.

Nesse cenário, tornou-se comum no mundo do trabalho que o discurso gerencial utilize o esporte como metáfora para o rompimento de barreiras psicológicas e sociais no mundo do trabalho (Ehrenberg, 2010). A falácia de que o trabalhador deve agir cotidianamente como um herói desportista para 'bater a meta', alcançar seus objetivos e 'vencer batalhas' sucessivas, transfere integralmente a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso ao próprio indivíduo. É ele, portanto, o grande agente de transformação, o que reflete o processo crescente de individualização, em que a ação parte do indivíduo e para o indivíduo.

O mito heroico, transposto para a vida do homem pós-moderno, serve como amuleto para enfrentar as adversidades e incertezas da contemporaneidade. Para conquistar o pleno sucesso heroico, o empreendedorismo surge como uma via pré-projetada para o alcance dos desejos individuais, que se tornam obrigatórios para a conquista de reconhecimento social. Ehrenberg (2010, p. 12) observa que "o dever de aparecer – nem que seja apenas diante dos próprios olhos, como o nobre que deveria manter sua categoria até mesmo na miséria" – torna-se um fator comum.

Essa busca incessante é marcada pela provação diária na perspectiva heroica. Para Ehrenberg (2010, p. 33), "ter de provar, constantemente, sua própria existência é, ao mesmo tempo, o motor e a fragilidade do indivíduo puro". Além das estratégias de gestão pessoal no mundo do trabalho, Ehrenberg (2010) destaca o esporte-aventura como uma nova roupagem que contextualiza o pensamento heroico do indivíduo pós-moderno, ajudando a criar uma visão de vida e trabalho mais dinâmica e heroica. A ascensão do esporte-aventura, segundo Ehrenberg (2010, p. 16), "trabalha conjuntamente a dimensão da justa desigualdade, que se encontra na competição esportiva tradicional, e a da imprevisibilidade e do risco, que é essencial à aventura".

Com base na visão liquefeita de mundo de Bauman (2011), o esporte-aventura pode ser interpretado como uma resposta heroica à realidade instável da pós-modernidade. Lidar com a ausência de estruturas e instituições anteriormente estabelecidas resulta em um caos, e o esporte-aventura condensa todos os elementos em uma narrativa heroica para o indivíduo que sobrevive e conquista seus objetivos. Assim, o esporte serve como metáfora para lidar com problemas sociais, políticos e econômicos.

Ehrenberg (2010) destaca duas transformações nos esportes-aventura e nos indivíduos a partir dos anos 1990: o aumento da busca pessoal por autogoverno e o domínio de suas ações pessoais e profissionais; e a criação de novas regras em ambientes

desconhecidos, isto é, a invenção de novos esportes de caráter aventuresco, estratégias para o domínio do mercado capitalista.

Nas empresas, a nova ordem gerencial se baseia na busca constante por um 'sucesso' amparado pela ideologia da alta performance. Enquanto a burocratização fazia sentido em um cenário econômico seguro, após a crise, uma nova política gerencial com racionalidade econômica focada na autonomia do sujeito, ator da mudança, tornou-se necessária. Ehrenberg (2010, p. 79) afirma que, "independentemente do nível de penetração dessas práticas nas empresas (o discurso esportivo e o esporte-aventura), elas exprimem a oscilação da racionalidade gerencial em um novo paradigma da eficácia".

Dessa forma, o mito heroico serve como motor para enfrentar incertezas do novo mundo, apresentando o empreendedorismo como caminho para o reconhecimento. Essa ideologia, combinada com a meritocracia, individualiza a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso e obscurece as pré-condições sociais dos indivíduos. Para a classe trabalhadora, a busca por sobrevivência e dignidade se traduz na metáfora de 'matar um leão por dia'. É nesse cenário de 'vida sem salário' que a identidade popular se constrói.

Para tratar sobre identidade, deve-se compreender que esse conceito é uma construção social e simbólica, forjado pelos indivíduos em contextos específicos de luta e resistência. Hall (2003) complementa que elas emergem do processo de diferenciação e das disputas discursivas que moldam os grupos sociais. Nesse sentido, são listados pelo autor o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o pós-moderno.

O indivíduo do Iluminismo se baseava em um centro do 'eu', que acompanhava o indivíduo desde o seu nascimento. Sua identidade era tida como unificada e consistente, com alicerce em aspectos essencialistas. Em relação ao sujeito sociológico, este surgiu devido à crescente complexidade do mundo moderno. A identidade, aqui, seria a 'ponte' com o papel de interligar o sujeito e a estrutura, na medida em que ele buscaria, em lugares sociais objetivos, os significados que alinharão seus sentimentos subjetivos. Já acerca da concepção do sujeito pós-moderno, ela aponta que exatamente as estruturas nas quais as identidades individuais se apoiavam estão em um processo de mudanças. Logo, o próprio processo de identificação está se tornando mais provisório, variável e problemático. Como consequência, o sujeito pós-moderno é concebido como aquele que não possui uma identidade essencial e fixa, mas sim várias identidades cambiantes, circunstanciais e muitas vezes contraditórias. Com isso, as subjetividades são mobilizadas e surge a figura do 'empreendedor de si'.

Enquanto a identidade de classe esteve ancorada no ambiente fabril, a identidade popular se constitui em torno de outras referências: o comércio popular, a sobrevivência e o

espírito empreendedor, sendo este último um motor simbólico e emocional na busca por autonomia e reconhecimento (Carrieri; Maranhão; Murta; Souza, 2009).

Castel (1998), por sua vez, argumenta que o trabalho é um pilar fundamental na construção da identidade do sujeito. Isso torna possível inferir que dizer que se tem uma profissão é mais do que uma simples descrição de atividade, pois atua como uma manifestação de resistência ao estigma da inutilidade social tão atrelada aos desfiliados (Castel, 1998).

Ao longo da história, o que marca a identidade popular é um individualismo de sobrevivência, moldado na vida sem salário. O ‘batalhador' emerge como símbolo do sucesso popular. Contudo, esse individualismo se distingue da lógica neoliberal, pois não reflete uma dessocialização, mas sim uma ética enraizada na carência material e na busca por dignidade.

Nessa perspectiva, o ‘saber fazer’ é central, em oposição ao saber formal. A ideia de ter ‘seu próprio negócio’ ou ‘seu próprio corre’ ilustra a inventividade necessária e a resiliência diante da escassez, revelando um *ethos* que enaltece tanto o trabalho duro quanto o anseio por uma rotina menos exaustiva.

No entanto, o cotidiano popular é permeado por instabilidades, como a econômica, a simbólica e a institucional. Diante de transformações tecnológicas, sociabilidade violenta, expansão das igrejas neopentecostais, microcrédito e consumo popular, o empreendedorismo surge como estratégia de enfrentamento da incerteza (Costa, 2022). A fé e a esperança em um futuro melhor se tornam pilares que sustentam esse espírito empreendedor.

O capitalismo contemporâneo, impulsionado pelo neoliberalismo e pela lógica da ‘destruição criadora’[9] (Schumpeter, 1961), ressignifica o espírito empreendedor. O discurso de que cada indivíduo é ‘empreendedor de si mesmo’ permeia as periferias, transformando o empreendedorismo em um ideal de vida que é, simultaneamente, emancipador e excludente.

Desse modo, a identidade popular se estrutura na tensão entre esperança e precariedade, autonomia e dominação simbólica. Portanto, o empreendedorismo popular atua como uma narrativa heroica de sobrevivência e conquista, tendo em vista que a ilusão de liberdade aqui é um reflexo da construção social de valor e dignidade no trabalho.

A incorporação do espírito empreendedor na identidade popular, ao passo que oferece um sentido de valorização e uma narrativa de autonomia, revela-se um fenômeno

[9] Para o autor (Schumpeter, 1961, p. 110), esse “processo de mutação industrial que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos” se chama destruição criadora. Ela é executada por meio do empreendedor schumpeteriano, compreendido nesta teoria como “aquele que realiza novas combinações dos meios produtivos, capazes de propiciar desenvolvimento econômico” (Schumpeter, 1985, p. 49 *apud* Martes, 2010, p. 261).

ambíguo. A força dessa ideologia reside em sua capacidade de mobilizar subjetividades, convertendo a vulnerabilidade estrutural em mérito individual e a luta por sobrevivência em virtude. No entanto, ao analisar esse fator, surge a questão fundamental: seria este 'espírito' um mero reflexo da individualização imposta pelo capitalismo flexível, ou ele representaria um mecanismo ideológico mais sofisticado e adaptado à classe trabalhadora? Com base nesta indagação, verificaremos adiante, em uma inspiração weberiana, se estamos presenciando a emergência de um novo espírito do capitalismo.

3.6 ESTAMOS DIANTE DE UM NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO?

Weber (2004), em sua brilhante análise que explora a conexão entre o protestantismo e o desenvolvimento do capitalismo, sustenta que a essência deste último transcende a mera busca por lucro – algo que existiu em diversas sociedades e épocas anteriores ao seu surgimento. Para o autor, o capitalismo se resume a uma busca por lucro sempre renovado por meio da empresa permanente, capitalista e racional (2004). O elemento crucial, conforme o sociólogo, residia na emergência de um 'espírito do capitalismo', uma mentalidade com profundas raízes éticas e religiosas, que orientava a conduta econômica dos indivíduos.

O capitalismo moderno surge no século XVI nos países do Ocidente, principalmente nos ambientes de confissão protestante. Curiosamente, Weber (2004) também verifica, ao final do século XIX, que, nas regiões da Alemanha, território em que vivem lado a lado católicos e protestantes, estes últimos detêm, em maior número, as rédeas do poder industrial e comercial. Logo, o autor começa a perceber um possível encadeamento causal entre religião e comportamento econômico, notando que o surgimento do capitalismo está intimamente ligado a uma específica orientação de conduta. Essa orientação seria estabelecida por um sistema religioso, o protestantismo, que prega a negação do mundo. Nesse sentido, o fiel deveria rejeitar os prazeres terrenos e buscar indícios de sua salvação na vida eterna. Esses indícios apareceriam na disciplina para o trabalho árduo, na frugalidade, no sucesso econômico, no acúmulo de recursos para novos empreendimentos, entre outros (Weber, 2004).

Weber (2004) salienta a individualidade histórica do conceito de 'espírito do capitalismo' ao explicá-lo. Portanto, jamais será desvelado em sua completude, mas sim parcialmente, por meio de seu significado cultural mediante análise histórica capaz de expor progressivamente seus elementos eleitos como essenciais. O cerne deste espírito está enraizado nesse *ethos* voltado ao trabalho árduo, à busca incansável pelo lucro e à acumulação de riqueza, encaradas como uma virtude moral. Essa mentalidade não era motivada por desejo

de consumo ou prazer, mas sim pela convicção de que o sucesso financeiro era um sinal de virtude e eficiência na vocação[10] de um indivíduo. Assim, ao estudar sobre os principais sujeitos e instituições que fazem o espírito do capitalismo se desenvolver desde o século XVI, Weber (2004) observa que o protestantismo esteve presente nas regiões mais avançadas do sistema. Em outras palavras, o capitalismo está se desenvolvendo mais em nações onde a maioria é protestante.

Weber (2004) estudou o Calvinismo, o Metodismo, o Pietismo e as Seitas Batistas, sendo estes representantes históricos do protestantismo ascético. Ele percebe a influência que as sanções psicológicas, originadas nas crenças e nas práticas religiosas, tiveram na conduta prática dos indivíduos e assim os mantinham fiéis trabalhadores. A conclusão a que ele chega é de que a religião moldou a forma de pensar e de agir.

Em países de maioria puritana calvinista, devido à própria doutrina da predestinação de João Calvino, que se diferencia da salvação pela fé, de Martinho Lutero, o espírito do capitalismo tende a se desenvolver (Weber, 2004). A doutrina da predestinação calvinista, ao gerar intensa preocupação sobre a condição de eleito, levava o fiel a manifestar comportamentos disciplinados e a se dedicar ao trabalho árduo, à poupança e à renúncia dos prazeres mundanos, em um processo denominado ascetismo intramundano (Weber, 2004). Desse modo, a vocação ascética é um mandamento de Deus a todos os indivíduos que trabalham para a glória divina, estabelecendo, assim, uma relação entre ascetismo e economia (Weber, 2004). Assim, para Weber (2004), o calvinismo, mais do que outros ramos do protestantismo, parece ter promovido o espírito do capitalismo.

Dado o exposto, a Reforma Protestante não implicou na eliminação do controle da Igreja sobre a vida do indivíduo, mas na substituição por uma nova forma de controle. Significou o repúdio de um controle praticamente imperceptível à época, pouco mais do que formal, em favor de uma regulamentação da conduta como um todo, que penetrando em todos os setores da vida pública e privada, era infinitamente mais opressiva e severamente imposta (Weber, 2004).

Essa racionalização da religião, juntamente à ênfase na responsabilidade individual, conduziu à secularização da sociedade (Weber, 2004). À medida que a religião perdia seu papel central e direto na vida cotidiana das pessoas, outras esferas sociais começaram a se

[10] A vocação, dentro da ética protestante, seria um talento, uma forma de perceber as intenções divinas, pois o talento é algo natural, uma predestinação (Weber, 2004). Este talento seria, em sua forma materializada, a profissão do indivíduo, pois o homem é chamado por Deus não apenas para que tenha uma atitude contemplativa, mas também para cumprir sua missão no mundo, por meio do seu trabalho. Com isso, o sucesso material seria o sinal de que você está fazendo a obra de Deus na Terra e, portanto, assegurou seu lugar de 'eleito' (Weber, 2004).

autonomizar, seguindo princípios próprios independentes da fé. Isso levou ao 'desencantamento do mundo'[11], e o progresso dessa racionalização foi reforçado pela lógica capitalista emergente, que possui no risco, na instabilidade e na ausência de perspectivas de longo prazo seus elementos estruturantes, tornando a sociedade moderna guiada por critérios racionais e pragmáticos (Weber, 2004; Sennett, 2009).

Em resumo, a partir do *ethos* aqui descrito, a busca incessante por lucro e o trabalho árduo eram encarados como virtudes e, tendo em vista o pano de fundo da vertente calvinista do protestantismo, um possível indício da condição de eleito. O capitalismo weberiano, portanto, exigia uma orientação durável e um caráter estável, essenciais à coesão social e à empresa permanente (Weber, 2004; Sennett, 2009; Castel, 1998).

No cenário do capitalismo contemporâneo, marcado pela crise da sociedade salarial e pela ascensão do modelo flexível, o que se manifesta é uma profunda reinvenção desse 'espírito'. Como defendem Boltanski e Chiapello (2009), o sistema capitalista se renova constantemente em suas ideologias com base na justificativa do bem comum, pois "as pessoas precisam de poderosas razões morais para aliar-se ao capitalismo" (Boltanski; Chiapello, 2009, p.). Em outros termos, o espírito do capitalismo sempre se reconfigura para se manter legitimado. Para tanto, a justificação do sistema deve estar orientada para a justiça.

O empreendedorismo popular emerge, nesse contexto, como um dos sintomas da nova sociedade do trabalho brasileira e, simultaneamente, como um novo vetor ideológico para a legitimação deste capitalismo (Boltanski, Chiapello, 2009). A principal distinção está na motivação e no suporte ideológico. O ascetismo weberiano era voltado à acumulação e ao reinvestimento racional; o cerne do 'novo espírito' não está mais ancorado na teologia somente, mas especialmente na ideologia da meritocracia de risco. O trabalho árduo e a disciplina subsistem, mas sua finalidade é reconfigurada: não são mais sinais de predestinação, e sim o suporte fundamental para a sobrevivência diária. Para Souza,

> Podemos vislumbrar pressupostos que são compartilhados pelos batalhadores e que restam como o pano de fundo de uma economia moral incorporada em suas disposições e articulada nas representações do mundo. Essa economia moral, apesar de sem objetivos de classe específicos claramente articulados, nutre-se de pretensões pré-reflexivas sobre a necessidade de garantias de dignidade básica e de justiça para todos os cidadãos (2012, p. 239).

O capitalismo atual, ao dissolver as garantias coletivas (Castel, 1998), e promover a individualização, exige que o sujeito seja um 'eu' eternamente maleável (Sennett, 2009). Essa

[11] Conceito weberiano que descreve a perda do aspecto mágico ou religioso da existência (2004).

maleabilidade, imposta como necessidade de adaptação, é o oposto do caráter durável valorizado no modelo weberiano. A racionalidade que levou ao ‘desencantamento do mundo’ para Weber (2004), agora se aplica à autorregulação individual, forçando o trabalhador a gerir o próprio risco em um ambiente de incertezas e instabilidades.

O novo espírito, adaptado à lógica neoliberal, apropria-se de conceitos como trabalho e vocação (ressignificada como ‘empreendedorismo de si mesmo’), desvinculando-os das proteções sociais e vinculando-os à vulnerabilidade. A renúncia de prazeres, antes um meio para a salvação, torna-se uma necessidade diária para a sobrevivência econômica, transformando, na prática, o ‘arriscar’ em um imperativo para a classe trabalhadora (Sennett, 2009). Acreditamos, desse modo, que estamos diante de um espírito do capitalismo pós-Boltanski e Chiapello.

O argumento que sustenta a ideia proposta reside na extremidade social e econômica em que essa ideologia se manifesta. A análise de Boltanski e Chiapello (2009) focou principalmente na reinvenção ideológica que mobilizou prioritariamente os executivos, absorvendo a crítica por autonomia e descentralização para aumentar o engajamento corporativo. O cenário ‘pós’ demarca o momento em que a retórica da flexibilidade e do empreendedorismo é deslocada para a classe trabalhadora que, apesar de atuar no mercado de trabalho com alguma possibilidade de ascensão social, vivencia grande parte da vida na zona de vulnerabilidade de Castel (1998).

O discurso do ‘empreendedor de si mesmo’ agora se torna uma justificativa moral para a precária participação no mercado dos ‘batalhadores’. Em essência, o sistema transforma a precariedade em ‘virtude’ de adaptabilidade, exigindo do trabalhador uma flexibilidade que se traduz em verdadeiro improviso. O sucesso financeiro deixa de ser um sinal de eleição para ser uma prova da capacidade de adaptação em um mercado impaciente (Weber, 2004; Sennett, 2009).

Portanto, entendemos este novo espírito como o da sobrevivência flexível e da meritocracia de risco, que exige a reinvenção individual e profissional constante, e a aceitação da precariedade como norma. Isso traz à baila uma nova roupagem à sociabilidade anunciada pelas novidades no mundo do trabalho, que agora possui a vulnerabilidade como elemento central. O empreendedorismo popular é sintoma e vetor ideológico do novo capitalismo brasileiro (Boltanski, Chiapello, 2009). Diferente do ascetismo weberiano focado na acumulação racional, o "novo espírito" centra-se na ideologia da meritocracia de risco, onde o trabalho árduo e a disciplina visam a sobrevivência diária, não a predestinação.

4 O EMPREENDEDORISMO POPULAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS CAMELÔS

Este capítulo se dedicará a apresentar o universo de pesquisa e as trajetórias de Camelôs do Shopping Popular Michel Haddad, em Campos dos Goytacazes. Inicialmente, serão detalhadas as notas sobre a metodologia e o campo, explicitando as escolhas metodológicas que nos permitiram a construção de retratos sociológicos, com inspiração em Lahire (2004). Em seguida, serão salientadas as entrevistas feitas, abordando trajetórias familiares, a realidade da vida de improviso, a defesa diária da dignidade e os limites de autonomia enfrentados pelos indivíduos abordados. Esses são elementos cruciais para compreender como a promessa de dignidade se manifesta e é negociada no cotidiano do trabalho popular.

4.1 NOTAS SOBRE A METODOLOGIA E O CAMPO

Nesta pesquisa, interessou a pesquisa empírica no sentido de compreender os aspectos mais profundos da experiência do empreendedorismo popular em trajetórias de camelôs do Shopping Popular Michel Haddad, em Campos dos Goytacazes, analisando suas trajetórias de vida. Que contextos sociais condicionam esses trabalhadores a buscar uma forma de trabalho marcada pela flexibilidade e aparente autonomia? Como eles lidam com essa instabilidade e com a necessidade de constante adaptação, objetiva e subjetivamente? Em que medida discursos meritocráticos (associados à lógica neoliberal) são apropriados ou ressignificados nas formas de pensar, sentir e agir desses indivíduos? Como a subjetividade desses sujeitos é afetada nesse arranjo laboral? E, de forma central, como esses trabalhadores constroem sentidos de dignidade em seu trabalho e quais são os limites de sua autonomia?

Mediante esses questionamentos que envolvem o novo capitalismo e sua relação com a classe trabalhadora, a hipótese desta pesquisa é que, partindo do pressuposto que o empreendedorismo popular, como o trabalho do camelô, pode ser uma ‘salvação do desemprego’ e, portanto, da indignidade, esse tipo de trabalho oculta seu lado precário e instável por meio da sobreposição de elementos ideológicos (como discursos atrelados à meritocracia e o espírito empreendedor) que atuam para que esses trabalhadores sintam ter o domínio de suas vidas e de sua narrativa com uma autonomia relativa e flexibilidade. Mergulhados nessa lógica, esses sujeitos se sentem em ameaça de cair na indignidade ou, paralelamente, no que Castel (1998) chamou de ‘desfiliação social’.

De modo a cumprir com os objetivos da pesquisa e compreender os conteúdos subjetivos e 'pré-reflexivos' nos sujeitos entrevistados, optou-se pela metodologia qualitativa cujo método é a história de vida (ou retratos sociológicos). A partir de entrevistas semiestruturadas e observação participante, a partir de conversas abertas, a ideia foi investigar o sentido do empreendedorismo popular e da dignidade por meio da perspectiva dos próprios camelôs. Com base na narrativa autobiográfica do sujeito, o retrato sociológico é construído. Isso permite confrontar as disposições individuais com práticas institucionais, promovendo leituras plurais e favorecendo um olhar sociológico contextual.

O esforço metodológico se concentra no aprofundamento e na qualidade da informação obtida, bem como na reincidência de discursos e práticas. A base deste percurso metodológico vem, em sua essência, de Souza (2012) no uso da sociologia crítica, inspirado nas pesquisas empíricas desenvolvidas por Pierre Bourdieu e pelos estudos teórico-empíricos de Bernard Lahire. Como Lahire (2004), busquei delinear um tratamento propriamente sociológico para a individualidade dos atores sociais, destacando as disposições[12] para agir, para crer e para sentir, além das dissonâncias entre as disposições.

Em sua obra, Lahire (2004) objetivou a realização de uma sociologia experimental com um novo método. Para tanto, utilizou-se de um dispositivo metodológico inédito para entrevistar várias vezes os mesmos indivíduos, com uma posterior análise em profundidade da trajetória de cada um, tratando de temas relacionados à escola, ao trabalho, à família, à sociabilidade, a práticas culturais, dentre outros.

Lahire (2004) propôs um novo uso da tradição disposicionalista. Em complemento à Bourdieu (2007), o *habitus* para Lahire (2004) não se caracteriza como um sistema de disposições homogêneas. Para ele, sociedades diferenciadas tendem a proporcionar experiências sociais variadas aos indivíduos que a constituem. Dessa maneira, a interação com diferentes grupos e instituições é uma "prerrogativa que os indivíduos estejam incorporando novas disposições a cada nova experiência social duradoura com a qual se deparam e acumulam, ao longo de sua trajetória de vida, um patrimônio de disposições" (Lima Júnior; Massi, 2015). Nos termos do autor:

> Uma disposição não é uma resposta simples e mecânica a um estímulo, mas uma maneira de ver, sentir ou agir que se ajusta com flexibilidade às diferentes situações encontradas. No entanto, nem sempre a disposição consegue se ajustar ou se adaptar,

[12] Para Lahire (2004), uma disposição se refere a um passado incorporado de experiências já vivenciadas e reforçado pela duração da socialização, que molda as formas de ver, sentir e agir, orientando ações e comportamentos. Em outros termos, esse conceito remete à compreensão sobre como o social é incorporado por aquele ator, tendo em vista que os indivíduos devem ser estudados em sua unicidade (Lahire, 2004).

> e o processo de ajuste não é o único possível na vida de uma disposição. Dessa forma, ela pode ser inibida ou transformada (Lahire, 2004, p. 30).

Ademais, Lahire (2004) preconiza que nem tudo que é incorporado se traduz em disposição, isto é, nem todas as experiências socializadoras passadas são determinantes nas formas de agir, pensar e sentir. A depender de uma gama diversa de experiências sociais, podem tratar-se apenas de propensões, inclinações e tendências. Assim, é o passado incorporado somado ao contexto de ação que vai desencadear na prática social.

Conforme Souza (2018), a cientificidade de uma pesquisa qualitativa não reside nos números, mas em seu poder explicativo efetivo, a partir de um quadro teórico que lhe garanta reflexividade. Para desenvolver uma pesquisa empírica qualitativa com qualidade é preciso profundidade para acessar as contradições, lacunas e rachaduras no discurso e no comportamento dos atores sociais. Com isso, Souza (2012, 2018) apresenta um método de acesso distinto da realidade social, baseado na reconstrução e contextualização da informação concedida pelo entrevistado para extrair uma veracidade científica. De acordo com o autor:

> Tomar a primeira declaração de qualquer entrevistado sobre si mesmo como verdade final é sempre ingênuo e conservador, posto que reflete apenas o interesse universal em legitimar sua própria condução da vida em relação ao mundo e a nós mesmos (Souza, 2018, p. 471).

Em vista disso, quando uma entrevistada me disse considerar seu trabalho "digno" já que "o trabalho dignifica o homem", torna-se necessário reconstruir e contextualizar essa informação. Assim, pode-se obter acesso, como percebeu Souza (2018), aos interesses que produzem esse tipo de resposta e que podem estar 'inconscientes' e 'pré-reflexivos', em diálogo com o princípio de 'não-consciência' trabalhado por Lahire (2004).

Esse método de pesquisa, que inclui um aprofundamento da sociologia disposicional (Lahire, 2004) foi empregado em diversas obras de Souza (2012, 2018), com entrevistas em profundidade, retorno ao campo e observação participante. Isso foi feito com a contribuição de vários pesquisadores, como Fabrício Maciel, com o intuito de compreender a realidade social ao desvelar as bases das injustiças sociais legitimadas.

Busquei realizar a pesquisa empírica de maneira funcional e coerente ao tempo limitado do mestrado. Por essa razão, foi feito apenas um encontro com cada um dos entrevistados, com observação participante e constante retorno ao campo, já que todas as entrevistas ocorreram no Shopping Popular Michel Haddad. Foram abordadas temáticas

semelhantes às usadas por Souza (2012), Lahire (2004) e Maciel (2017, 2018). Ao todo, foram realizadas dez entrevistas, que serão analisadas na seção seguinte.

Em relação ao referencial teórico, autores como Castel (1998), Sennett (2009) e Boltanski e Chiapello (2009) foram cruciais para fundamentar as questões gerais da crise da sociedade salarial, do capitalismo flexível e da legitimação ideológica do novo espírito do capitalismo, respectivamente. Apesar da excelente contribuição macrossociológica desses autores ao contextualizar o surgimento de um regime de incerteza e da ideologia do 'empreendedor de si mesmo' ou do 'colaborador' autônomo, suas análises não chegam a apresentar uma pesquisa que mostre, empiricamente, como esse subjetividade flexível e empreendedora se manifesta, é apropriada e negociada nos indivíduos pertencentes às classes populares. Para Lahire (2004), a maioria das ideias interessantes que circulam na área das Ciências Sociais poderiam se mostrar inúteis empiricamente, isto é, as ideias nem sempre encontram as condições ideais quando são aplicadas, e a pesquisa empírica é sempre "imperfeita, impura e lenta".

Consequentemente, buscamos uma forma de testar empiricamente a validade e a pertinência relativas de um aparato conceitual disposicional. É possível compreender melhor os fenômenos macrossociológicos, como a ascensão do empreendedorismo popular, observando e compreendendo o comportamento dos atores sociais empiricamente (Lahire, 2004). Portanto, a partir das transcrições e narrativas dos entrevistados busquei uma compreensão analítica. Com isso, não seria possível dizer previamente se o camelô se trata de um trabalho indigno. Todas as discussões conceituais são hipóteses de pesquisa que se apresentaram a partir do material teórico utilizado. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica também engloba a metodologia utilizada, com a utilização de obras que tratam sobre capitalismo contemporâneo, trabalho digno, empreendedorismo popular e reconhecimento.

Torna-se imperioso destacar que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o objeto pretende oferecer um panorama diferenciado das pesquisas que vêm sendo realizadas acerca do tema do empreendedorismo popular, a fim de construir um quadro que inclui questões simbólicas, subjetivas e o patrimônio de disposições incorporadas para além das questões que permeiam o trabalho precário. A partir disso, visa-se à abertura de novas perspectivas e hipóteses para futuras pesquisas nesse campo, que é antigo se pensado na temática do trabalho de maneira abrangente, todavia se mostra em constante transformação, especialmente se pensado no empreendedorismo popular enquanto busca por autonomia e dignidade.

As trajetórias de vida apresentadas no capítulo a seguir são as histórias fielmente contadas por cada entrevistado. As dez entrevistas foram semiestruturadas, cujo roteiro se

encontra no anexo deste documento. Com a intenção de reconstruir a história individual dos indivíduos, foram incluídos temas relacionados à origem social, escolaridade, trajetória profissional (incluindo a entrada no Camelô), desafios cotidianos, impactos da pandemia do Covid-19, expectativas de futuro e sentidos atribuídos ao trabalho. No entanto, seguindo o planejamento, o roteiro da entrevista não foi seguido de maneira rígida. Busquei fazer as perguntas contidas no questionário, mas deixei que os entrevistados falassem livremente, de forma que, em muitos casos, diversos assuntos vieram à tona antes mesmo que eu questionasse. Importante salientar que todas as conversas foram gravadas com consentimento, e optei por transcrever as falas dos entrevistados da forma exata que foram ditas, ou seja, preservando a linguagem coloquial, as hesitações e os erros gramaticais, para manter as nuances das narrativas individuais.

O ambiente do Shopping Michel Haddad[13] enquanto espaço destinado ao comércio popular ilustra, de maneira vívida, a zona de vulnerabilidade de Castel (1998). A criação deste camelódromo, em 1991, está ligada ao processo de modernização da cidade de Campos para o ordenamento urbano, mas também para atender às necessidades dos comerciantes ambulantes, que relataram viver uma concorrência desleal com lojistas (Campos Souza, 2018).

Em um primeiro momento, essa mudança significou melhora nas condições de trabalho e menor discriminação, pois antes esses sujeitos eram vistos como ‘vagabundos’. Neste novo local, os comerciantes já não mais ficavam expostos às condições climáticas da maneira que ficavam nas ruas, além de obterem, agora, acesso a banheiro (Campos Souza, 2018).

Entretanto, em minhas observações, que foram entre seis de junho e dezessete de julho de 2025, o cenário que percebi foi bem diferente. Trata-se de um local com infraestrutura precária, algo inclusive comentado constantemente pelos entrevistados. Constatei a presença de odores intensos e desagradáveis, associados a dejetos humanos, bem como dificuldades no escoamento das águas pluviais, sobretudo em períodos de chuva, o que favorece a ocorrência de alagamentos na área.

Ademais, os sanitários existentes se encontram em estado precário de conservação, tornando-se, na prática, inadequados para uso. Soma-se a isso o elevado fluxo de trabalhadores e a grande concentração de bancas dispostas de forma contígua, o que, aliado às

[13] O Shopping Popular Michel Haddad, em Campos dos Goytacazes, recebeu esse nome em homenagem a Michel Haddad, um dos primeiros comerciantes de rua, de origem libanesa. A homenagem póstuma foi concedida pelo então prefeito Anthony Garotinho, que batizou com o seu nome o camelódromo, inaugurado em 07/12/1991 na Rua Barão do Amazonas, Centro, ao lado do Mercado Municipal (Campos Souza, 2018).

altas temperaturas predominantes durante grande parte do ano, contribui para uma alta sensação térmica no ambiente.

Embora a quantidade de comerciantes ali seja alta, não foi tarefa simples conseguir voluntários para a pesquisa. Por se encontrarem na materialização da zona de vulnerabilidade de Castel (1998), muitos deles acreditavam estar 'perdendo tempo' ao conversar comigo, já que poderiam estar realizando vendas nesse mesmo tempo.

No entanto, um ponto curioso foi que a maior parte dos indivíduos que não se mostraram solícitos a participar da pesquisa era composta por jovens (aproximadamente entre 18 e 25 anos, a julgar por sua aparência física). Isso encontra ecos em Beck (2011), que liga o individualismo à desconfiança institucional, insegurança social e isolamento pelo trabalho, o que traz perda do senso de coletividade. Ehrenberg (2010) complementa, vendo o individualismo como a busca pelo 'sucesso heroico' e o 'dever de aparecer' como indiscutível para alcançar reconhecimento social.

Observei também outro aspecto relevante, que diz respeito às atividades ali predominantes. Elas englobam a comercialização de mochilas, bolsas, óculos, bonés e capas para celular, além da prestação de serviços como conserto de celulares e aplicação de películas protetoras nas telas. Essa concentração de atividades quase homogênea gera um alto grau de competitividade no ambiente. Consequentemente, a luta pela atenção do consumidor é intensa, pois os camelôs adotam uma estratégia de abordagem constante e vocalizada das pessoas que transitam no espaço, quase que em uma espécie de marketing de rua, para convencer o cliente a parar, negociar e, finalmente, consumir em sua banca.

Com isso, aproveitei-me em algumas dessas abordagens para me apresentar, explicar brevemente a pesquisa e questionar ao indivíduo se estaria disposto a conversar comigo por alguns minutos. Portanto, os entrevistados foram selecionados quase de maneira aleatória, haja vista a dificuldade de fazê-los utilizar seu tempo para falar comigo. Tratou-se de uma amostra não probabilística por conveniência, em que se priorizou os participantes que se mostraram disponíveis ali. Ainda cumpre salientar que, a fim de preservar a identidade e a história desses voluntários, utilizei nomes fictícios para me referir a cada um deles aqui.

4.2 ELENA: A DEPENDÊNCIA QUÍMICA, A FÉ E O EMPREENDEDORISMO POPULAR COMO TESTEMUNHO

Conheci Elena em uma manhã ensolarada e movimentada no Camelô, quando ela já estava com suas três bancas abertas, alinhando bolsas, mochilas, óculos e caixinhas de som.

Ela foi minha primeira entrevistada e, quando expliquei a pesquisa, seus olhos brilharam com uma mistura de felicidade e ansiedade; recomecei a gravação três vezes pois ela queria “falar bonito”. Nascida em Cantagalo e moradora de Guarus, aos 47 anos Elena carrega no corpo e na voz a marca de uma trajetória moldada pelo comércio popular e por uma história pessoal de rupturas, vícios, fé e reinvenções.

Sua trajetória profissional está profundamente entrelaçada ao legado familiar. Elena herdou o ponto da avó e cresceu no comércio popular desde menina, enquanto os pais trabalhavam em fazenda sem nenhum acesso à escolarização formal. Embora tenha formação técnica em Contabilidade e certificado de Chef de Cozinha, como conta, o comércio sempre a puxou de volta. Ela já passou por restaurantes, lojas de roupas e de calçados, fornecendo inclusive peças íntimas no atacado, mas o camelô acabou se tornando o eixo de sua sobrevivência e o centro de sua identidade.

Sua rotina atual é marcada por certa autonomia, que ela valoriza, mas reconhece como frágil diante da precarização que assola o comércio de rua. Elena fala com frustração sobre a concorrência com a internet, e relata perdas constantes de venda porque o cliente pesquisa o preço on-line na sua frente: “chega um cliente aqui, tanto. X. Não. Ah, na internet é tanto. Então, eu já deixei de vender aqui por causa da internet”. A percepção de injustiça convive com a consciência pragmática de que também precisa estar presente nas redes: “hoje em dia, se a gente não aparece na internet, parece que não existe”.

Elena mobiliza o ‘saber fazer’ típico dos batalhadores (Souza, 2012). E, para ela, essa competência de improvisar, negociar, ceder e insistir, é essencial para quem trabalha no camelô: “a gente vai no nosso preço, viu que ele coisa? Você tira cinco reais, mas já dá pra tomar um café, dá pra você pagar uma passagem, entendeu? Então tem que saber trabalhar”. A negociação é, para ela, mais que técnica; é sobrevivência. Cada pequena flexibilização do preço é uma manobra para manter o fluxo diário que garante o mínimo.

O sentido de dignidade, em sua narrativa, não se apoia em direitos formais ou proteção estatal, mas na crença de que a honestidade é o núcleo moral que sustenta a vida. Sua fala recorre frequentemente ao vocabulário religioso, especialmente à ética protestante da Universal. Ela cita a Bíblia como seu guia diário e prático, não apenas espiritual: “o certo tem que ser certo. Errado é errado. Jesus falou o quê? Sim, sim, não, não. Dá a César o que é de César e dá a Deus o que é de Deus, então tem que ser correto”. Para ela, a ética do trabalho duro é um princípio inegociável, sustentando sua moralidade e sua autoestima.

O principal motor do trabalho de Elena é o projeto familiar, especialmente seus filhos. A preocupação central é que eles superem sua trajetória e consigam estabilidade por meio da escolarização:

> - Os meus planos, meus objetivos, eu trabalho pelos meus filho. Ah, mas sua filha já é de maior, não, eu penso neles, porque eu, pra mim, eu já tô com 47 ano, eu já... dá pra mim sobreviver. Se eu sair agora, dá pra mim sobreviver. Mas eu penso neles. Eu quero o melhor pra eles, dar o melhor pra eles mas é o qual o meu melhor, eu quero que eles faz um curso, não quero que ele fique no camelô, eu quero que ele faz um curso que vai passar, e pra ele trabalhar fora.

A ascensão social, para ela, é medida pela educação formal que ela busca proporcionar aos filhos. Seu objetivo é que eles "voem", a partir de possibilidades negadas a ela em razão dos vícios que marcaram sua juventude. Nesse sentido, a fé ocupa papel estruturante em sua narrativa, reorganizando sentidos, práticas e expectativas. Elena relata que viveu 18 anos de dependência química, além de uso abusivo de álcool e oferta de serviços sexuais em estradas. Morou na rua com a filha pequena, situação que narra de forma crua, sem diminuir o horror da experiência: "meu fundo de poço foi chegar a morar na rua com minha filha". Tentou o suicídio três vezes nesse período:

> - O que que aconteceu? Eu morava com meus pais lá em Goitacazes, só que eu vim estudar em Campos, como eu te falei, que eu fiz a contabilidade. Vim estudar lá em Guarus. Nisso que eu comecei estudando, eu conheci, que eu já trabalhava no camelô, mas eu já conheci o vício, entendeu?
>
> - *Uhum.*
>
> - Fui me juntando, me juntando. Acaba, as meninas foi e falou 'vamo alugar uma casa', que nem era uma casa, era um cômodo, só num chão que eu botava, assim, um cobertor, esse que até que a gente leva pro presídio. Esse ainda do presídio é melhor do que o que eu forrava. Deitava naquilo ali, saía linda e maravilhosa, toda arrumada. Loira, eu era de luzes, saltão, toda arrumada e tal, ficava nas BR, não tem vergonha de falar. Eu tinha amostro o meu antes e o meu depois. Eu dançava nas mesas, eu te amostro aqui eu dançando nas mesa. Então, hoje, eu falo, eu falo, pra mim, as pessoas vinha falar de Deus pra mim, eu falei, Deus existe? Como que Deus existe que eu tô nessa vida lamaçal? Minha vida tá destruída. Eu tentei três suicídios na minha vida, me joguei da passarela, me joguei dessa Beira Valão aqui, na esquina perto do McDonald's ali, tentei suicídio e tomei remédio de raiva. E chamei polícia pra esses pastores aí, que não é pastor Jair, pastor Jair apareceu depois.

Portanto, neste complexo momento de sua vida, ela vivenciou a zona de desfiliação de Castel (1998), pois viveu sob o estigma da inutilidade social, desqualificando-a político e civicamente. Elena foi inserida no contexto de um trabalho desqualificado socialmente, último na fila da dignidade (Maciel; Grillo, 2022).

Para ela, a conversão não foi apenas espiritual, mas existencial. Diz, com convicção, que “hoje vai fazer dezessete anos, não tem desejo nenhum de bebida, de nada, não tenho desejo”. A religião, portanto, em especial a fé evangélica da Igreja Universal, atua como um recurso de apoio psicossocial fundamental a ela.

Essa experiência de salvação opera como um capital moral significativo, dando a ela autoridade para atuar como voluntária em presídios e abrigos pelo projeto “Vício tem cura”. A disposição para trabalhar com aqueles que ainda estão no vício é apresentada como ato de gratidão e missão: “eu perco aqui um milhão, mas eu ganho uma alma aqui que num tem preço. Uma alma não tem preço”. A fé, aqui, ultrapassa a dimensão privada e se converte em prática pública, expressão de um *ethos* moral que liga trabalho, testemunho e transformação.

A definição de ‘vencer na vida’ que Elena mobiliza se diferencia das noções neoliberais de empreendedorismo que circulam no discurso público. Para ela, vencer não significa acumular bens, mas “honestidade. Vencer na vida é honestidade, pra mim”. Essa moralidade desloca o eixo da vida digna da dimensão material para a ética, resgatando uma forma tradicional de reconhecimento. Para Bourdieu (2007), a luta por reconhecimento e por melhores condições de vida se manifesta nas sociedades contemporâneas, tendo em vista a redefinição da relação salarial imposta na transição para o pós-Fordismo.

O ambiente do Shopping Popular também compõe sua narrativa de luta e reforça a precariedade desse trabalho. Elena descreve as dificuldades enfrentadas: a chuva que enche o corredor, o sol que queima as mercadorias, a sujeira que afasta clientes, além da proximidade constante com pessoas em situação de rua:

> - Olha o que o sol faz, viu a cor?
>
> - *Danifica, né?*
>
> - A cor verdadeira dela é essa, tá vendo? Mas olha aí…
>
> - *Mudou, né?*
>
> - Aí eu faço o quê? Tem que vender ainda nem o preço que eu paguei ainda. Ah, tanto, vai aí tanto, 50 reais vai embora, tendeu? Assim que eu faço.

Cada elemento desse ambiente exige cálculos diários para proteger mercadorias, atrair clientes e manter-se firme. É o cenário material da precariedade, que Castel (1998) descreve como zona de vulnerabilidade, onde a instabilidade é um fator-chave.

Ademais, a mobilização familiar é essencial para sustentar o negócio. Embora atualmente tenha dois filhos adultos, sendo “uma menina de vinte e cinco e um menino que

vai fazer dezoito", o entrelaçamento entre trabalho e família sempre foi intenso. A filha a acompanha na igreja frequentemente, e por vezes fica com ela nas bancas do camelô; o filho participa do comércio e das idas a fornecedores, além de trabalhar consertando celulares. Constata-se, aqui, a ativação da família como rede de apoio e força de trabalho.

Elena não vê sua história apenas como trajetória pessoal, mas como referência moral para os filhos e para quem encontra nos espaços de voluntariado. Sua preocupação recai sobre a coerência entre discurso e prática: "eu tenho que dar o meu exempro é na família, e fora. Não só dentro da igreja. Eu tô dentro da igreja tô falando de Jesus. Mas e aqui fora? Como que vai ser meu comportamento?". A moralidade é apresentada como algo encarnado, uma disposição incorporada e reiterada todos os dias.

Uma contradição aparece quando Elena critica o uso excessivo de celulares, apontando-os como responsáveis pela destruição das relações familiares, ao mesmo tempo em que depende das redes sociais para vender. Para ela, o celular é simultaneamente ferramenta de sobrevivência e ameaça moral: "isso acabou com a família", afirma, reforçando uma visão moralista e ambivalente da tecnologia.

Sua leitura sobre o comércio local inclui críticas recorrentes à presença de comerciantes chineses, que "estão dominando Campos". A percepção de ameaça externa se mistura a uma visão nostálgica de um passado recente em que, segundo ela, havia mais movimento e mais respeito ao comércio popular. Essa análise está diretamente ligada também à sua orientação política: Elena votou em Bolsonaro e associa sua gestão a um período de maior prosperidade.

Ademais, a política aparece em sua fala de forma pragmática, desiludida e generalista. Ela afirma que "todos roubam", revelando uma visão cética da classe política como um todo, com exceção pontual do ex-presidente, que situa como figura positiva. Sua adesão parece menos ideológica e mais relacionada à percepção de que, em sua época, "o comércio girava". É uma leitura prática do mundo, alinhada às condições materiais e afetivas de sua trajetória.

A precarização econômica atravessa toda a entrevista. Ela relata dias de venda mínima – "tem dia que faz 25 reais" – e meses ruins, como maio e janeiro. Os riscos se acumulam: viagens longas para buscar mercadorias, pagamento de comissões a fornecedores, extorsão policial, possibilidade de perder tudo na estrada. Cada investimento é um risco e cada risco é absorvido por ela de maneira solitária, mantendo uma postura resiliente que enaltece a perseverança como virtude. Essa visão se expressa quando ela diz que "eu prefiro ter minhas luta do que só vitória. Porque se eu tiver só a vitória, eu vou me acomodar". Aqui

aparece uma reconfiguração moral da precariedade: a luta constante é apresentada como condição para não “cair”, para manter-se firme e em movimento. A meritocracia aparece como crença estruturadora, mas adaptada à sua realidade, onde o esforço moral supera a busca por resultados econômicos.

Os planos futuros também revelam essa tensão entre desejo e limitação. Elena sonha em ter uma loja e morar mais próximo do Centro, mas reconhece que isso depende do movimento e de uma melhoria que ela não controla. Os sonhos existem, mas estão sempre condicionados à capacidade de vender, de negociar e de “não desanimar”, expressão que se repete com frequência ao longo da entrevista.

A narrativa de Elena se sustenta sobre três pilares: o trabalho no comércio de rua, a fé como eixo de reconstrução e a centralidade da família. Esses elementos organizam sua vida prática, seu julgamento moral e sua visão de futuro. Sua história articula passado e presente, mostrando como a experiência do vício se tornou motor de uma vida orientada para a disciplina, a religiosidade e a perseverança.

Ao final, entre muitas interrupções de gravação, já que as bancas dela são bem movimentadas e ela precisava parar para atender a clientes constantemente, a trajetória de Elena revela a complexidade de uma mulher que atravessou ruas, vícios, conversões e reinícios, encontrando na religião e no comércio popular não apenas sobrevivência material, mas um sentido profundo de missão. O camelô não é, para ela, apenas o lugar onde trabalha; é o espaço onde reafirma sua dignidade, sua ética e seu papel no mundo.

4.3 LEANDRO: A ARTE COMO SEU LEGADO E SUA FONTE DE FORÇA DIÁRIA

Minha conversa com Leandro ocorreu em uma manhã abafada de segunda-feira. Ele estava sentado em sua pequena banca, enquanto assistia a um vídeo em seu celular. Seu espaço, embora pequeno, é repleto de colares, brincos e pedras, tudo feito à mão. Ele me recebeu com certo conformismo, embora educado, e me disse de antemão que “a história é longa”.

Leandro, de todos que entrevistei, é o mais velho, com 64 anos. Nascido em Baixa Grande, na Baixada Campista, ele explica que sua mãe era doméstica e seu pai, operário da usina, ocupações típicas de famílias em que a luta é um imperativo desde cedo. Essa herança se reflete em seu próprio capital escolar formal, que é limitado. Ele abandonou os estudos antes de terminar o curso técnico de contabilidade, explicando que:

> - Eu não, não... eu desisti cedo, meus estudos, eu casei muito cedo, 17 anos já tava um homem casado. E eu fiz até o segundo grau só.
>
> - *Segundo grau?*
>
> - É, eu nem terminei, na época eu fazia era... o terceiro ano de contabilidade, na época né que era... E parei, nem terminei…
>
> - *Técnico?*
>
> - É, técnico de contabilidade, não é, nem terminei o último ano, parei que na época eu trabalhava até de auxílio em escritório. No mesmo dia que eu larguei o, a escola, larguei e no outro dia eu já estava na praça com a Banca de Artesanato, porque na época o artesanato dava muito dinheiro, a época hippie, dos anos 60, então era uma fonte de ouro, então eu... eu já estava casado, já, a mulher... tava grávida, já tinha, já tinha uma menina, já tinha outra para nascer, e eu fiz essa loucura, larguei o emprego e fui trabalhar mas na época ganhei muito dinheiro.

A despeito de sua própria trajetória, o projeto familiar de ascensão social foi transferido para a prole, refletindo um esforço de distinção social por meio dos estudos (Bourdieu, 2007; Maciel, 2021). Enquanto Leandro nunca saiu da vida de artesão, seus cinco filhos alcançaram a profissionalização formal. Quando pergunto se eles já o ajudaram em algo relacionado às peças ou às vendas, ele diz: "não, eles nunca foram dessa vida não [...] eu tenho um que é formado em Direito, tenho dois formados em Ciências Contábeis... já são casados, já me deram neto, agora até bisneto eu já tenho". Ele ressalta sua união de 46 anos com sua companheira, que sempre foi dona de casa, e explica que a família, para ele, é a base de tudo: "Eu acho que a família é tudo. Família é a base de tudo. Tanto é que você nasce, como é que você constrói". Mais do que acumulação material, a afetividade construída nas relações familiares parece ser um dos elementos centrais da vida de Leandro.

Ele possui apenas uma banca, que lhe foi ofertada quando se dissolveu o comércio artesão na Praça São Salvador, em Campos. No entanto, ele paga uma taxa mensal à Prefeitura (inferior ao valor de um aluguel):

> - Eu comecei nas ruas em 1979, entendeu?
>
> - *Mas o senhor tá aqui no Camelô há bastante tempo?*
>
> - [...] Eu ficava era na Praça São Salvador, né? Então quando fizeram o Camelô, eu não ia. Mas no primeiro Camelô houve uma reunião, mas na época como nós éramos os artesanatos, já tinha nossa ferinha, nós conversamos com o Prefeito, e ele deixou que ficasse só nós ali próximo ao Correio. O resto veio tudo pra esse Camelô, que era o antigo.
>
> - *Entendi.*
>
> - Só que na segunda remessa, quando eles fizeram o outro Camelô, aí já não podia mais ninguém ficar na rua. E os artesanatos tinham acabado, só tinha sobrado eu,

> então eu tive que me encaixar. Aí foi quando surgiu o Camelô de lá, e eu me cadastrei e fiquei de lá e vim pro de cá.
>
> - *E aí não precisou pagar nada?*
>
> - Não, eu sou... eu... tá em meu nome... o que eu pago aqui é o chão, né? Pago, eu acho que agora tá em... cento e pouco, oitenta [...], eu não sei porque houve uma mudança de preço agora... e a gente paga todo mês, né? E eu sou um microempreende... sou um micro também, né? Então eu pago o MEI e o chão. É a minha despesa aqui.

Ele se autodefine como um artista, em oposição direta à figura do empreendedor, que ele rejeita: "não, eu sou um artista, empreendedor não, nunca soube lidar com finanças, com dinheiro, não. Eu sou um artista, eu vejo as coisas pelo um outro lado, um lado imaginário, entendeu? Um lado lendário, no lado histórico, entendeu?". Sua identidade profissional é, portanto, fortemente ligada à dimensão criativa e contemplativa, distanciada da lógica do lucro.

No Camelô, ele se insere como um "estranho no ninho", sendo o único artesão em meio aos comerciantes de produtos comprados (camelôs tradicionais). Ele se vê como um "resistente ainda... e o único lugar que me sobrou foi aqui", pois representa a 'era *hippie*', um remanescente do artesanato livre e economicamente próspero dos anos 1970 e 1980.

O artesanato de Leandro passou por uma ressignificação em sua vida. O antigo artesanato que "ganhava dinheiro, que era pulseiras, brincos, colares" está sendo substituído por uma dedicação a "esculturas, a peças maiores que falam, que retratam a história de, da nossa cidade". Essa mudança demonstra um investimento em um capital simbólico mais duradouro e socialmente valorizado, focado no resgate histórico e cultural, que é notado por sua rede de contatos, como o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Campos.

No entanto, a instabilidade financeira é uma marca de seu ofício. Leandro admite estar passando "a pior parte da, da, da minha vida de rua tá sendo atual, nesse momento", devido à falta de dinheiro e à queda nas vendas do artesanato e de todo o comércio físico. Ele se compara à fábula da cigarra e da formiga, pois se endivida no inverno (período fraco) e paga as dívidas com o lucro do verão, quando trabalha nas praias, e é conhecido como o 'rei do tererê'. Essa plasticidade de atividades é uma manifestação de seu capital prático para sua sobrevivência.

O sentido do trabalho para Leandro transcende a subsistência econômica, revestindo-se de uma profunda dimensão moral e existencial. Ele afirma categoricamente: "É o tudo. Eu acho assim que o meu trabalho é a minha terapia, é onde eu tiro a minha força, pra

lutar". Isso justifica sua luta diária e reforça sua autoestima como alguém que "trabalha com a arte, né, com as mãos".

Sua visão de sucesso não se concentra na acumulação de capital. A riqueza, para Leandro, está nos valores éticos e no bom caráter. Ele valoriza a saúde, o sonho e a sabedoria, afirmando que "pra mim, as três maior, as três riquezas do mundo, as três maiores riquezas começam a letra 'S'. Primeiro, a saúde, o sonho e a sabedoria". O triunfo é moral: "eu acho que vencer na vida é você chegar ao final de sua vida com... com boas coisas assim, você não ter precisado humilhar ninguém, passar por cima de ninguém".

A fé, desvinculada de uma instituição religiosa, atua como um código de conduta pessoal. Mesmo sem ter religião, ele "segue os mandamentos de Jesus". Essa moralidade é o motor de sua crença na meritocracia, ao concluir que toda pessoa que se esforçar, pode mudar sua realidade, desde que priorize os valores de caráter.

Apesar da baixa escolaridade, Leandro demonstra um forte capital cultural autodidata. Ele é um leitor assíduo ("eu leio, leio muito, né"), estudioso da história indígena de Campos e um aspirante a escritor, afirmando ter "vontade de terminar meus dias escrevendo", e de ter feito faculdade de História. Esse investimento intelectual e artístico eleva seu *habitus* (Bourdieu, 2007) para além do trabalho manual, posicionando-o como um intelectual popular, um "contador de história".

Sua visão sobre o futuro do mercado de trabalho é marcadamente pessimista: "não, não, vejo com pessimismo". Leandro articula um diagnóstico social em que a tecnologia, a robótica e o mundo virtual são vistos como forças destrutivas para o mercado de trabalho e para a sociedade. Ele prevê que "a robótica vai tirar muita, muita gente do mercado" e que a "tecnologia tá dominando tudo".

O pessimismo de Leandro é reforçado pela sua percepção de uma crise moral e ambiental que afeta a economia. Ele correlaciona os desastres naturais e as guerras ao redor do mundo com o impacto negativo na economia e com a destruição da natureza pelo homem, lamentando que as consequências estão vindo e a "tendência é piorar". Sua visão alcança um tom apocalíptico, onde "vai diminuir, vai, vai muita gente vai embora em pouco tempo eu acredito demais... eu num vejo muita coisa boa não, eu vejo o final dos tempos, mesmo".

A trajetória de Leandro é a de um artista-filósofo, um *habitus* forjado na rua e na arte, que resiste ao declínio do comércio físico. Sua vida é uma dialética entre o passado de ouro da 'era *hippie*' e o presente de luta. Sua realização é simbólica (na arte, na história e nos filhos formados) e moral (na dignidade do trabalho e na honestidade), compensando a ausência de um capital econômico sólido, o que fica evidente quando ele diz que:

> - Muita gente prioriza os bens materiais, né? E eu não, nunca me apeguei a nada assim material... eu nunca tive ambição de ter um carro, por exemplo, nunca tive um carro, nunca tive uma moto, só tive minha casa pra criar meus filho, mas nunca tive isso. O dinheiro, o jeito que ele vinha, ele entrava, ele saía, entendeu?

Ele declara ter votado em Lula nas últimas eleições, mas não culpa governo algum pelas dificuldades que enfrenta. Ele fala sobre as enchentes do Sul como exemplo de desastres ambientais que, uma hora ou outra, terão efeitos sobre todos: "ele é um bom político, eu acho que ele tá tentando. Apesar das dificuldades mas ele tá, tá fazendo o papel dele". Beck (2011) concorda aqui, quando afirma que, no capitalismo contemporâneo, os riscos são potencializados ao máximo. O sistema negligencia os rastros da destruição ambiental em nome do progresso econômico, e, ironicamente, esses riscos acabam por atingir aqueles que os produziram ou que lucraram com eles.

Portanto, Leandro é um batalhador que se destaca por ser o único artesão entrevistado, e o único observado no Camelô. Não tem nenhuma pretensão de se rotular como empreendedor, pois viver de sua arte com honestidade já demonstra ser suficiente a ele, tendo conseguido proporcionar estudo aos filhos e mantido boa convivência com todos eles. A dignidade, para Leandro, é sinônimo de estar em paz consigo mesmo.

4.4 ELISA: A LUTA COTIDIANA E A DESILUSÃO POLÍTICA

Ao conhecer Elisa, precisei convencê-la de que a pesquisa nada tinha a ver com política, explicando que se tratava de um estudo acadêmico. Ainda assim, a entrevista dela foi uma das mais curtas, já que ela continuou desconfiada e respondeu a todas as perguntas da forma mais rápida e direta possível, mesmo com tentativas de expandir as perguntas.

Aos 53 anos, Elisa nasceu e sempre morou em Campos dos Goytacazes, tendo passado a infância no interior, enquanto seus pais trabalhavam na lavoura. Hoje, reside no Centro, próximo à Praça da Lapa. Solteira e sem filhos, seu capital escolar é limitado ao "segundo [grau] completo". Embora tenha tentado buscar estudos mais aprofundados no Rio de Janeiro após terminar a escola, ela menciona que "acontecem algumas coisas na vida da gente que a gente tem que, a gente desiste um pouquinho". Com isso, ela retornou a Campos e conheceu a mulher que hoje considera sua mãe, ainda que não seja biológica.

O ponto do camelô onde trabalha pertence à sua mãe, no entanto, quem efetivamente trabalha ali é Elisa, como conta: "ela não é minha mãe biológica, mas o ponto é dela. Mas

quem trabalha sou eu pela deficiência, o ponto sempre foi dela, né? Então não é alugado, é… ela conseguiu por mérito dela mesma". Entretanto, Elisa conta que não possui vontade de expandir: "olha, ambição eu não tenho nenhumas não, porque, tipo, [...] aqui dá pra gente sobreviver, né".

Elisa se considera uma empreendedora, assim como a sua mãe, e não se espelha em figuras públicas, preferindo focar em si mesma e em suas próprias decisões. Sua experiência é a de quem encontrou na autonomia proporcionada pelo Camelô uma forma de sustento e de paz, afirmando categoricamente que "hoje eu não quero trabalhar pra ninguém mais não… porque você estuda hoje, e… você não consegue um emprego bom, e às vezes acaba ganhando até menos às vezes do que você trabalhando aqui". Nesse sentido, cabe aqui recordar que a desvalorização social do diploma é disseminada no início dos anos 2010, quando se impõe a sensação de que o conhecimento obtido com esforço e investimento financeiro, além de redundante em um mundo hiperconectado, é desperdiçado em um mercado de trabalho que não o assimila de acordo com a formação que os sujeitos acreditam ter (Costa, 2022). Portanto, o ponto central da identidade profissional de Elisa é a rejeição veemente ao emprego formal, opondo-se diretamente à figura do patrão e da submissão. Para ela, o trabalho com carteira assinada implica uma condição de "escravização" e "desvalorização".

Sua crença no esforço individual é forte, pois ela acredita que "se você quer mais, você sabe que você vai ter que trabalhar mais, né? [...] Porque você não vai ganhar a vida dormindo, ganha? Não ganha, não ganha". A autonomia, nesse sentido, é seu maior ganho no trabalho como camelô. Ela valoriza a liberdade de "fazer seu horário", de chegar e ir embora na hora que deseja, contrastando com a rigidez e a falta de reconhecimento que percebe ao "trabalhar pros outros". No entanto, quando descreve sua rotina diária no camelô, onde se esforça para começar por volta das 8h, confessa que "a gente que é dona de casa não consegue", delineando o trabalho doméstico, que muitas vezes fica relegado às mulheres. O trabalho se estende até cerca de 15:30h ou 16h, podendo se prolongar em épocas comemorativas, como o Natal, mas afirma que "não me mato não".

Apesar de se sentir realizada e achar seu trabalho digno por ser o meio para "comer, vestir, pagar, honrar com meus compromissos", Elisa relata que o movimento "tá piorando pra gente, não tá muito legal" e explica que um dos problemas é a concorrência com o comércio de bairro, onde as pessoas encontram "quase tudo".

A falta de infraestrutura urbana no Centro de Campos é outro obstáculo central. Ela questiona a lógica de o cliente ter que "pagar um estacionamento caríssimo, deixar seu carro,

sua moto longe" para comprar no camelô, o que torna a experiência desvantajosa. Essa realidade é agravada pela ascensão das vendas on-line:

> - *E isso já vem de muito tempo, ou é algo mais recente?*
>
> - Eu acho que depois que o pessoal parou, começou esse negócio de venda por internet, que… é, dificultou um pouco pra gente, né? Porque antes o pessoal procurava tudo camelô, camelô. Hoje, você vem no camelô, você acha só coisa de celular, porque ninguém quer botar mercadoria, porque sabe que tudo você acha no mercado, no… na internet, às vezes com preço até melhor, e um preço que a gente não consegue acompanhar, né?

Com isso, ela identifica a internet como um inimigo poderoso do camelô, inserindo-se em uma competição no mercado moderno que é arraigado pela dinâmica do capitalismo digital. Desse modo, a internet redefine as regras do jogo e insere o camelô em uma disputa acirrada no mercado contemporâneo, um campo profundamente enraizado na dinâmica complexa do capitalismo digital. O camelô, então, é obrigado a repensar suas estratégias de sobrevivência. Para Costa (2022), o empreendedorismo popular é "esse movimento de continuidades e mudanças, em que práticas residuais da economia popular são permeadas pelas tendências dominantes que conformam a lógica cultural do capitalismo contemporâneo" (p. 41).

O sentido do trabalho para Elisa transcende a mera subsistência econômica e assume uma profunda dimensão moral. Essa moralidade se traduz em sua definição do que significa 'vencer na vida':

> - A gente acha que vencer na vida é ficar rico. Eu não acho, acho que desde o momento que cê tá honrando com seus compromissos, pra mim já é uma forma de vencimento, porque você... A gente nasceu sem roupa, né? A gente já tem roupa, já tem tudo. Tem um trabalho… É, tipo assim, você consegue pagar um médico, porque aqui você… dependendo do SUS, do… você não consegue nada, né? Então você tem que botar na sua cabecinha e depender de você, você e pronto. Você e Deus. Porque ninguém ajuda ninguém, né?

Conforme Souza (2012) também percebe, interpretações de condições de vida mais dignas aparecem como acesso à saúde, trabalho, moradia, comida e educação. Ser bem-sucedido, para Elisa, é algo desprovido da lógica de acumulação, o que ela justifica pela efemeridade dos bens materiais: "quando a gente morrer a gente não vai levar nem a roupa, a gente não escolhe nem a roupa que tá no corpo da gente". Ademais, questiona a necessidade de querer muito, principalmente se isso implicar em "pisar nos outros".

Sua vivência de improviso e resistência foi seu principal recurso durante a pandemia de Covid-19. Elisa e sua mãe conseguiram trabalhar "mesmo com a, com a banca fechada", vendendo de fora para o cliente que pedia, o que garantiu a subsistência em um momento de crise. Esse 'saber fazer' evitou o acúmulo de dívidas, mesmo com a obrigatoriedade de pagar taxas municipais. Ela relata que a família conseguiu "quebrar um galho" e que o esforço foi grande, enfrentando o sol do lado de fora, o que demonstra a força física e a disposição necessárias para sobreviver nesse contexto. Ainda, ressalta que "não sentiu tanto" o impacto financeiro por ter conseguido continuar trabalhando, já que "nem todo mundo tinha o mesmo, mesmo assim... é… saúde pra trabalhar igual a gente, ficar lá no sol, encarando o sol, né?".

Em termos de planejamento financeiro, Elisa consegue sustentar a casa com a renda obtida no Camelô e consegue fazer uma "reservazinha". Em caso de dificuldades financeiras, ela diz que "aí tem que recorrer o banco, né?", já que não recebe auxílio governamental. Mencionou, ainda, ter pegado um empréstimo pela Caixa Econômica Federal para construir sua primeira casa.

Diferentemente de outros relatos aqui estudados, a religião não se configura como um elemento central na trajetória de vida desta interlocutora. Elisa declara que não segue nenhuma religião atualmente, embora tenha sido criada na igreja católica e passado pela Batista. Essas experiências anteriores, no entanto, não culminaram na adoção de uma fé específica ou na permanência em uma dessas instituições. Isso aponta para uma autonomia em suas escolhas espirituais ou para uma indiferença em relação à prática religiosa institucionalizada. Sua vida, segundo seu próprio relato, é pautada por outros elementos que não a filiação ou a devoção religiosa formal.

Sua visão do futuro do mercado de trabalho é marcadamente pessimista, especialmente para Campos, onde ela não vê melhorias e lista as opções limitadas de trabalho: "flanelinha, ou cê é camelô… ou cê vai trabalhar em loja". Elisa revela, dessa forma, um desânimo significativo em relação às oportunidades disponíveis para ocupações mais qualificadas. Ainda assim, quando questionada se gostaria de trabalhar em outro ramo, ela afirma com convicção: "não, não quero. Nem se eu pudesse, não quero. Quero trabalhar aqui mesmo".

O tempo para lazer é praticamente inexistente em sua rotina, o que sublinha a carga do trabalho autônomo, além do trabalho doméstico, o que reflete a dupla jornada de muitas mulheres trabalhadoras. Ela declara não ter tempo livre, – a não ser por breves momentos em dia de domingo – pois quando não está no camelô, está cuidando da casa, e qualquer vontade de viajar é neutralizada pela preocupação com a violência: "olha, passear, a gente tem vontade

de passear, mas a violência é tão grande que você até desiste. Às vezes você ficar dentro de casa, você tá mais guardado, né? Vontade a gente tem".

Em relação ao governo, Elisa defende que os políticos deveriam ajudar os camelôs, mas não o fazem por falta de vontade, pois "eles só fazem melhoria pra eles, pra gente não". Portanto, a desilusão política de Elisa é um reflexo de seu desamparo. Embora tenha votado em Lula nas últimas eleições – motivada pela aversão a Bolsonaro –, ela não votaria em mais ninguém, pois conclui que "nenhum dos dois" (Lula ou Bolsonaro) fez algo para melhorar a situação para as pessoas do seu meio.

Desse modo, a trajetória de Elisa não se limita a um simples relato de experiências, mas se configura como um complexo espelho das contradições inerentes à sociedade contemporânea. Ela expõe a tensão entre a apropriação do discurso meritocrático por meio da ética do trabalho duro e a dura realidade cotidiana que se manifesta na defesa diária da dignidade. Para Elisa, viver com dignidade é estar com as contas básicas pagas e 'ir atrás do seu', com honestidade.

4.5 EVA: REINVENÇÕES CONSTANTES E AMBIÇÃO EMPREENDEDORA

Quando me apresentei à Eva, que possui apenas uma pequena banca ao final do Camelô (local onde não transitam tantos clientes), ela se mostrou uma pessoa calma, simpática e disposta a me contar sobre sua trajetória. Aos 43 anos, Eva reside em Martins Lage. Ela revela uma figura que articula o espírito empreendedor e a disposição para a luta, delineando características típicas de uma batalhadora.

Eva é natural de Rondônia, mas mora em Campos desde 1999. Ao longo desse período, passou por diferentes bairros, como Guarus, onde criou seus filhos. Há apenas cinco meses, mudou-se para Martins Lage. Essa mobilidade e constante busca por melhores condições de vida esclarecem uma busca diária por dignidade fundamentada na 'luta diária'.

A vida familiar de Eva também é um pilar central em sua narrativa. Foi casada por vinte e seis anos, e hoje é divorciada. Ela é mãe de dois filhos: um rapaz de 25 anos, que cursa Fisioterapia e planeja ingressar em Medicina, e uma jovem de 19 anos, que reside com o pai, estuda e trabalha. Ambos a ajudam, por vezes, no transporte de mercadorias para a banca. Seu pai, por sua vez, contribuiu com uma pequena ajuda financeira inicial, e com "palavras de motivação" para que ela prosseguisse com o empreendimento.

Contudo, ela sente falta "de uma ajuda, né? De uma pessoa, às vezes, para poder me ajudar, né", mas reconhece que não possui condições de contratar ninguém, o que a obriga a

ser “só eu comigo mesma”. Logo, embora Eva valorize sua autonomia conquistada em seu ponto alugado, onde trabalha há cerca de um ano, ela precisa lidar com o fato de que o empreendedorismo,

> Por um lado, estimula a agência do indivíduo, curtido no profundo desejo de viver por conta própria. Por outro lado, reestabelece a centralidade do trabalho, ressaltando a negatividade do assalariamento, substituindo-o por uma fantasia de satisfação individual (Costa, 2022, p. 45).

Com apenas o ensino médio completo, Eva possui uma longa e ininterrupta experiência no comércio, totalizando mais de vinte anos. Assim, esta é a materialização de um sonho antigo: “ter uma loja, né? Meu sonho sempre foi ter uma loja. E… e eu entrei aqui com o dinheiro que, que eu conquistei, um dinheiro que eu sempre trabalhei no comércio”.

Eva destaca o fato de estar fazendo o que gosta, o que reforça o sentido de realização pessoal no trabalho (Maciel; Grillo, 2022). Ela vende em sua banca semijoias, bolsas, e, mais recentemente, óculos e relógios, que foram agregados com o lucro obtido na praia, no verão. Nesse período, sabidamente de baixo movimento em Campos, ela conta que trabalhou com peças de moda praia, e aproveitou o Carnaval em São João da Barra com mercadorias temáticas:

> - Deus me deu uma luz e eu fui pra praia, trabalhar na praia, com moda praia. Foi assim, foi, foi o que me, que me trouxe para cá de volta. Porque lá eu consegui levantar um dinheiro na praia, vendendo coisas de praia. E no carnaval, eu também recebi uma oportunidade de trabalhar no carnaval com mercadoria de carnaval. Uma pessoa me cedeu um espaço lá em São João da Barra, e eu só abasteci. Enchi de mercadoria, trabalhei no carnaval. Aí ficava assim, de dia, trabalhava na praia. E à noite, no carnaval. Aí fiz um dinheiro.

O improviso é essencial para a sua sobrevivência. Por meio do relato de Eva, é possível perceber a necessidade de adaptação às sazonalidades do comércio de Campos, buscando outras fontes de renda. Com o dinheiro obtido, ela pôde diversificar seus produtos e “levantar um dinheiro” para reverter em capital de giro para seu negócio.

A busca por autonomia é um elemento central. Ao comparar sua experiência anterior como trabalhadora com carteira assinada com a atual, Eva defende que as exigências são as mesmas do emprego formal. Ela compara as responsabilidades:

> - Eu gosto de trabalhar para mim. Entendeu? Exige a mesma coisa. Trabalhar para você e trabalhar para os outros, na minha concepção, a diferença é só que você está trabalhando pra você. É seu, você vende, você tem. Agora, a responsabilidade é a

> mesma. Aquela pontualidade de chegar cedo. Entendeu? Eu chego aqui sete horas. Vou embora seis horas da noite. De bike, moro lá em Martins Lage.
>
> - *Todo dia?*
>
> - Todo dia. Entendeu?

Ao mencionar que seu trajeto diário é feito de bicicleta (aproximadamente 40 minutos), Eva sublinha o esforço físico necessário para a manutenção de sua autonomia e defesa de sua dignidade. Sua narrativa é marcada pelo desejo de crescimento: quer ampliar o negócio, pegar outra banca e aumentar o faturamento. Eva enxerga o espaço do Camelô como oportunidade e espaço de ascensão possível, desde que se trabalhe com esforço e persistência.

No entanto, apesar de não ter muitas queixas, destaca que sua vontade de expandir esbarra na falta de capital financeiro "porque força de vontade, saúde, eu tenho. Eu só precisava de ajuda financeira, que é o que eu acho que a maioria precisa, né? Mas eu também tenho disposição para trabalhar, muito, graças a Deus".

Para Eva, o trabalho vai além da subsistência e adquire sentido moral, com base em sua fé (evangélica). Ela se diz "muito" realizada e considera o seu trabalho digno, pois "Deus conhece minha luta e eu sou muito guerreira". Ela expressa a visão clássica de que "o trabalho dignifica o homem" e valoriza o esforço suado. Para ela, o trabalho é "gratificante demais, [...] não tem preço", o que confere um sentido existencial à sua luta diária.

Sua definição de sucesso está vinculada a valores éticos e à ação. Para Eva, 'vencer na vida' é "lutar, trabalhar com garra, confiança e determinação". Isso sugere que o sucesso é medido pela persistência e pela atitude proativa do indivíduo, e não necessariamente pela acumulação material.

Ao passo que acredita no esforço individual de cada um para alcançar suas metas, Eva afirma que "o comércio deu uma caída". Ela atribui essa defasagem à concorrência da internet, pois "hoje em dia tem [...] outros meios de você comprar mais barato, então cê não vai dar prioridade tanto para a sua cidade, né? Assim, pro seu, pra sua loja, se tem como você comprar on-line". Contudo, ela demonstra otimismo sobre o futuro, acreditando que "as pessoas nunca vão deixar de comprar" e que é preciso "correr atrás da modernidade".

Eva se vê como uma empreendedora, e um marco em sua vida foi um relacionamento com um empresário de Campos. Ela relata ter aprendido com ele a ter "*feeling* para o negócio". Para ela, não basta ser "uma boa vendedora", mas é preciso ter a sabedoria para comprar "o que sai na sua cidade" uma manifestação do capital prático incorporado na sua atividade.

No planejamento financeiro, embora consiga sustentar sua casa sem receber auxílio do governo – já que mora apenas com o filho –, Eva reconhece a dificuldade em fazer uma reserva de emergência, o chamado "caixa 2", mesmo sendo MEI (Microempreendedora Individual) e contribuindo para a aposentadoria. A incerteza do mercado se manifesta em meses melhores e piores: "agora em junho a gente tem a perspectiva de melhorar, né?". Em caso de necessidade de ajuda financeira, ela recorreria ao banco para fazer um empréstimo – como já fez no passado –, não à família.

Eva demonstra, como muitos brasileiros, uma visão crítica sobre a carga tributária, defendendo que o governo deveria reduzir os impostos para auxiliar, sobretudo, os pequenos empreendedores. Ainda, menciona, de maneira aparentemente tímida, ter votado em Bolsonaro nas últimas eleições, motivada pela percepção de que "ele ajudou muito os empresários". Ela reconhece não acompanhar a política com profundidade, mas a "guerra" atual a motiva a buscar "aprimorar os meus conhecimentos".

No tempo livre, a religiosidade e o lazer se equilibram. Ela gosta de frequentar a igreja e, ocasionalmente, vai a um "forrozinho" às quintas-feiras:

> - *Mas se a senhora tivesse mais tempo, mais dinheiro, tem algo específico que a senhora gostaria de fazer?*
>
> - Ah, viajar. Gosto muito de viajar.
>
> - *Aqui pelo Brasil mesmo, pra fora?*
>
> - Ah, se eu pudesse ir pro exterior, né?

A trajetória de Eva é a de uma mulher que, partindo de Rondônia para Campos, perseguiu sua autonomia por meio de sua 'luta diária'. Com forte crença na meritocracia e na dignidade como um valor inerente ao trabalho honesto e suado, Eva possui o esforço físico e a inteligência necessários à vida do empreendedor popular, em que a capacidade de reinvenção é um imperativo para a sobrevivência e ocasional prosperidade.

4.6 ANTÔNIO: EPILEPSIA, PESSIMISMO E UM TRABALHO PARA SOBREVIVER

Conheci Antônio em um dia de calor abrasivo. Seu único ponto de venda se situa em uma área apertada do Camelô, o que torna sua banca menos visível e com maior mormaço. Em um primeiro momento, ele pareceu não estar disposto a conversar, perguntando por vezes quanto tempo levaria a entrevista. Expliquei que não havia um tempo certo, e que as

perguntas poderiam ser respondidas como e se ele quisesse. Com isso, ele aceitou, mas com certo desânimo em seu rosto.

Antônio é natural de Campos e sempre residiu no mesmo bairro, Parque Prazeres – região periférica da cidade. Sua origem familiar é típica da classe trabalhadora: a mãe, empregada doméstica, e o pai, frentista de posto. Marcada pela luta de seus pais, essa origem define as coordenadas de seu *habitus* inicial, em que as oportunidades de ascensão social se apresentaram escassas desde cedo, especialmente no campo da educação formal.

Seu grau de escolaridade é baixíssimo, tendo frequentado a escola por apenas "sete ou seis anos" – ou seja, ensino fundamental incompleto. Isso balizou o leque de profissões que pôde exercer, todas marcadas pelo trabalho braçal ou pela mobilidade intensa. Antes de ser camelô, a vida de Antônio foi um turbilhão de "muita coisa". Sua trajetória profissional inclui passagens como motorista, cobrador de ônibus e pedreiro, tendo inclusive registro em carteira nas duas primeiras ocupações.

Para Bourdieu (2007), o conceito de capital cultural é particularmente relevante para explicar a perpetuação da desigualdade, especialmente no contexto escolar. Indivíduos que herdam um patrimônio cultural diversificado tendem a obter maior sucesso educacional. No entanto, para camelôs, que frequentemente possuem baixo capital cultural formal, o 'saber fazer' adquirido na prática e nas redes familiares se torna um tipo de capital prático, necessário à sua sobrevivência. Isso demonstra que o capital cultural está associado à função de capital, isto é, ao bem material ou imaterial herdado ou transmitido nas diferentes formas.

O ponto onde trabalha atualmente, há quase três anos, foi herdado de sua mãe. Contudo, o início de sua atividade ali foi marcado por intensa dificuldade burocrática. Antônio relata que a transferência para seu nome foi uma "burocracia danada", que só conseguiu resolver após a troca de governo.

Sua visão sobre o trabalho atual é desoladora: "digno não, olha... isso aqui é... é última opção mesmo". Ele não se sente realizado e afirma que está ali "porque, querendo ou não, num tenho opção". O sentido do trabalho em sua vida é reduzido à sobrevivência: "o propósito aqui é só pra comer e beber mesmo. Pagar as conta de... água e luz [...] nós tamo trabalhando aqui mesmo só pra poder… sobreviver. Entendeu? Sobreviver". Aqui, mostra-se versatilidade a fim da defesa diária da dignidade, algo comum às classes populares, juntamente à fuga da zona de desfiliação e da inutilidade social (Castel, 1998; Souza, 2012; Maciel, 2021). Ademais, essa fala despoja o trabalho autônomo de qualquer romantismo empreendedor, reduzindo-o a um imperativo de sobrevivência.

A contingência que selou seu destino profissional atual foi uma questão de saúde. Por volta dos 40 anos de idade, o surgimento de um coágulo no cérebro lhe causou epilepsia. Essa condição, ao impor restrições severas a trabalhos que exijam esforço físico, fechou as portas para suas antigas profissões: “pra mim, trabalhar de pedreiro é ruim que tem que trabalhar andando, do lado de fora, num dá. Motorista também num dá”. Portanto, a doença o impede de voltar a trabalhar com carteira assinada, que ele prefere em detrimento do trabalho autônomo, apesar de pagar o MEI: “eu hoje, se eu pudesse exercer minha profissão, eu preferia trabalhar na carteira assinada”. Com isso, ele reforça sua percepção de que a carteira assinada é o ideal de trabalho digno. No entanto, torna-se imperioso citar que nem todo trabalho formal é digno, como demonstra Maciel (2021) ao apregoar que existe o trabalho formal precário, como o telemarketing.

Sua jornada de trabalho é intensa, de dez a doze horas, todos os dias, o que elimina quase todo o tempo de lazer, restrito apenas aos domingos. Seu lazer é simples e se resume a ficar em casa “jogando videogame”, pois sua esposa e filha também têm rotinas de trabalho exaustivas, já que ambas trabalham como caixa de supermercado. A restrição do convívio familiar é um custo invisível de sua ética do trabalho duro imposta à sobrevivência.

Apesar das dificuldades, Antônio consegue enxergar mudanças na questão geracional. Ele compara sua juventude, marcada pela falta de oportunidades, com a da sua filha:

> - *E o senhor acha que todo mundo que se esforçar, que for atrás das suas coisas, colocar um objetivo e... ser determinado a isso, consegue melhorar? Consegue mudar a sua realidade?*
>
> - Sim, aqueles que têm oportunidade dá sim. [...] O problema de tudo é a oportunidade, pra muitos não tem. Hoje até tá até melhor a oportunidade. Que nem eu tô falando, hoje eu tenho minha filha com 18 anos, minha filha trabalha, fez jovem aprendiz, trabalha. É uma coisa que eu não tive, na minha época não tinha. É… hoje tem colégio. Só não estuda quem não quer, porque o colégio tá aí à vontade. Dá uniforme, dá livro, dá tudo, na minha época não tinha isso. O ônibus é de graça, eu tinha que ir a pé pro colégio. Então era muito mais difícil. Hoje tá com facilidade melhor, né, pra quem quer. Que nem eu tô falando, minha filha mesmo, ela já dá uma força pra mim, com 18 anos já tá bem caminhada. Já teve oportunidade de a gente pagar escola particular pra ela [...]. Com muita força, mas conseguimo botar ela pra estudar… Fez o Enem, passou no Enem. Vai fazer faculdade ano que vem, tendeu? Já tá trabalhando, tá ganhando quase seus 2 mil por mês. Então, hoje em dia, tem muita oportunidade pros jovens. Não tinha lá atrás. Então, quem tem força e vontade, e quiser crescer um pouco, dá sim. Tem oportunidade boa. Falar que não tem é mentira.

O fato de a filha estar empregada e prestes a ingressar na faculdade, representa, para Antônio, uma quebra no ciclo da reprodução da classe. Ele e a esposa, por meio de trabalho

duro, conseguiram fazê-la estudar em colégios particulares, um investimento no projeto familiar. Portanto, pude ver algum orgulho que se materializa na educação da filha, típico dos batalhadores. No entanto, essa parece ser a condição para a mobilidade social da família.

Para Antônio, a ideia de 'vencer na vida' não se relaciona à riqueza extrema:

> - É você conseguir ter o que você quer. Comer bem, é… não ser rico. Ah, isso aí eu não almejo isso, eu almejo ter dignidade. É… um salário bom, é… ter um carro bom, uma casa boa, um conforto bom... poder comer bem, vestir bem… precisar de, de saúde, ter como manter fora do SUS, do social. Viver bem pra mim é isso. Depende da verba, é dinheiro.

Ao citar que almeja dignidade, Antônio se refere à segurança material e a certo conforto, o que está em consonância com os estudos de Maciel (2021). Este ideal se choca, contudo, com a realidade da precarização e do individualismo negativo (Castel, 1998) que marca o trabalho na periferia do capitalismo.

O período de pandemia, para Antônio, foi "horrível", com impacto financeiro, que o obrigou a parar de trabalhar e a se virar com "servicinho de pedreiro" para parentes, e conserto de telas de celular em casa. Em outras palavras, aqui se torna notória, mais uma vez, a vida de improviso que leva.

A principal aspiração de lazer de Antônio é o desejo de "viajar muito" pelo Brasil. Esse desejo não é apenas um anseio pessoal, mas um traço de sua socialização como motorista, profissão que lhe deu a oportunidade de conhecer a Região dos Lagos e o Noroeste. Seu sonho é estender essa experiência de abertura ao mundo para sua esposa e filha, mesmo que ele ache que "vai ser difícil".

No que diz respeito ao planejamento financeiro, ele admite que só consegue sustentar a casa porque a esposa também trabalha. Em um mundo em constante transformação, muitos sujeitos e suas famílias vivem "pendurados por um fio" (Castel, 1998), em que horizontes limitados e por vezes ameaçadores os comprimem no apego aos costumes e na confiança exclusiva em si mesmos e na família, entendida como fortaleza.

Ele não se considera um empreendedor, dizendo ter "só nome de empreendedor", revelando, simultaneamente, certa consciência de sua classe, e uma profunda desilusão em relação aos discursos românticos disseminados sobre a figura do empreendedor como um herói visionário e bem-sucedido financeiramente. Ele se vê obrigado a estar onde está não por escolha ou vocação, mas por ausência de alternativas.

Seu ceticismo se estende à política, vendo o futuro do mercado de trabalho "com pessimismo" e não admirando empresários, políticos ou quaisquer figuras públicas. Ele

afirma ter votado em Lula, mas conclui que nenhum dos últimos presidentes fez algo para ajudar seu trabalho. Essa desilusão com a política eleitoral reflete a percepção de abandono e o sentimento de que "o pobre que leva a merda". A única ajuda que espera é divina: se precisasse de ajuda financeira, recorreria a "só Deus mesmo".

Apesar do pessimismo geral, Antônio acredita que microempreendedores como ele deveriam ser apoiados pelo governo (federal, estadual ou municipal) com "emprestimozinho, mas com... uma taxa de juros bem pequena, só pra gente girar mesmo o comércio da gente". A instabilidade do comércio, que "oscila muito", é uma dificuldade constante, agravada pela concorrência com a quantidade de "barraca que tão [...] fazendo a mesma coisa".

Em última análise, Antônio, apesar das sucessivas adversidades – como a baixa escolaridade, a doença incapacitante, a instabilidade financeira e a falta de lazer –, mantém uma profunda ética do trabalho duro. Sua trajetória demonstra o engajamento no trabalho que busca sustentar o projeto familiar, garantindo à sua filha oportunidades que não teve, como o acesso à educação formal. Com isso, ele espera que o esforço individual possa ultrapassar o teto da reprodução de classe.

4.7 TAINARA: TRABALHO, LUTO E FÉ EM DEUS

Quando me aproximei de Tainara para explicar a pesquisa, ela estava sentada em sua única e pequena banca, quase ao final do Camelô. Após eu me apresentar, ela rapidamente me respondeu dizendo que já havia sido entrevistada por outra pessoa. No entanto, disse que não se tratava da mesma pesquisa, e perguntei novamente se ela gostaria de participar. Ela, então, dispôs-se a conversar um pouco comigo, com um semblante entusiasmado.

A história de vida de Tainara, 42 anos, inicia-se em Campos, no Parque Santa Clara. Filha de um carpinteiro – falecido – que trabalhou "a vida toda" e de uma mãe aposentada, seu histórico familiar aponta para um *habitus* construído na ética do trabalho duro, como membro da classe trabalhadora. Nesse sentido, Tainara possui apenas o Ensino Médio completo e mora com a família no andar de cima da casa de seus pais, o que demonstra uma proximidade e um suporte vindo de relações familiares, além de certa precariedade econômica.

Sua trajetória profissional se originou na área do cuidado: ela sempre foi cuidadora de idosos, apesar de ter trabalhado algumas vezes também como balconista. O capital prático adquirido nessas funções – o trato interpessoal e a paciência – é mobilizado agora no Camelô, onde Tainara adora "lidar com o público".

Entretanto, o caminho até chegar ao Camelô não foi fácil. A carreira como cuidadora foi abruptamente finalizada por um problema cardíaco que culminou em um infarto, impedindo-a de exercer a função, que envolve esforço físico e constante locomoção. “Não posso pegar peso e nem andar muito”, explicou, marcando o ponto de inflexão de sua vida profissional.

O ingresso no camelô há apenas três meses em um ponto alugado é, portanto, uma ‘solução’ para não agravar seu estado de saúde e se manter trabalhando. A iniciativa partiu do marido, que propôs “botar uma coisinha aqui pra você, pra poder você distrair, né? Você conhecendo as pessoas, conversando”. A sociabilidade é elevada à categoria de função primária do trabalho, acima da acumulação de capital, em uma espécie de terapia ocupacional.

A família também se mostra um forte pilar. Tainara é casada, e o marido, que recentemente migrou para a função de motorista de Uber[14], é peça-chave em seu sustento e na concepção do negócio, pois foi ele quem deu o suporte financeiro para o início de sua banca.

A família inclui a filha de dez anos, de outro casamento. O pai, falecido há cerca de oito anos, não deixou nem pensão nem herança. Assim, Tainara destaca que seu lucro é para ajudar a “comprar as coisa dela”, além do Bolsa Família que recebe.

No entanto, minha interlocutora possui um histórico de dor profunda: a perda de seu filho – fruto de outro casamento –, provocada por um acidente há cinco anos. Essa dor molda o sentido de seu trabalho, que, por isso, assume uma função terapêutica: “tem uma importância muito grande porque me distrai”.

A bancada, ao lado do porta-retrato do filho, torna-se um espaço de memória e perseverança, onde a motivação é manter a autoestima e a aparência positiva para honrar a lembrança do filho que gostava de vê-la bem, como conta: “ele era mais, mais que amigo, né, nem era nem tanto filho. Ele gostava que eu fazia cabelo, fazia unha, que eu nunca deixo de fazer. Ele me, gostava de me ver… autoestima, lá em cima”. Logo, o trabalho aqui atua como mecanismo de ressignificação da vida após a perda do filho, que era adolescente.

Sua jornada de trabalho, das 7h às 16h de segunda a sábado, revela a disposição para a labuta mesmo em condições precárias de saúde. Isso demonstra a incorporação da moral do trabalho duro como imperativo para a sobrevivência e a distração. Tainara não se considera empreendedora “por enquanto”, por estar no camelô há pouco tempo e ainda não ver lucro o suficiente para sustentar sua família sozinha. No entanto, ela planeja “crescer, [...] expandir” o negócio, não se limitando ao “pedacinho” que possui atualmente. A religião católica

[14] Para Barreto Sarlo e Maciel (2024), a uberização do trabalho é expressão da generalização da indignidade. Portanto, motoristas da Uber se encontram em uma fronteira entre o digno e o indigno.

(frequenta a Catedral) fornece o esteio moral para sua perseverança, alicerçada na "fé em Deus" e na "força de vontade", pois acredita fielmente que "você colocando Deus na frente, você... consegue tudo".

Nesse sentido, Tainara ainda não conseguiu formar uma reserva de emergência. O pouco que ela tem tirado, já que relata haver dias em que "você não vende nem uma bala", serve apenas para pagar o aluguel, às vezes com a ajuda do marido. A recusa em pegar empréstimo bancário ("não vale muito a pena") demonstra certa apreensão com o risco do endividamento, algo também observado por Costa (2022) em trajetórias de vida sem salário.

Seu início no Camelô ilustra o improviso e a inventividade necessários à vida batalhadora: ela começou com recursos extremamente limitados, tendo "só essa retinha aqui, só de controle". Ela explica que, com o lucro das vendas, imediatamente utiliza o dinheiro para adquirir mais mercadorias:

> - Tipo assim, eu vendi essa calculadora aqui. Ela é 30 reais. Com esses 30 reais, eu vou ali e compro mais umas três coisas que é de 10. Venho aqui e coloco. É assim. É assim que eu tô conseguindo colocar tudinho… As mochila, tem a menina que vende, que me dá um prazo de 15 dia pra pagar. Aí, quer dizer, eu trabalho, vendo tudo aqui… quando ela chega aqui, 'tá aqui seu dinheiro'.

A dependência dessa parceria para garantir seu lucro se choca com as limitações do mercado local. Tainara não pode praticar preços altos, pois "aqui, você não pode botar coisa cara. Você não pode botar uma mochila aqui de, de, de 100 reais pra vender, porque você não vende mochila de 100. Essa minha aqui tá custando 45. Aquela de lá é 40", sendo obrigada a "bater com o mesmo preço que tem todo mundo aqui". Essa concorrência revela a competitividade no Camelô, tendo em vista que há muitas pessoas oferecendo os mesmos produtos e serviços.

Tainara sente que seu trabalho é digno, algo justificado com "todos nós aqui precisamos, assim, trabalhar, né?". Ela complementa, dizendo que se sente realizada e reconhecida em seu trabalho, especialmente por criar relações de amizade com frequência com seus clientes. Com isso, consegue aumentar suas vendas:

> - Aí às vezes, 'ah, eu tô precisando, eu tô precisando de uma bolsa, num dá pra me ir aí, tem como você levar pra mim?', levo.
>
> - *Aí você leva pra fora, né?*
>
> - Levo, levo pra fora. É assim que a gente trabalha aqui. Às vezes é uma informação, 'ah, não sei aonde', para aí que eu vou te levar até aonde é o local que o senhor ou a senhora quer.

- *Aham.*

- Eu, eu trabalho assim. Eu gosto de ajudar as pessoas.

A preferência por trabalhar por conta própria em detrimento daquele regido pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) é clara. Para Tainara, "melhor você trabalhar pra você mesma, que é muito mais prático [...]. Trabalhar só pra mim é muito bom. Não tem problema, não tem purrinhação", além de evitar custos com funcionários. O trabalho autônomo desponta na cultura popular como alternativa ao desespero da vida subordinada (Costa, 2022).

Apesar de se dedicar e ver seu trabalho como algo terapêutico, sua visão sobre o futuro do mercado de trabalho é marcada pelo pessimismo. Ela o considera "muito péssimo", criticando a falta de oportunidades para os jovens que desejam trabalhar, o que, em sua opinião, os leva à "vida errada". Essa preocupação com a juventude e a violência urbana – que exemplifica com uma suposta 'onda' de "roubo de criança" – é um traço de sua socialização como mãe e moradora de um bairro popular, onde a segurança é uma preocupação diária.

Isso também se reflete em sua descrença na política. Tainara critica os governantes por não ajudarem o comércio e por buscarem apenas o "ganhar para eles ter dinheiro". Seu voto em branco para Presidente e a crítica a Lula por supostamente cortar o Bolsa Família denotam o ceticismo com as instituições políticas.

Quando possui tempo livre, Tainara prioriza o convívio familiar, ficando em casa ou indo à praia de Santa Clara, onde tem uma casa. Se suas condições financeiras permitissem, ela gostaria de "viajar o mundo inteiro" com sua família, um desejo que projeta a abertura ao mundo e a ascensão social, mas que ela resignadamente reconhece ser difícil de realizar, já que sua renda é utilizada para necessidades do 'aqui' e 'agora'.

Nesta seara, sua inserção no mundo do trabalho, hoje autônoma, é uma resposta forçada à incapacidade de exercer sua profissão de origem, o que confere ao seu trabalho atual um sentido existencial complexo: mais do que uma fonte de renda, é um refúgio e uma forma de dignidade. Em suma, o retrato de Tainara é o de uma mulher cujas disposições foram forjadas na moral do trabalho e da honestidade. O seu trabalho no Camelô é uma arena de luta diária contra a doença, o luto e a precariedade econômica, encontrando no trato com o público a distração e a dignidade necessárias para viver.

4.8 RÚBIA: O CAMELÔ COMO HERANÇA FAMILIAR

Em uma quarta-feira de clima ameno, cheguei à banca de Rúbia, que fica na parte de fora do Shopping, em um ponto bem movimentado – fato que fez com que a gravação fosse interrompida por diversas vezes, com a constante chegada de clientes. Ela estava sentada debaixo de algumas de suas mercadorias penduradas, como luvas, toucas e mochilas. Apresentei-me e, tanto no início quanto ao longo de nossa conversa – e acredito que mesmo após –, houve bastante desconfiança em relação à pesquisa. Mesmo com inúmeras explicações sobre o estudo, ela me perguntava se "não ia me prejudicar em nada". Para Costa (2022), é comum haver esse sentimento de receio com o especialista que ali surge, pois ele é visto como alguém que exprime opiniões sem conhecer a realidade local; portanto, seu saber acadêmico pouco importa.

Ao momento da entrevista, Rúbia possuía 38 anos e me contou que mora no Parque Presidente Vargas – bairro de perfil predominantemente popular – "desde que nasci". Ela é mãe de três filhos, sendo uma adulta de 22 anos, um adolescente de 12 e uma criança de 3. Já foi casada duas vezes, e sua filha mais velha "já tem a vida dela fora de casa".

Com apenas o Ensino Médio completo, ela me conta que sua ligação com o comércio popular faz parte de sua trajetória familiar. Rúbia não é uma empreendedora que surgiu do zero, mas sim herdeira de um ponto de venda que pertencia aos seus pais, que "trabalhavam aqui [no camelô] a vida toda". Aos 7 anos de idade, ela já frequentava o local de trabalho dos pais, a princípio para levar o almoço. Com a separação dos pais, aos 13 anos, e a permanência de sua mãe no ponto, Rúbia passou a ter uma participação mais ativa, como conta: "eu vinha de manhã com ela, ela me deixava na escola… e aí eu, depois que terminava lá, meio dia e meia era o horário da saída, eu vinha e terminava de ficar o dia todo com ela aqui pra fechar a barraca na época".

O negócio, que era uma barraca "embaixo dessa árvore aqui", tornou-se o único universo laboral de Rúbia. Ela relata que nunca trabalhou com outra coisa, tendo assumido o ponto definitivamente após o falecimento da mãe, há três anos. Isso evidencia a "vida toda trabalhando com isso". Essa é a realidade do batalhador brasileiro, em que o conhecimento prático se sobrepõe ao formal.

Rúbia se tornou mãe muito cedo, o que cerceou sua oportunidade de seguir os estudos, além do trabalho doméstico: "eu [...] engravidei com 15, tive com 16. E aí minha mãe trabalhava aqui e… já era já uma senhora de idade, ela não me ajudou com a minha filha. Então, eu não tive oportunidade de poder estudar". Essa falta de 'rede de apoio' é apontada

como a razão pela qual não pode cursar uma faculdade, um sonho que persiste, pois ela expressa o desejo de um dia estudar Direito, um curso que a interessava na adolescência. No entanto, a realidade de ter uma filha ainda pequena impõe limitações, exigindo que ela encerre o trabalho mais cedo em alguns dias:

> - *E quantas horas em média a senhora fica aqui? A senhora está aqui todo dia?*
>
> - 8, de 8 da manhã às 5 horas da tarde. Às vezes, quando não tem ninguém pra pegar a Liz na creche, eu tenho que sair daqui às 3. [...] Quatro horas ela sai, eu tenho que ficar 'ai, quem é que vai buscar?', quando não tem ninguém pra buscar, eu tenho que fechar aqui três horas da tarde pra ir embora e pegar ela".

Aqui fica implícita a ausência do pai da criança no cotidiano. Para muitas mulheres da classe trabalhadora, o abandono por parte dos companheiros as torna a única fonte de renda da família (Souza, 2012). Isso acarreta uma sobrecarga de responsabilidades e demandas – a chamada dupla jornada de trabalho –, o que impacta diretamente a estrutura e a subsistência do núcleo familiar.

A vida de improviso se manifesta, assim como em outros casos, nas dificuldades do comércio. Rúbia sabe que "no comércio [...] tem dias, a gente sabe, os melhores dias de… de venda". Os períodos de pico, como "começo de mês" e "final do mês", estão atrelados ao calendário de pagamentos salariais e de auxílios, enquanto "meado de mês é difícil". Os meses de verão, como "janeiro e fevereiro", são os piores, o que se explica pelo tipo de mercadoria que ela comercializa: "eu, no caso aqui, trabalho com touca e luva. Então, tipo, eu dependo agora do frio pra poder vender [...]. Aí, tipo, se esquenta, aí já num, já num é aquela coisa assim 'ai, vou estourar de venda'. Essa dependência de condições externas, como o clima, acentua a imprevisibilidade da vida sem salário que acompanha o empreendedorismo popular.

Apesar das instabilidades e das longas jornadas, Rúbia se considera uma "empreendedora", e vê seu trabalho como "digno", com base em princípios morais: "é só o fato de não tá, assim, é… passando a perna em ninguém, roubando. Eu acho que é digno, sim". Pude perceber por sua feição que, para ela, perguntar se acredita que seu trabalho é digno, foi quase como uma ofensa ou uma tentativa de descredibilizar seu trabalho. Por ela entender a dignidade como sinônimo de ser honesto, é possível que ela pense que sua honestidade tenha sido questionada. No entanto, toda e qualquer resposta é válida, conforme o percurso metodológico desta pesquisa.

Para ela, ‘vencer na vida’ é algo que “ainda não almejei[15]”, todavia que se traduz em termos de estabilidade e capacidade de prover o melhor para a família. A vitória se daria por meio de “um bom emprego, é… condições financeiras boas de poder proporcionar, é… o melhor, o excelente pros filhos, pra família [...], era algo que eu queria muito”. Isso indica que, apesar de se considerar empreendedora, ela ainda não atingiu o ideal para a segurança material.

Essa ambivalência se manifesta na comparação entre o trabalho autônomo e o regime CLT. Rúbia pondera que “o bom [da CLT] são os direitos que você tem, né? [...] O pessoal fala que CLT é ser escravizado, né? Mas, ali, você tem, tá resguardado com os seus direitos trabalhistas”. Entretanto, quando questiono o que ela preferiria se pudesse escolher, afirma: “eu acho que eu ficaria aqui”, o que sugere a valorização de alguma autonomia já alcançada.

Apesar de a renda ser suficiente para sustentar a casa, complementada pela pensão dos filhos, Rúbia não consegue fazer reserva de emergência, pois suas prioridades são básicas: “água, luz, internet, comida”. Ela tem dívidas em seu cartão de crédito de produtos de beleza, que totalizam cerca de dois mil reais, mas que permanecem em segundo plano, pois o foco é nas contas da casa.

No seu tempo livre, aos domingos, o foco continua sendo a família, com “serviço de casa”, e passeios modestos com os filhos, como ir ao shopping, tomar sorvete, ir ao cinema ou ir à praia em Rio das Ostras “vez ou outra, quando sobra uma graninha”. Como o dinheiro é necessário para sustentar a casa e as necessidades básicas, planos de folgas são indefinidamente adiados (Costa, 2022).

Seu entendimento sobre mobilidade social revela uma crítica implícita ao discurso meritocrático. Ao ser perguntada se todos que se esforçam conseguem melhorar de vida, Rúbia me diz que “eu acho que nem todo mundo. Ah, às vezes é perseverança, é correr atrás, mas às vezes também é sorte”. Esse ceticismo é reforçado pela comparação com a ascensão de jogos de aposta na internet, o que mostra certa consciência das desigualdades que vão além do esforço individual:

> - A gente hoje tem a internet aí e vê milhares de influenciadores que, é… mudaram de vida, né, nos joguinhos, né, [...] e aquilo às vezes me chateia. Porque você luta uma vida toda pra poder sobreviver. As coisas estão muito caras, viver tá muito difícil, sobreviver tá muito difícil. E… e aí você chega ali na internet, às vezes abre o *Instagram* e olha ali vários influenciadores, blogueiro, né, mudaram de vida em dois, três anos e você está ali… naquela mesmice.

[15] Por sua entonação e subsequente resposta, considero aqui que minha interlocutora quis expressar a ideia de ainda não ter alcançado essa conquista.

A pandemia de Covid-19 trouxe um impacto financeiro severo, com muitas “contas emboladas, que viraram bola de neve”. Com o espaço físico do Camelô fechado, ela não pode ajudar a mãe no novo ponto da rua – em substituição temporária ao Camelô –, pois precisou ficar em casa com o filho após uma abordagem do Conselho Tutelar: “aí, meu mundo caiu, porque eu tive que ir embora pra casa, pegar Nicolas e ficar dentro de casa. Eu dependia da minha mãe, sem poder vim ajudar ela”.

O contexto político também é visto com pessimismo, principalmente em relação ao futuro do mercado de trabalho no Brasil. Rúbia não votou no atual presidente (Lula), tendo preferido Bolsonaro, pois:

> - Eu tinha mais simpatia por ele, pelo governo dele. [...] Falar de política não é comigo. Mas... só o fato do Lula já ter sido presidiário, né? Ex-presidiário e tal, e... o pessoal se… se vender por esmola. É… vários programas aí, né, do governo que existe, e… sei lá. Eu votei no Bolsonaro, a maioria da família também era Bolsonaro. E aí a gente fez um, um montante pra votar nele, né? E não foi, o Lula ficou aí, e aí, tipo assim, a esperança era que as coisas melhorassem, que as coisas abaixassem. E num, num foi nada disso, né, hoje a gente vê aí como é que as coisas estão, pela hora da morte. E então eu não vejo essa questão do... do mercado, mercado, né, com os olhos, é… otimistas, não.

No entanto, ainda assim ela acredita que o brasileiro possui um espírito empreendedor, pois é um povo “criativo” e que “sempre reinventa”. Rúbia gostaria de expandir seu negócio “se houvesse uma verba”, e acredita que a Prefeitura deveria investir no comércio popular.

Em essência, a vida de Rúbia é uma narrativa de esforço e resiliência. Sua história, marcada pela necessidade de constante adaptação no trabalho e pelo peso das tarefas domésticas, é um exemplo de como a defesa diária da dignidade se manifesta na classe trabalhadora. O trabalho para ela, embora por vezes desanimador, é o pilar que garante, além da subsistência de sua família, sua dignidade, que se traduz em “botar a cara mesmo e… e vim”.

4.9 MARIA EDUARDA: O SONHO DA AUTONOMIA ENCARNADO NO EMPREENDEDORISMO

Maria Eduarda é minha interlocutora mais jovem, de apenas 19 anos. Assim que cheguei na banca onde trabalha, ela aceitou contribuir com a pesquisa. No entanto, buscou responder às perguntas rapidamente, quase monossilabicamente. Não apenas nesta entrevista, mas especialmente aqui, precisei me utilizar do que leciona Lahire quando apregoa que, para

evitar um erro metodológico ao nível da entrevista, é necessário que o entrevistador tente formular perguntas ao entrevistado que ele mesmo não faria, isto é, perguntas para as quais ele não tem respostas prontas (2004).

Nascida em Campos e residente no Novo Jockey, ela relata uma mudança de endereço há cerca de cinco anos, vindo com seus pais do Parque Rosário. Filha de classe trabalhadora, Maria Eduarda me conta que sua mãe atua como cuidadora de idosos e recebe Bolsa Família, e seu pai é funcionário de um estacionamento.

Mesmo com sua pouca idade, ela já vivencia a dinâmica de um empreendedorismo popular imbricado em relações familiares (Costa, 2022). Atualmente, ela é funcionária do ponto cujo dono é seu cunhado. Antes de ingressar no Camelô, sua experiência laboral se concentrava em uma lanchonete no Novo Jockey. A respeito de sua formação escolar, Maria Eduarda completou apenas o segundo ano do Ensino Médio.

Embora não tenha filhos, ela menciona que já foi casada, ressaltando o início precoce de sua vida conjugal, o que pode ter condicionado o aprofundamento de seus estudos e a busca por qualificações de maior prestígio social. Ainda assim, ela sente que seu trabalho é digno pois "gosto de trabalhar com comércio", embora se sinta "desanimada" e buscando "algo melhor" para o futuro. Nesse sentido, o espírito empreendedor já se manifesta em sua rotina, quando Maria Eduarda me diz que complementa sua renda com o serviço de cílios e sobrancelhas.

Mesmo neste segundo serviço, ela não se sente plenamente realizada, mas persiste, pois "no momento, é o que eu tô tendo". Aqui, encontra-se a inventividade dos batalhadores brasileiros, necessária à sua sobrevivência e possível ascensão. A filiação se dá por meio do saber prático e de uma economia alternativa.

Para Maria Eduarda, o sentido do trabalho em sua vida se resume a "ganhar dinheirinho mermo, né? Ser alguém na vida, conquistar minhas coisa". Essa busca por mobilidade social e por 'ser alguém na vida' se relaciona à superação de um passado de desmerecimento. 'Vencer na vida' para ela é "conquistar minhas coisa, né? Pra quem desmereceu a gente e ver que a gente, né, venceu na vida". Essa é uma manifestação do desejo de distinção social[16] (Bourdieu, 2007), de inverter o estigma, mostrando sucesso a quem duvidou.

[16] Para Bourdieu (2007), a desigualdade não é produzida pelos atores sociais, mas a atuação deles reproduz padrões de estigmatização e padrões simbólicos de performance de desigualdades intersubjetivamente estabelecidas no tempo e no espaço.

A crença na ascensão social via esforço individual é sólida. Ela afirma que “com certeza” qualquer indivíduo que se esforçar o suficiente, alcança seus objetivos. Essa perspectiva se alinha à uma vivência em que é necessário ‘se virar’ na ausência ou na debilidade de condições objetivas socialmente construídas. Em outras palavras, muitas vezes o esforço próprio pode trazer certa mobilidade social a membros da classe trabalhadora.

O desejo de autonomia é um ponto central em sua projeção profissional. Maria Eduarda prefere o trabalho como “dona do meu próprio negócio” a ser empregada com carteira assinada, pois “trabalhar com os outro num é bom, não”, ansiosa pela perspectiva de não se submeter a um patrão e trabalhar sob condições potencialmente indignas (Costa, 2022; Maciel, 2021).

Maria Eduarda acredita que seria essencial receber, do governo municipal, uma verba de auxílio para construir seu próprio negócio. Para ela, o brasileiro possui, naturalmente, um espírito empreendedor, que se manifesta quando ela defende que:

> - Eu acho que tem muita gente que sabe vender, que a gente conquista cliente pela lábia, tendeu? Pelo… a forma de agir e conversar com cliente, que eu acho que a gente também tem que ser amigo do cliente. Aí o cliente sempre volta, entendeu? Pelo que a gente é.

Em relação ao trabalho no Camelô, Maria Eduarda trabalha cerca de nove horas por dia, com jornada das oito às cinco ou oito às seis, de segunda a sábado. Essa rotina ilustra uma carga horária extenuante para ela conseguir uma renda, em um “mês bom”, de algo entre R$1.600 e R$1.700. Esse valor é complementado pela renda extra do serviço de estética e por uma ajuda do pai. Entretanto, sua gestão financeira é marcada pela lógica do ‘viver o hoje’:

> - *E como que a senhora se planeja financeiramente? Cê consegue fazer ali uma reserva de emergência?*
>
> - Ó, falar a verdade pro cê, minhas, minhas briga com meu namorado é que eu não consigo guardar dinheiro. Então…
>
> - *Só paga as contas mesmo?*
>
> - É, eu compro as coisas. Eu vivo a vida, tô com dinheiro ali, minha filha…

Em busca da defesa de sua dignidade, a inserção pelo consumo surge como resposta à incerteza do amanhã. Essa instabilidade econômica se agravou com a pandemia do Covid-19, pois, à época, além de Maria Eduarda ter perdido sua avó para a doença, o impacto financeiro também foi significativo. Contudo, ‘a vida precisou seguir’ como costuma ser dito

no senso comum. Se ela precisasse de ajuda financeira, recorreria à própria família, como já faz.

Maria Eduarda critica as condições de infraestrutura do Camelô:

> - É banheiro aí, tudo sujo. Num tem material pro povo, tem uns funcionário aí, mas infelizmente num tem material. Tem muita coisa aí. É ali no mercado ali que eles joga saco de peixe morto, que o cheiro vem pra cá. [...] O cliente num vai querer parar com o cheiro de mijo, cheiro de coisa. Nem a gente aguenta, gente.

Quando questionada sobre o futuro do mercado de trabalho no Brasil, ela afirma apenas que "nem sei" se vê com otimismo ou pessimismo. A partir do apego ao conhecimento prático e à realidade concreta, esses trabalhadores baseiam seus costumes e o ceticismo com que encaram o trabalho intelectual e tudo aquilo que se distancia da sua realidade, como a política. Não à toa ela relata não ter votado em nenhum dos candidatos à Presidência nas últimas eleições, sob a justificativa de ter perdido seu documento de identidade.

Embora ela se autodenomine "crente", diz estar "afastada" da Igreja Presbiteriana, a qual costumava frequentar. A impressão que tive foi a de que ela, por ser extremamente jovem e filha de pais batalhadores, está envolta a muitas incertezas em uma era de muita informação. Além de instabilidades financeiras próprias, ela vive no 'mundo do agora', caracterizado pela velocidade e pela volatilidade, onde relacionamentos, crenças e empregos podem se diluir de repente.

Essa efemeridade do contemporâneo acentua suas incertezas e, em particular à transição da juventude para o mercado de trabalho. Somado a esse contexto, o crescente ressentimento[17] causado pelas oportunidades insatisfatórias, indignas ou desalinhadas com as qualificações e aspirações dos jovens, cria um cenário de ceticismo. Assim, observa-se uma tendência: os jovens passam a considerar, cada vez mais, ser vantajoso e, por vezes, necessário, trilhar o caminho do empreendedorismo popular, abrindo seu próprio negócio, como sonha Maria Eduarda. Isso reflete o sonho da autonomia e do reconhecimento ao próprio mérito, além de dignidade moral e material.

Dessa forma, a trajetória de Maria Eduarda sintetiza as tensões do empreendedorismo popular no capitalismo contemporâneo. Seu sonho de "ser alguém na

[17] Para Sennett (2006, p. 124), "na era do capitalismo social, as tensões no sistema econômico geravam *ressentimento*. A palavra remete a todo um conjunto de emoções, principalmente a crença de que as pessoas comuns que jogaram conforme as regras não receberam um tratamento justo. O ressentimento é uma emoção intensamente social que tende a distanciar-se de suas origens econômicas; ele gera mágoa por ter sido tratado com condescendência pela elite, raiva contra os judeus ou outros inimigos internos que aparentemente roubam recompensas sociais a que não têm direito. No passado, ao influxo do ressentimento, a religião e o patriotismo tornaram-se armas de vingança. Essa emoção não desapareceu".

vida" e conquistar autonomia, rejeitando a subordinação do trabalho formal, ancora-se fortemente na crença meritocrática de uma classe que já se mostrou capaz de ascender por esforço próprio. No entanto, essa aspiração convive com uma realidade de instabilidade financeira e condições precárias em seu principal ambiente de trabalho. Ao complementar sua renda com serviços de estética e uma 'ajuda' do pai, ela encarna a inventividade necessária à sua sobrevivência. Assim, o empreendedorismo popular surge como o caminho, ainda que volátil e incerto, para a distinção social e a garantia de um patamar mínimo de dignidade e reconhecimento em um mundo de incertezas.

4.10 JOSÉ: ENTRE A INFELICIDADE NO CAMELÔ E A AUTORREALIZAÇÃO NO EVANGELHO

Antes de chegar à banca de José, que fica quase ao final do Shopping Popular, observei que já há algum tempo nenhum cliente havia passado por ali. Resolvi me aproximar para abordá-lo e, logo em seguida que aceitou participar, a primeira coisa que me conta é que compreende a necessidade das pesquisas científicas, já que ele mesmo possui graduação em Administração Pública.

Com 60 anos atualmente, José não é natural de Campos, mas sim do Rio de Janeiro, tendo se mudado há dezessete anos em busca de um local "mais tranquilo quanto à violência". Ele reside atualmente no bairro de Guarus já há mais de quinze anos, mas sua morada na cidade passou também pelo Centro. José é casado com uma técnica de enfermagem e pai de uma jovem de 22 anos, que também possui formação técnica em enfermagem e se prepara para cursar medicina, residindo com os pais.

O histórico familiar de José é marcado pela ausência paterna, pois seu pai "se separou da minha mãe e me deixou com oito dias de nascido. Então, minha mãe correu muito atrás, de uma pensão. Meu pai era da Polícia Federal e tal, e ela recebeu". Sua mãe, que faleceu durante a pandemia de Covid-19, era aposentada e foi a responsável por lhe incutir autonomia financeira desde cedo, quando lhe entregava o dinheiro da pensão para que administrasse suas próprias despesas, dos 13 anos em diante.

Com formação em nível superior em Administração Pública, a trajetória profissional de José sempre esteve ligada ao empreendedorismo. Antes de estar no Camelô, ele afirma que teve várias empresas no Rio de Janeiro e que, posteriormente, montou quatro lojas no Centro de Campos. A grande ruptura em sua trajetória ocorreu com o fim de sua última loja na Rua João Pessoa, após 13 anos de atividade. Ao final da pandemia, os proprietários exigiram um

aumento exorbitante no valor do aluguel, saltando de sete mil para quinze mil reais. Isso tornou sua permanência ali insustentável.

Sem a loja, José inicialmente tentou trabalhar como motorista de Uber, mas relata que não se adaptou a essa atividade. Ainda, conta que há um ano sofreu um grave acidente. Ele foi atropelado por uma van que passou por cima de suas pernas, o que lhe deixou sequelas, exigindo fisioterapia e tratamento contínuo. As limitações físicas ("hoje até pra subir uma escada já tem mais dificuldade") o levou a "estar encostado pelo INSS".

Essa situação o levou ao atual ponto no Camelô, onde atua há cerca de quatro anos, vendendo acessórios e consertando celulares. Ele destaca que "aprendi a consertar celular com a necessidade, né? Vendo acessórios, mas não é o meu ramo. O meu ramo é totalmente diferente, mas é aquilo que tá sustentando a minha família no momento, entendeu?". Por essa razão, ele não se sente realizado atualmente, pois "realizado mesmo, eu tinha loja de roupa, vendia roupa feminina, infantil, aí isso me realizava, viajava, gostava de comprar".

Sua desmotivação com o local do camelô não se deve somente a isso, mas também ao fato de ser um ambiente de "muita concorrência", "ganância" e desonestidade que observa em relação a outros comerciantes dali:

> - Aqui dentro, já deu, tem muita concorrência e você que é, tá fazendo essa entrevista, você é cliente, você poderia chegar aqui como cliente pra consertar um aparelho. Eu vou consertar o seu aparelho e vou te dizer, se você falar assim 'ó, não tá carregando', ou se o teu telefone tivesse todo escuro e você falasse 'a tela está com problema'. A primeira coisa que eu faço é colocar pra carregar pra ver se ele vai acender. Então, se acender, já vou falar 'minha filha, não é tela'. A bateria pode estar cansada e tal, mas já acendeu, você funciona. Então, eu não tiraria dinheiro de você se não fosse necessário, porque eu não tenho esse costume. Mas se você for em outras pessoas aqui, você vai falar, ele vai ver que teu telefone tá funcionando e ele vai ficar calado e vai dizer 'vai ter que trocar a tela mesmo'. Aí ele tira a tela do seu aparelho, que é original, fica com a tela, coloca uma, uma tela… chinesa e vai te cobrar o valor, como de nova, e ainda vai vender a sua depois. Então, eu vejo muita desonestidade e isso me irrita, entendeu? [...] Aqui dentro tem o seguinte, é… ganância, sabe?

Decidido a sair do espaço do Camelô, José está planejando um novo empreendimento. Ele pretende entregar seu ponto ali e investir em uma loja que já possui no Centro, onde pretende criar a "Clínica do Conserto". O novo negócio será baseado em parcerias para conserto de celular, calçado, bolsa e "várias coisas e dentro de um lugar só". Ele atuará como intermediário, dando orçamento e ganhando uma comissão. Para ele, essa ocupação será mais tranquila e com menos concorrência.

Além disso, José é pastor há mais de dez anos na Assembleia de Deus, e a fé é o que lhe traz maior realização pessoal: "hoje, aquilo que me satisfaz mais é viver pra Cristo,

entendeu? O evangelho, pregando o evangelho, cuidando das pessoas, isso que me satisfaz". Sua inspiração principal é em Jesus Cristo, e não em influenciadores ou empresários, pois "tudo é passageiro", como dinheiro ou fama. Ele relata que sua fé o ensinou a ter paciência para tomar decisões, não agindo apenas pela vontade própria, mas buscando em Deus "algo muito maior".

No entanto, ele não se vê dependente de igreja, mas sim "das minhas próprias mãos fazendo o meu trabalho", pois esse também é um elemento crucial para sua satisfação. Não por acaso, ele traduz sua vida de improviso em ser "multiuso" para conseguir pagar as contas: às vezes também trabalha como intermediário na venda de carros para um amigo próximo.

Apesar das dificuldades e de não ter uma renda fixa no Camelô (sua meta é de duzentos reais por dia, mas nem sempre é batida), José consegue fazer um planejamento financeiro. Ele explica que faz metas anuais e mantém uma reserva de emergência, hábito aprendido com sua mãe na infância.

Para ele, 'vencer na vida' não tem a ver com dinheiro, mas sim com "ser feliz" e "ter uma boa vida, tá? Ao lado da minha família e ser feliz. Então isso é vencer na vida, 'pô eu venci na vida por quê? Porque alcancei a minha felicidade'. Isso pra mim é vencer na vida". Dinheiro para José é apenas um complemento que permitiria realizar os sonhos da família, como viajar para Cancún ou Fernando de Noronha. Nesse sentido, ele acredita firmemente que, qualquer um que estabelecer metas em sua vida e persistir, consegue realizar seus sonhos e mudar sua realidade. Isso não converge apenas com o que sua mãe lhe ensinou sobre planejamento financeiro, mas também com sua carreira de pastor. Para uma vida confortável, a racionalidade é essencial, especialmente evitando o endividamento. Quem não tem dívidas pode gastar em benefício próprio e, evidentemente, dispor de mais recursos para o dízimo. Logo, o indivíduo endividado não é um bom divulgador da religião (Costa, 2022).

José trabalha cerca de seis horas por dia, e afirma que o trabalho autônomo é mais vantajoso do que aquele regido pela carteira assinada. Ele critica a CLT por ser "muito limitado" e expor o chefe à falta de respeito dos subordinados, que muitas vezes "querem pisar nas pessoas", especialmente em Campos, onde ele diz que as pessoas são "super ignorantes": "a primeira coisa, que a pessoa me tratasse mal, eu não ia discutir, mas eu iria pedir conta, tendeu? Porque eu acho que todas as pessoas têm que ser tratadas com respeito, tendeu?".

Como já exposto por Costa (2022) pastores de igrejas evangélicas de denominação pentecostal ou mesmo neopentecostal, costumam estimular uma visão indiscutível do que é considerado 'sucesso', e certamente o trabalho assalariado não faz parte dela: "se há algo

entre você e Deus, a culpa é provavelmente sua, como fica claro quando o pastor desestimula o trabalhador a cobrar seus direitos na justiça, porque ‘você não fez sua parte, não ajudou a empresa a crescer” (Costa, 2022, p. 138-139).

O pessimismo de José não se restringe à sua realidade, mas se estende à política nacional. Ele defende veementemente o ex-presidente Bolsonaro (em quem votou e votaria novamente) por ele ter cortado Ministérios e “enxugado a máquina”. Hoje, para ele, o Brasil “está falido” pois “quem manda é o Alexandre de Moraes”. Com isso, ele estende sua opinião reduzindo a gravidade dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, ao considerá-los uma mera manifestação que foi reprimida de forma truculenta por Alexandre de Moraes.

Sua crítica se aprofunda ao nível municipal, especialmente em relação à infraestrutura do Camelô e da cidade. Ele aponta que, no Centro, foi feita uma “maquiagem” para turista ver, citando ruas asfaltadas apenas em época de eleição. No Camelô, ele sugere medidas que, segundo ele, são ignoradas pelo Poder Público:

> - Se você for usar o banheiro ali, pode ser que limpar, acabaram de limpar, você como mulher já é mais difícil, né? Você vai dizer ‘pô, usei porque acabaram de limpar’. Então assim, eles não cuida disso e deixam muito aberto. Eu acho que deveria ter o banheiro pro público. Que cobrasse 1 real, cê tá entendendo? Porque ‘ah, tem gasto’, essas coisa toda. Ou então deixasse o banheiro pro público, mas que fizesse a limpeza, que o público também, em geral, merece, também ter um ambiente, mas tem pessoas que são porcas, pessoas que vão ali fazer as suas necessidades e, e suja a parede toda. Então o povo brasileiro tem essa cultura, sabe, de imundice. [...] Pra você só ter uma ideia, uma coisa simples. Cê sabe o que se faz? É, hoje não pode se pegar uma bateria e jogar no lixo. [...] Por que que eles num, por que a prefeitura não fechou uma parceria com alguém que faz reciclagem de bateria e colocasse as suas coletas de bateria? Nós pegaríamos a nossa bateria, jogaria ali, viria uma empresa e ia coletar. Então não pensa, eles largaram, ‘já fiz o que tinha que fazer’. [...] Num investe nem na limpeza do chão, se você olhar o chão, você tá vendo, tá tudo imundo.

A trajetória de José revela um indivíduo cuja vida é marcada, de um lado, por uma vida de improviso, ainda que haja algum capital cultural adquirido em sua formação de nível superior; de outro, por sua atuação como pastor. A infelicidade no Camelô não se deve apenas à baixa renda ou à concorrência, todavia, sobretudo, à frustração com um trabalho que não lhe traz realização profissional e o expõe a cenários de desonestidade diários.

Em contraponto, a satisfação pessoal no evangelho funciona como um poderoso alicerce e um referencial ético inegociável. A fé e a doutrina, que valorizam a disciplina, o planejamento financeiro e a aversão ao endividamento, fornecem a José um arcabouço moral que permite reinterpretar a precariedade como um teste de sua persistência e autonomia. Ao

valorizar o trabalho autônomo em detrimento do assalariado e defender a busca pela felicidade em família como ‘vencer na vida’, José demonstra disposições já estudadas aqui. Nesse sentido, ele enxerga a falta de mobilidade como injustiça, já que as promessas de inserção pelo consumo e de ascensão pela educação não se cumpriram para a maioria. O planejamento de sua ‘Clínica do Conserto’ representa a ansiedade provocada pela exaltação do risco nesse novo capitalismo, pois a experiência adquirida é desvalorizada (Sennett, 2009).

Sua defesa de um governo que ‘corta Ministérios’ e ‘enxuga a máquina’ reflete a adesão a valores de competitividade e gestão empresarial em detrimento da solidariedade social, embora ele próprio dependa de proteção estatal (INSS). A visão de que o país está ‘falido’ e a redução dos atos de 8 de janeiro a uma mera manifestação se coadunam com um discurso que transforma questões políticas complexas em narrativas simplistas e acríticas, o que também opera no sentido de manter esse distanciamento entre a política e o povo.

4.11 SÍLVIA: DO LAR À BUSCA POR AUTONOMIA

Como em outros casos, ao me aproximar de Sílvia, precisei esclarecer que a pesquisa não tinha cunho político. Ela me perguntou quanto tempo levaria, ao que respondi que não havia um tempo fixo, mas que seriam alguns minutos, e que ela não precisaria falar sobre algo que não desejasse. Apesar disso, ela não se recusou a abordar nenhum dos tópicos propostos.

Aos 47 anos e com duas bancas alugadas no Camelô, Sílvia é campista e sempre foi moradora do bairro Guarus. A reconstrução de sua trajetória familiar revela origens na classe trabalhadora, com a mãe exercendo a função de “do lar” e realizando serviços de limpeza e lavagem de roupa para outros, e o pai como padeiro. No entanto, ambos já são falecidos.

Tendo interrompido os estudos na quarta série do Ensino Fundamental, a trajetória de Sílvia foi moldada pela dedicação exclusiva ao espaço privado do lar e à criação dos filhos. Como ela mesma relata, “eu sempre fui do lar. Quando eu tive meus filho, por ter quatro filho, eu sempre... eu nunca trabalhei. Fazia biscate, né? Trabalhava de faxina, aquelas coisa todas. Sempre fui do lar”.

A história de Sílvia atinge um ponto de inflexão com o crescimento e a saída dos filhos de casa. Aos 44 anos, após uma vida inteira dedicada a tarefas domésticas e de cuidado, ela decidiu buscar uma nova fase para si: “depois que nossos filho casou, autodependente deles, eu fui procurar a minha vida, agir a vida”, afirma, indicando um despertar em busca de autonomia, especialmente financeira. Esse movimento, no entanto, não ocorreu sem resistências no âmbito familiar.

A primeira grande dificuldade enfrentada foi a oposição do marido. Gerente de uma rodoviária e provedor da casa ao longo dos trinta anos que possui de casamento com Sílvia, ele relutou em aceitar a entrada da esposa no mercado de trabalho. O incômodo, para Sílvia, está na perda da dependência econômica:

> - É, de eu trabalhar fora, ele achar que num dependo mais dele. O homens fica cabulado. [...] Agora, pelos outro, assim, pelos parente em si, eu... pelo menos nunca ninguém falou nada, não. Tipo assim, com um certo de crítica, mas... acho que é porque quando a mulher é muito do lar, a família, os filhos, eles ficam um pouco com pé atrás. Acha que… que quer ser melhor, mas num é. Porque você, quando a mulher passa a ser independente, ela não precisa de pedir nada pro homem, precisa pedir nada pro filho, num precisa pedir nada… então, isso eu vejo que interferiu um pouco na minha vida, tendeu? Mas… desde que tá me sendo hoje satisfeita, não tô nem aí com o que eles falam, entendeu?.

O trabalho, nesse momento de sua vida, torna-se um símbolo de superação. De segunda a sábado, Sílvia está em suas bancas, que ficam uma ao lado da outra, entre oito horas da manhã e seis da tarde. Ela se diz "satisfeitíssima" e "realizada" com suas bancas, por considerar serem provas de seu esforço e capacidade, como ela explica: "primeiro, eu sou satisfeita por eu me reconhecer, entendeu? Eu não imaginava, pelo meu próprio esforço, eu conseguir". Notoriamente, o conceito de 'vencer na vida', para Sílvia, é sinônimo de independência.

Atualmente, o aluguel de suas duas bancas soma cerca de R$1.800 reais todo mês. A principal ambição de Sílvia é justamente "primeiro ter o meu próprio ponto, não precisar pagar aluguel. Né, porque o aluguel, ele… tira o que é teu". Ainda, ela lida com a flutuação de renda mensal (relata que seu lucro bruto varia entre R$3.500 e R$7.000 reais) por meio de um controle de gastos. Ela, que costuma assistir a conteúdos nas redes sociais sobre 'como administrar seu próprio negócio' revela como gerencia seu empreendimento no dia a dia. Seu método consiste em estabelecer prioridades, equilibrando as necessidades do negócio (como o pagamento do aluguel e o investimento contínuo nos produtos) com as de saúde (exames e remédios, tendo em vista que Sílvia é hipertensa) e lazer. Ademais, ela não costuma viajar nem sair de casa, pois se sente obrigada a "botar o pé no chão" e diz que gostaria de viajar, mas que ainda precisa de uma boa reserva para isso:

> *- Entendi. Então a senhora vai mais ou menos por prioridades?*
>
> - Isso, vou equilibrando, se eu vejo que esse mês eu não preciso gastar aqui, então eu vou gastar, é, mês que vem na minha área de saúde, vou organizar tudo. Resolvi? Aí, no outro mês eu vou equilibrando uma coisa com a outra pra gente poder vencer na vida.

A forma como Sílvia gerencia seu negócio reflete uma lógica de investimento em longo prazo. Ela começou com um aporte inicial de R$2.000 reais, obtidos via cartão de crédito. A estratégia inicial foi de investimento contínuo, sem retirada de lucros: “você tem que investir, investindo, investindo, no mínimo, eu fui até seis meses, só investindo”.

Seu planejamento financeiro é metódico e dividido em três pilares: investimento (reposição de estoque), reserva e uso pessoal. Ela conseguiu construir uma reserva, o que não foi possível nos primeiros dois anos. Também formalizou seu negócio como MEI, contribuindo para a aposentadoria. Essa racionalidade demonstra o esforço para sair da vida de improviso e poder arcar com suas próprias contas, sem mais depender de seu marido.

A recusa em pedir ajuda ou pegar empréstimos, mesmo do marido (que ofereceu), reforça a importância dessa independência conquistada com seu próprio esforço, para que não corra o risco de perder seu padrão de vida em caso de divórcio:

> - A gente tá meio assim, estranhos, entendeu? Então, hoje eu não gosto de contar nada com ele, não. Porque o dia que eu [...], tipo assim, o dia que eu soltar e desistir, num vou depender dele. Então, hoje eu tenho, mas ele fala que ajuda, tal mas eu num quero... eu quero, eu mesmo, dizer assim, ‘não, eu consegui, não foi de você, não foi de você, independente, pode ser dois anos, três anos, mas o que eu consegui com o meu esforço, não foi seu, não foi de B nem C’, entendeu?

A busca por autonomia, nesse sentido, não é apenas financeira, mas um estado de ser que permite a autogestão da vida, do corpo e do tempo. Para ela, que nunca teve outras experiências no mercado de trabalho, o trabalho autônomo parece ser “bem mais lucrativo”, mesmo em comparação com o salário de seu marido, que trabalha com carteira assinada. Para Sílvia, a liberdade de tempo e a capacidade de fazer a própria reserva de férias/descanso são vantagens inegáveis: “liberdade de você, se você quiser, se você tem uma reserva, dá pra você tirar uma semana pra você, não precisa trabalhar”, embora ela mesma não tenha o costume de conseguir desfrutar de tais vantagens.

Para isso, basta “ter cabeça e se organizar”. Sílvia aponta a “cabeça pequena” e o medo como fatores que impedem muitos brasileiros com potencial empreendedor, incluindo familiares, de sair da segurança (ilusória, em sua visão) da CLT:

> - Eu tenho, por exemplo, eu tenho uma filha minha que trabalha numa loja de, de marca e ela tem um grande, eu vejo que ela tem um grande potencial de… ter o seu próprio negócio, [...] ela tem medo, então ela prefere ficar no CLT. Eu tenho uma irmã que ela é ótima pra fazer lanche [...], mas ela não sai desse CLT, ela continua achando que carteira assinada vai dar um futuro a ela.

Em relação ao mercado de trabalho, ela diz que “tem sido difícil, mas tá dando”. O movimento, no entanto, apresenta uma queda de 60% em comparação aos últimos dois anos. A causa, segundo Sílvia, é multifatorial, incluindo a concorrência da internet (ela cita sites e aplicativos de compras como *Shopee* e Mercado Livre, conhecidos por ofertarem produtos a preços mais acessíveis), mas, principalmente, a situação econômica e política do país.

Sílvia acredita que a economia está piorando, o que se reflete na capacidade de consumo da população: “eu acho que nós mesmo que não temos pra gastar [...] o dinheiro não tá sendo evoluído, nesse sentido”. Ela relata que a prioridade de gastos do brasileiro se deslocou para o essencial (alimento, remédios, luz), em detrimento de itens supérfluos, afetando diretamente seu comércio.

O período da pandemia (Covid-19) foi de grande dificuldade, em especial porque sua mãe havia tido um AVC (Acidente Cardiovascular Cerebral) e seu sogro estava com câncer. Contudo, houve certa estabilidade financeira, pois o marido manteve o emprego. Seu posicionamento político se manifesta na crítica ao governo atual e no voto em Bolsonaro nas últimas eleições, em quem ela votaria novamente. Sua satisfação com o governo anterior reside no fato de que a redução de jornada e salário (em vez de demissões) na pandemia garantiu o emprego do marido e, portanto, a renda da casa.

O marido de Sílvia reproduz uma convenção de gênero de homem provedor. Dentro dessa estrutura, a execução de atividades remuneradas fora do seio familiar não é bem vista, pois espera-se que a mulher priorize o âmbito doméstico. No entanto, lhe confere um grau significativo de autonomia que as tarefas intrinsecamente ligadas ao lar e ao cuidado não trazem diante da visão de que é apenas seu dever (Lima *et al*, 2021).

A maior conquista do empreendedorismo feminino é a independência financeira aliada à autonomia e autorrealização conquistadas, juntamente com a elevação da qualidade de vida da família (Lima *et al*, 2021). Entre outros benefícios do poder econômico estão o acesso à saúde a partir de plano particular, o acesso a medicamentos e viagens, como relatado pela própria Sílvia.

Essa capacidade de prover e elevar o padrão de vida familiar subverte a narrativa tradicional de dependência, conferindo a Sílvia não apenas um papel de provedora, mas de agente de mudança e melhoria social dentro de seu próprio núcleo familiar. Portanto, Sílvia não empreende por necessidade financeira, mas por necessidade de “poder fazer o que eu não fiz há 30 anos. [...] Então, hoje eu tenho meu tempo pra trabalhar [...], o dia que eu não quiser trabalhar, eu também não trabalho, não preciso depender”. Assim, após uma vida inteira

dedicada ao trabalho doméstico, assim como fora com sua mãe, o Camelô é, para Sílvia, fonte de dignidade, independência e empoderamento.

5 ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DOS CAMELÔS ENTREVISTADOS

A proposta deste capítulo é realizar a análise empírica das trajetórias de vida e trabalho dos camelôs entrevistados, articulando o material teórico discutido ao longo desta pesquisa com os dados produzidos por meio da observação participante e das entrevistas em profundidade. Parte-se do entendimento de que o trabalho no Camelô não pode ser apreendido apenas como ocupação econômica, mas como uma experiência social complexa, atravessada por desigualdades, valores morais, expectativas de reconhecimento e estratégias cotidianas de sobrevivência.

Busca-se, dessa forma, verificar como as noções de dignidade e autonomia são mobilizadas em seus discursos e práticas. As subseções que compõem este capítulo dialogam diretamente com os conceitos trabalhados ao longo desta pesquisa, em especial aqueles relacionados à crítica a discursos meritocráticos, à noção de trabalho digno e às análises sobre a corrosão do caráter em contextos de permanente insegurança. Longe de constituírem um grupo homogêneo, os Camelôs expressam diferentes formas de apropriação do discurso empreendedor, distintas relações com o consumo e posicionamentos variados frente à religião e à política. Assim, busca-se assimilar em que medida o empreendedorismo popular se consolida como uma forma de garantir dignidade em um sistema que exige constante adaptabilidade.

5.1 O EMPREENDEDORISMO POPULAR NO CAMELÔ GARANTE O TRABALHO DIGNO?

Para os camelôs entrevistados, o trabalho assume centralidade não apenas como fonte de renda, mas como elemento estruturante de uma identidade que se baseia na incerteza e na ética do trabalho duro (Souza, 2012; Maciel, 2014). O sentido do trabalho aparece recorrentemente associado à ideia de autonomia e de dignidade, no sentido de ser honesto, poder pagar as contas sem depender de terceiros ou do próprio governo, e não precisar se subordinar a rotinas exaustivas.

Com isso, a dignidade do trabalho, nos discursos analisados, não está necessariamente vinculada às condições objetivas de formalização, como carteira assinada ou acesso a direitos trabalhistas. Ao contrário, a dignidade é frequentemente interpretada como inerente ao esforço despendido e associada ao ‘ganhar o pão de cada dia’ por meio do próprio trabalho, ainda que sob condições adversas, como demonstrou Rúbia.

O sentimento de autorrealização e reconhecimento, por sua vez, está profundamente enraizado na autonomia conquistada. Sílvia, que adentrou o mercado de trabalho após décadas como dona de casa, opina que o trabalho é, acima de tudo, um ato de independência ao garantir seu sustento sem a necessidade de recorrer a terceiros, sejam eles o marido, os filhos ou o governo. Assim, ela se torna, para si mesma, uma vitoriosa.

Eva reforça essa percepção. Para ela, que deixou o regime CLT para empreender, o trabalho é um elemento de engrandecimento pessoal e moral. Isso esclarece a valorização do 'suor' e da 'luta', que elevam o valor de qualquer conquista, transformando-a em um símbolo de resistência e identidade.

Contudo, a realidade do Camelô também é marcada pela frustração e pela sensação de que este trabalho é uma contingência, não uma escolha de vida. A entrevista com Antônio revela que, para alguns, o empreendedorismo popular é o que resta quando todas as outras portas de emprego formal se fecham, sendo a única alternativa viável para evitar o desamparo total, mesmo que à custa da realização profissional.

De forma semelhante, José, formado em nível superior, vê o Camelô como um refúgio forçado. Ele valoriza o ato de trabalhar, mas não seu ramo atual. A dignidade, neste caso, é resgatada pela capacidade de sustentar a família, apesar de seu trabalho não condizer com sua formação ou aspirações.

Apesar dos contrastes, a função mais primária e universal do trabalho é a sobrevivência. Para Antônio, não há propósito em seu trabalho além de comer, beber e pagar as contas básicas. Aqui, o trabalho não é veículo para ambições, mas uma ferramenta para honrar o básico. Essa noção é endossada por Elisa, para quem a ausência de grandes ambições não diminui o valor do trabalho, mas o simplifica a uma meta mais palpável em um ambiente de incertezas.

Em algumas entrevistas, percebi que o trabalho no Camelô adquire uma função social e terapêutica. Para Tainara, sua banca se tornou um refúgio e uma fonte de motivação após a perda de um de seus filhos. O contato direto com o público em sua rotina oferece um propósito e uma forma de distração que a ajuda a lidar com o luto.

Para Leandro, sua produção artesanal é mais que ocupação: é também resistência cultural, resgate da história local e afirmação de identidade. Nesse sentido, ele conecta sua produção artesanal com uma noção de dignidade vinculada ao sentido existencial de seu trabalho.

O contato constante com o público também serve como um catalisador para a realização social. Elena encontra satisfação no aspecto comunicativo do Camelô, e as

interações diárias com clientes tornam seu trabalho mais prazeroso no âmbito pessoal. Acredito que por isso tenha sido a entrevista mais longa, com cerca de mais de duas horas de duração.

Tendo em vista a inspiração nos estudos de Maciel (2021) para compreensão da acepção do trabalho digno, percebe-se aqui a existência de um trabalho autônomo digno. Ele se manifesta não apenas na capacidade de autogestão das tarefas e horários, mas também na construção de uma dignidade sustentada pela resiliência e pela 'garra' diária, capaz de conferir sentido e valor à própria trajetória. Em outros termos, mesmo com as dificuldades materiais típicas deste tipo de trabalho, ele oferece uma condição mínima de dignidade necessária para que o indivíduo tenha respeito e autoestima.

5.2 INSERÇÃO PELO CONSUMO, ESCOLARIZAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

A inserção pelo consumo aparece nos relatos como indicador relevante de mobilidade social. Muitos entrevistados associam o sucesso em seu trabalho à possibilidade de consumir bens básicos e acessar serviços privados. O consumo, nesse sentido, funciona como um marcador de distinção. Poder comprar, mesmo que de forma parcelada, é interpretado como sinal de que o esforço no trabalho está sendo recompensado. Para Bourdieu (2007), a ligação entre *habitus* e capital releva uma dinâmica de poder e distinção nas sociedades contemporâneas, onde a luta por reconhecimento e por melhores condições de vida se manifesta. Torna-se possível a compreensão de que a ascensão na estrutura social dos entrevistados provoca o endividamento e, simultaneamente, o empobrecimento de qualquer tempo relacionado a lazer ou férias (Serpa, 2015).

Para Antônio, ser bem-sucedido se relaciona à capacidade de consumo e acesso a serviços de qualidade. A possibilidade de pagar uma consulta médica particular, por exemplo, é citada por Elisa como um sinal de autonomia em relação à dependência do sistema público: "a gente nasceu sem roupa, né? A gente já tem roupa, já tem tudo. Tem um trabalho [...], você consegue pagar um médico, porque aqui você… dependendo do SUS, do… você não consegue nada, né?".

Essa valorização do que é obtido com o próprio esforço é expressa por Eva como algo "gratificante", especialmente quando diz que "trabalhar é muito bom. Às vezes você passa um perrengue, mas você sabe que o que vem, você lutou, você suou, você acaba valorizando tudo que você conquista porque é suado".

No entanto, essa inserção é marcada por limitações que se tornam evidentes com os relatos. Devido à sua inerente instabilidade, a renda obtida no Camelô raramente permite planejamento em longo prazo, o que tende a restringir projetos mais ambiciosos de ascensão social. Leandro demonstra a extrema instabilidade e a necessidade de renda sazonal para sua sobrevivência, chegando a se endividar durante o ano. Já Antônio ilustra a dificuldade de gerar capital e reforça que só está ali devido à sua atual condição de saúde e devido à falta de oportunidades, tendo em vista que não possui capital escolar robusto.

A escolarização surge como elemento ambivalente nas trajetórias analisadas. A maioria dos entrevistados possui baixa escolaridade, associada à interrupção por necessidades econômicas. Por essa razão, a escola é concebida como espaço de oportunidade negada. Leandro, por exemplo, expressa seu sonho não realizado de cursar o ensino superior.

O desejo de que os filhos tenham acesso a níveis mais elevados de escolarização é percebido como o caminho possível para a superação da vida de improviso. Essa ascensão, quando mencionada, é geralmente pensada em termos intergeracionais. O sucesso é projetado nos filhos, que ‘deveriam ter uma vida melhor’. Elena é enfática ao rejeitar o Camelô como futuro para seus filhos, e Leandro celebra a ascensão profissional dos filhos por meio da educação.

A relação entre escolarização e mobilidade social, contudo, aparece atravessada por desconfiança. Alguns entrevistados revelam experiências que relativizam a crença na educação como garantia de ascensão. Elisa reflete essa desconfiança, preferindo a autonomia do Camelô à incerteza de um emprego formal com diploma que pode ser indigno. Elena, que possui técnico em Contabilidade e certificado de cozinheira, não atua em nenhuma dessas áreas. Portanto, o Camelô garante a sobrevivência e algum acesso ao consumo, mas dificilmente rompe com a posição social de origem.

5.3 A CONVIVÊNCIA ENTRE DISCURSOS MERITOCRÁTICOS E A NECESSIDADE COTIDIANA DE FLEXIBILIDADE

Discursos com crenças generalizadas em uma forma distorcida de meritocracia aparecem de forma recorrente nas falas dos entrevistados, especialmente na valorização do esforço individual e da perseverança. Essa mentalidade se enraíza na própria experiência de vida, na qual o trabalho autônomo é a única porta aberta para manter a salvo a defesa da dignidade. A ausência de uma carreira formal exige a internalização de um senso de responsabilidade individual intransferível.

O camelô encarna a figura do indivíduo que é permanentemente intimado a agir, a tomar a iniciativa e a ser o único gestor de seu sucesso e fracasso. É ele quem "tem que saber atender", como relata Elena, quem deve diversificar as mercadorias e quem se responsabiliza pela luta diária.

A crença na recompensa do esforço se traduz, em parte, na disposição de prolongar a jornada de trabalho, mesmo que com ressalvas. Elisa, por exemplo, afirma que, embora tenha um horário a cumprir, "não me mato não". Isso permite uma autogestão do tempo, apesar de muitos comentarem sobre longas jornadas, das oito da manhã até as seis da noite entre segunda e sábado, com o acréscimo do trabalho doméstico no caso das mulheres. Essa é a concretização da injunção à performance: a responsabilidade é máxima, mas se justifica pelo sentimento de que o esforço é canalizado para o próprio sujeito, e não para o lucro alheio, tornando a labuta extenuante em um mérito individual.

Esse mérito também se manifesta na habilidade estratégica (típica dos batalhadores) e na inteligência interpessoal, transformando a negociação em uma arte de sobrevivência. Como contou Elena, a competência de converter a conversa em venda é uma demonstração de perspicácia individual e proatividade, reforçando a ideia de que o sucesso depende da iniciativa pessoal em um mercado fluido.

No entanto, tais discursos convivem em tensão com a percepção clara de que fatores externos exercem forte e, muitas vezes, incontrolável influência sobre os resultados obtidos. O espaço físico do Camelô possui problemas de infraestrutura que afetam diretamente as bancas, como quando Elena menciona os danos causados à mercadoria por chuva e sol, ou quando Elisa aponta a falta de estacionamento como um fator que desvia clientes para os bairros. José e Maria Eduarda também apontam a falta de limpeza dos banheiros e os odores desagradáveis fisiológicos.

Ademais, clima, crises políticas e econômicas, bem como a concorrência no ambiente virtual e no próprio espaço do Shopping Popular Michel Haddad, são mencionados como elementos fora do controle individual. A meritocracia, nesse sentido, é parcialmente ressignificada. O mérito não garante sucesso pleno, mas funciona como justificativa moral para "botar a cara [...] e vim", como me contou Rúbia.

Neste ambiente de incertezas, a flexibilidade cotidiana emerge como competência central e mais valiosa. Os camelôs precisam se reinventar diariamente, como Eva, que usou o lucro do trabalho na praia e no Carnaval para diversificar suas mercadorias. A meritocracia, assim, funciona como uma justificativa moral para a persistência. O ato de lutar e perseverar,

independentemente do resultado financeiro imediato, sustenta a moral de quem se recusa a desistir.

A convivência entre mérito e contingência gera tensões subjetivas que denomina a ‘fadiga de ser si mesmo’, um esgotamento da constante exigência de realização individual, autonomia e felicidade (Ehrenberg, 2010). Isso pode levar à depressão e à ansiedade extrema, já que o indivíduo se vê sempre insuficiente e fracassado diante de um ideal de desempenho. No entanto, notei que parte dos entrevistados demonstrou certa consciência das limitações dos discursos meritocráticos, mesmo quando os reproduzem, como Antônio. Ele vê o Camelô como “última opção” de defesa de sua dignidade não apenas por problemas de saúde, mas porque relata não ter conseguido oportunidades para o estudo, algo que ele e a esposa lutaram para oferecer à filha. Ele reconhece que apenas o esforço individual é, muitas vezes, insuficiente para mudar sua própria realidade.

A meritocracia opera, portanto, como um dispositivo que, se por um lado motiva a ação individual e a autogestão (típicas do indivíduo de performance), por outro, exacerba a cobrança por resultados inalcançáveis, conduzindo à ‘doença da responsabilidade’, termo utilizado por Ehrenberg (2010) para explicar a sensação de impotência provocado pela exigência de ser o autor da própria vida. A dificuldade narrada por muitos entrevistados para pegar um empréstimo, por exemplo, não é vista como falha de mercado, mas como um fardo a ser carregado pelo indivíduo que não conseguiu ‘girar’ seu próprio negócio.

O mérito funciona, nesta seara, como narrativa de resistência simbólica frente à precariedade, mais do que como explicação efetiva das desigualdades e dos resultados. O camelô é um indivíduo forçado a ser um herói de si mesmo, que legitima sua luta e defende cotidianamente sua dignidade, todavia que precisa conviver diariamente com a ansiedade da autossuficiência e a incontrolável influência de fatores externos. Na prática, a crença nesses discursos é, antes de tudo, uma ferramenta psicológica de sobrevivência em meio às incertezas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu, a partir de uma imersão nas trajetórias de vida de camelôs do Shopping Popular Michel Haddad, em Campos dos Goytacazes, compreender como esses sujeitos constroem sentidos de dignidade em seu trabalho. Ao longo da pesquisa, revelou-se que o empreendedorismo popular não é necessariamente uma rota de ascensão social, mas um espaço onde a precariedade do capitalismo flexível coexiste com uma luta constante pela defesa da dignidade.

A crise da sociedade salarial, diagnosticada por Castel (1998), e o avanço do neoliberalismo, com suas políticas de desregulamentação e austeridade, desmantelaram o pacto de proteção social que antes alicerçava o trabalho assalariado. Esse contexto ampliou a zona de vulnerabilidade, onde os laços são enfraquecidos e o empreendedorismo popular se apresenta como uma rota de fuga contra a indignidade.

A centralidade do risco e da incerteza, marcas do capitalismo flexível em Sennett (2009), foram identificadas como elementos estruturantes do cotidiano dos camelôs. A ausência de garantias de longo prazo, de contratos estáveis e de direitos trabalhistas faz com que o futuro seja planejado, mas sempre reinventado e com planos ‘A’, ‘B’ e ‘C’, como se diz no senso comum. No entanto, por serem negócios muito imbricados em relações familiares, essas redes atuam fornecendo um senso de compromisso mútuo, resiliência e a transmissão intergeracional de valores, como honestidade.

Essa economia moral dos ‘batalhadores’ busca garantias de dignidade e justiça. Apoiando-se na justificativa do bem comum, o espírito do capitalismo se renova, como demonstram Boltanski e Chiapello (2009). Nesta pesquisa, acredita-se que há um novo espírito do capitalismo que relaciona os termos trabalho e vocação, ressignificando-os como ‘empreendedor de si mesmo’ e desvinculando-os de proteções sociais. Neste cenário, a única certeza é que o ‘eu’ jamais será acabado, portanto o ‘arriscar’ se torna um imperativo para a classe trabalhadora (Sennett, 2009).

Neste espírito pós-Boltanski e Chiapello, o discurso do ‘empreendedor de si mesmo’ justifica moralmente a precariedade vivenciada pelos ‘batalhadores’, transformando-a em uma virtude de adaptabilidade. O sucesso financeiro atesta a capacidade de adaptação ao mercado impaciente (Souza, 2012; Sennett, 2009). Logo, este espírito é o da sobrevivência flexível e da meritocracia de risco, exigindo reinvenção constante e aceitação da precariedade como norma, com a vulnerabilidade como elemento central da nova sociabilidade.

As trajetórias dos entrevistados revelaram que o ‘saber fazer’ do comércio popular é transmitido de geração para geração, configurando um capital prático indispensável. As redes familiares funcionam como um amortecedor da vulnerabilidade, provendo ajuda financeira inicial e apoio emocional nos momentos de crise.

O trabalho no Camelô é, antes de tudo, uma defesa diária da dignidade. Em um contexto crescente de precarização das relações de trabalho, o empreendedorismo popular nasce como mais uma inventividade forçada na ausência de vínculos formais, com a esperança utópica de governar seu próprio tempo e de fugir de eventuais empregos mal remunerados e, por vezes, indignos. A dignidade, para os indivíduos entrevistados, está menos ligada à estabilidade salarial e mais à capacidade de autossustento e de provimento familiar.

Com isso, discursos meritocráticos são acionados para sustentar uma identidade de trabalhadores autônomos e dignos, ainda que desprovidos de proteção social. Os camelôs internalizam a retórica de que o esforço individual é a chave para o sucesso, tendo em vista que ‘as oportunidades foram ampliadas’, como se diz no senso comum. Em alguma medida esta afirmação tende a ser verdadeira, mas na verdade o que se expandiu foi a zona de vulnerabilidade, que insere grande parte da classe trabalhadora em um mar de incertezas constantes.

Com o medo de se tornarem indivíduos desfiliados (Castel, 1998), os mais novos buscam alguma especialização até no próprio empreendedorismo popular, como Maria Eduarda, quando diz que gostaria de fazer crescer seu negócio de estética, já que não se identifica tanto com o Camelô. Já os mais velhos, buscam se diferenciar pela negociação e pela diversificação de mercadorias. Com isso, a ética do trabalho duro, articulada à flexibilidade nas rotinas, ao apoio de redes familiares e à moderação nas aspirações, possibilita a construção de um *ethos* empreendedor batalhador.

Faz parte desse trabalho uma persistente referência ao mérito individual, à crença no trabalho que com afinco e honestidade (e para a graça de Deus) será recompensado. No entanto, também em sua maioria reconhecem que apenas alguns conseguem ascender economicamente. O mérito é o motor, mas o improviso é a tática necessária.

De acordo com o que foi observado, a inserção no consumo é o principal indicador de ascensão e pertencimento social, e não a escolarização formal. Sentem que é ‘inútil’ ir atrás de diplomas em um mundo onde o trabalho se precariza cada vez mais. A certificação, para eles, é menos importante do que a capacidade de gerir com competência seus negócios.

Por essa razão, a possibilidade de adquirir bens, de proporcionar lazer e de ter acesso a um padrão de consumo que antes lhes era negado é a materialização do sucesso, oferecendo-lhes visibilidade e um status que um diploma, muitas vezes, falhou em garantir. Entretanto, tratam-se de aspirações moderadas, pois nenhum deles cita o desejo de enriquecer ou de ter experiências luxuosas, mas sim de ter certo conforto material e desfrutar de períodos de folga.

As aspirações moderadas dos camelôs refletem realismo diante de suas limitadas condições materiais, mas também a valorização de uma autonomia que se mostra relativa. Trata-se de autonomia pois não há chefe (na maior parte dos casos), horários rígidos ou subordinação explícita a uma empresa, permitindo que o camelô determine seu próprio ritmo e suas estratégias. Contudo, é relativa porque essa liberdade está limitada por fatores como rotinas exaustivas (contrastando com a fuga esperada de empregos regidos pela CLT), forte concorrência (tanto on-line quanto no próprio Camelô), dependência de fornecedores, e a incerteza de horários e renda. Neste caso, a liberdade de gerir o próprio tempo se deve ao risco, não necessariamente à garantia, e esta é a contradição insolúvel do empreendedorismo popular: um projeto de autonomia que só pode ser realizado em condições de vulnerabilidade. É necessário 'começar de baixo' para cumprir com as regras do acordo meritocrático.

A dignidade, neste contexto, é uma conquista cotidiana. Portanto, embora esse trabalho envolva instabilidades, identifica-se um patamar mínimo de dignidade, alcançado por meio de suor, inteligência, força física, mas não como uma saída, e sim como uma falta dela. Assim, frente à pouca qualificação exigida para o "saber fazer", os camelôs constroem uma moral do trabalho ancorada no improviso e na sobrevivência.

Metodologicamente, a construção dos retratos sociológicos baseando-se em Lahire (2004), por meio de observação participante e de entrevistas em profundidade, mostrou-se como uma frutífera abordagem para capturar a complexidade do fenômeno. A densidade dos relatos permitiu ir além da estatística fria e dar voz à subjetividade dos camelôs, demonstrando, sem julgar ou deslegitimar suas opiniões.

O empreendedorismo popular, em Campos dos Goytacazes, é a resposta criativa de grande parte da classe trabalhadora ao novo mundo hiperconectado, competitivo e flexível. Ele é a prova de que, mesmo na ausência de garantias formais, o trabalho continua a ser um elemento central na vida dos indivíduos. Como defendeu Maciel (2014), o que é crise para o centro do capitalismo é, para a periferia, uma continuidade e aprofundamento da precariedade. Aqui, essa precariedade é reconfigurada ideologicamente por discursos que aliam

meritocracia e empreendedorismo popular, sendo este último um título glamourizado para um trabalho autônomo digno.

A dignidade para esses trabalhadores é um produto da luta diária, renovada a cada venda e a cada dia de trabalho duro. Por essa razão, busquei, com esta pesquisa, confrontar o brilho na ideia disseminada de empreendedorismo popular com a dura realidade do chão do Shopping Popular Michel Haddad, onde a dignidade se baseia no trabalho duro. Logo, 'matar um leão por dia' é o cotidiano dessas pessoas.

Se o sol é o mesmo para todos, como sugere o senso comum, as trajetórias analisadas nesta pesquisa demonstram que a posição sob sua luz não é igual. Isso confirma a hipótese de que o empreendedorismo popular se constitui em uma zona ambígua formada por relativa autonomia, uma dignidade diariamente construída e precariedade. Viver do Camelô, assim, exige reinventar-se cotidianamente em um cenário no qual a estabilidade é quase sempre provisória.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARRETO SARLO, Thalita; MACIEL, Fabrício. O trabalhador da Uber e a incorporação da autogestão neoliberal: autonomia ou indignidade?. **Revista da ABET**, *[S. l.]*, v. 23, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/64739. Acesso em: 2 out. 2025.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, Ulrich. **Modernização Reflexiva:** Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

CAMPOS SOUZA, Raquel Xavier. **Shopping Popular Michel Haddad:** Conflito e permanência do comércio popular no centro de Campos dos Goytacazes. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2018/08/RAQUEL-XAVIER-CAMPOS-SOUZA.pdf. Acesso em: 08 out. 2025.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque; MURTA, Ivana Benevides Dutra; SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de. De camelô a empreendedor? O impacto da mudança espacial na identidade dos ambulantes. **Revista Gestão.Org**, *[S.l.]*, v. 7, n. 2, p. 273-291, maio-ago. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/21537. Acesso em: 06 set. 2025.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Henrique Bosso da. Da vida sem salário ao empreendedorismo popular. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 12, 2024. Disponível em: https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/1029. Acesso em: 05 ago. 2025.

COSTA, Henrique Bosso da. **Um lugar ao sol:** utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano. 2022. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1243205. Acesso em: 06 ago. 2025.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance:** da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do impossível**. São Paulo: Annablume, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos:** variações e disposições individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LIMA, Jussara Maria *et al*. Empreendedorismo como aporte para o empoderamento econômico feminino. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 17, n. 48, p. 251-266, jul./set. 2021. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/13462/8404. Acesso em: 10 nov. 2025.

MACIEL, Fabrício. A nova sociedade do trabalho: descentralidade, precariedade e risco. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos dos Goytacazes, v. 3, n. 2, p. 83-111, jul./dez. 2014. Disponível em: https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/107/59. Acesso em: 21 jul. 2025.

MACIEL, Fabrício. **A nova sociedade mundial do trabalho:** para além de centro e periferia?. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

MACIEL, Fabrício. A generalização da precariedade: trabalho e classes no capitalismo contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, *[S.l.]*, v. 33, n. 3, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/7VfBF79nsKv9Yh8hYbZGJrL/?format=html&lang=pt. Acesso em: 04 dez. 2025.

MACIEL, Fabrício. Reconhecimento e desigualdade: da ética da autenticidade à cultura do novo capitalismo. **Ciências Sociais em Revista**, *[S. l.]*, v. 53, n. 2, p. 281–291, maio/ago. 2017. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/csu.2017.53.2.12. Acesso em: 11 jul. 2025.

MACIEL, Fabrício. Batalhadores empreendedores rurais: unidade familiar, unidade produtiva. *In:* SOUZA, Jessé (org.). **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MACIEL, Fabrício. Trabalho e vulnerabilidade: a questão social na obra de Robert Castel. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 16, n. 2, p. 113-128, maio/ago. 2014. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20140021.. Acesso em: 19 maio. 2025.

MACIEL, Fabrício. Capitalismo indigno: do estado de bem-estar à ascensão da extrema direita. *In*: ESTANQUE, Elísio; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; MACIEL, Fabrício (Orgs.). **Re-trabalhando as classes no diálogo Norte-Sul:** trabalho e desigualdade no capitalismo pós-covid. São Paulo: Unesp, 2024. p. 163-187.

MACIEL, Fabrício. Exclusão ou desfiliação social? Robert Castel e uma sociologia política para a periferia do capitalismo. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 12, n. 1, p. 94-108, jan./jun. 2019. Disponível em: https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/153/145. Acesso em: 02 nov. 2025.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. *In*: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** quem é e como vive?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. p. 181-224.

MARKANTONATOU, Maria. *In*: ESTANQUE, Elísio; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; MACIEL, Fabrício (Orgs.). **Re-trabalhando as classes no diálogo Norte-Sul:** trabalho e desigualdade no capitalismo pós-covid. São Paulo: Unesp, 2024. p. 147-162.

MARTES, Ana Cristina Braga. C. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política**, *[S. I]*, v. 30, n. 2, p. 254-270, abr./jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/J34vkgf9BK7BSN4WgYYvspK/?lang=pt. Acesso em: 05 out. 2025.

OFFE, Claus. "Trabalho: a categoria-chave da sociologia?". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, p. 6-20, 1989. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/131381313/Claus-Offe-Trabalho-Categoria-sociologica-chave . Acesso em: 10 ago. 2025.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SERPA, Angelo. Empreendedorismo popular e ascensão social em diferentes contextos urbano-regionais: uma análise preliminar em dois bairros populares na Bahia. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 34, p. 94-120, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13713. Acesso em: 06 set. 2025.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalism, socialism and democracy**. New York: Harper and Brothers, 1961.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho:** sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** quem é e como vive?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SOMBART, Werner. **Il capitalismo moderno**. Turim: UTET, 1978.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANEXO

Questionário semiestruturado

1. Trajetória de vida e familiar

- Quantos anos você tem?
- Você nasceu em Campos? Em que bairro mora hoje?
- Onde você passou a sua infância? qual bairro?
- Qual a profissão dos seus pais? E a ocupação que eles exerceram a maior parte do tempo na vida?
- Você é casado? Profissão da esposa?
- Tem filhos? Se sim, eles estudam? Ajudam aqui no trabalho?
- Você tem alguma religião?
- Você herdou este ponto dos pais, começou a trabalhar com eles? Comprou ou aluga? Quantos pontos você tem aqui? Há quanto tempo estão aqui?
- Me conte como foi o início deste negócio aqui, dificuldades, apoio, foi seu pai ou mãe ou você que começou, com esposa junto etc?

2. Educação e trabalho

- Qual é o seu grau de escolaridade?
- Quando e por que começou a trabalhar como camelô?
- Antes disso, você estudava ou trabalhava com outra coisa? Pode me contar quais atividades já exerceu e por quanto tempo?
- Você possui outra fonte de renda?
- Quantas horas por dia, em média, você trabalha aqui?
- Você tem vontade de expandir seu negócio?
- Você é feliz ou se sente realizado neste trabalho? Por que, quais dificuldades?
- Você acha que seu trabalho é digno? Você se sente reconhecido pelo que faz? Por que?
- Qual o sentido do trabalho na sua vida? Se sente desanimado ou motivado, deprimido? Trabalha apenas para viver, está satisfeito ou tem ambições?

3. Vida pessoal e visões de mundo

- O que você faz nas horas livres?
- Tem algo que você gostaria de fazer mais se tivesse mais tempo e/ou mais dinheiro?
- O que é “vencer na vida” para você?

- Você acha que quem se esforça sempre consegue melhorar de vida?
- Como foi para você o período da pandemia?
- O que você acha melhor, trabalhar de CLT ou autônomo, com tempo livre? Por que?
- Você se considera um empreendedor?
- Você acha que o governo pode fazer algo para melhorar seu negócio?
- Você admira algum empresário ou figura pública?
- Você acompanha algum influencer nas redes sociais? Quem?

  Em quem você votou para presidente nas últimas eleições? Por que? Você acha que Lula ou Bolsonaro fizeram algo de bom para sua situação de trabalho aqui?

  Se pudesse, trabalharia em outra coisa? O que e por que?

  Como você vê o futuro do mercado de trabalho no Brasil, com otimismo ou pessimismo? Por quê?

4. Questões econômicas e redes de apoio

- Como você se planeja financeiramente?
- Quanto você tira limpo aqui mais ou menos, por mês (ou por semana)?
- Você tem alguma reserva de emergência? Consegue guardar dinheiro ou contribui para aposentadoria?
- Se precisasse de ajuda financeira, a quem você recorreria?
- A renda que você tira aqui dá para sustentar sua casa? Tem meses melhores ou piores?
- Você ou sua família, esposa etc recebem bolsa família ou outra ajuda dos governos? Tem alguma pensão, herança ou aposentadoria?
- Você já pegou algum empréstimo do governo, banco ou amigos para expandir aqui? Se tivesse alguma ajuda, você expandira? Animaria? Você acha que o brasileiro tem espírito empreendedor? Tem inteligência? Você acha que o governo deve ajudar no seu negócio? Qual governo, prefeitura, estado ou governo federal?